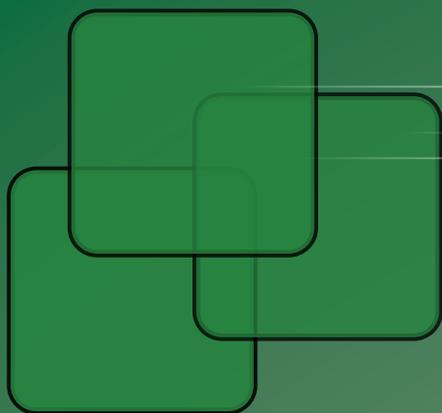




SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

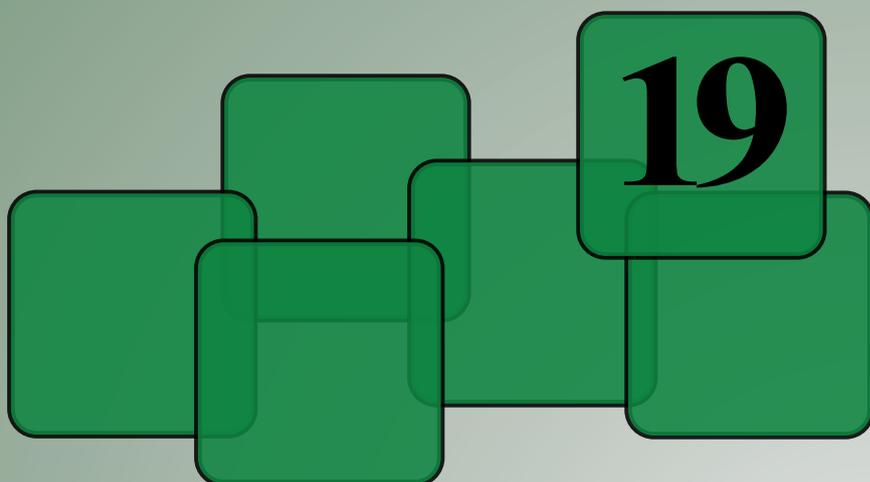


GOVERNO DE
GOIÁS
A FORÇA DO CORAÇÃO DO BRASIL

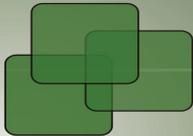


CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

Boletim Trimestral



Dezembro - 2011



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Marconi Ferreira Perillo Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Giuseppe Vecci

CHEFE DE GABINETE

Itamar Leão do Amaral

SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

Otávio Alexandre da Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICAS, PESQUISA E INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL

Edson Roberto Vieira, Eduíges Romanatto,
Júlio Alfredo Rosa Paschoal, Lillian Maria Silva Prado,
Murilo José de Souza Pires, Paulo Borges Campos Jr e
Sérgio Duarte de Castro.

COORDENAÇÃO

Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais
Juliana Dias Lopes e Marcos Fernando Arriel

EQUIPE DE CONJUNTURA

Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduíges Romanatto
Fernanda Cristina Gomide Pereira, Juliana Dias Lopes
Lillian Maria Silva Prado, Luciano Ferreira da Silva
Marcos Fernando Arriel, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha
Millades de Carvalho Castro e Sueide Rodrigues de Souza Peixoto

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Ricardo Misael Arantes Nascimento

GRÁFICOS

Rafael Ramos Tavares

PUBLICAÇÃO VIA WEB

Vanderson Soares

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da
Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 19 (2004-).

Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás,
2011. 74 p. ; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338



SEGPLAN

**SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO**

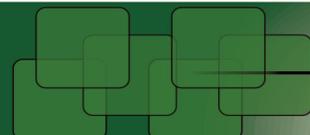


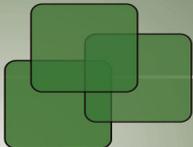
**GOVERNO DE
GOIÁS**
A FORÇA DO CORAÇÃO DO BRASIL



Av. República do Líbano nº 1945 - 3º andar – Setor Oeste
74115-030 – Goiânia – Goiás
Tel: (62) 3201-6695
3201-8481

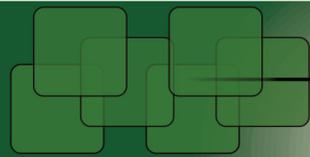
Internet: www.seplan.go.gov.br/sepim
e-mail: sepim@segplan.go.gov.br

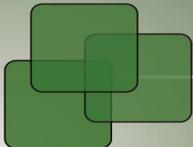




Sumário

Apresentação.....	02
Economia Goiana no terceiro trimestre de 2011.....	03
Perfil do Consumo Familiar Goiano: Análise da Pesquisa de Orçamento Familiar.....	17
Sistema de gestão ambiental – ISO 14001: um estudo de caso para o setor sucroalcooleiro goiano.....	26
Estrutura e dinâmica das exportações agrícolas do estado de Goiás: Um estudo para o período de 1990 até 2010.....	37
A Bananicultura em Goiás.....	48
Transmissão de preços entre o produtor e varejo: evidências empíricas para o setor de carne bovina em Goiás.....	57
Trabalho, Educação e Desenvolvimento no Contexto da Mundialização do Capital: Subsídios ao Debate Contemporâneo em Goiás.....	64



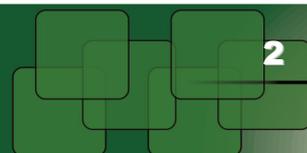


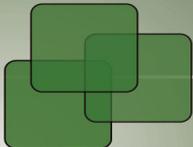
Apresentação

Ao encerrar o ano de 2011, a Secretaria de Gestão e Planejamento tem a satisfação de colocar à disposição dos leitores do Boletim Conjuntura Econômica Goiana, sua 19ª edição. O ano que se encerra completa o sétimo ano de existência do periódico, que desde julho de 2004 assumiu o compromisso de se tornar um espaço de difusão de informações e análises, um local de fomento à discussão sobre aspectos econômicos e sociais tendo sempre o Estado de Goiás como foco. Nessa empreitada, o periódico tem demonstrado bom desempenho. No decorrer desse tempo, à exceção do período em que não foi possível sua circulação, nos anos de 2007 e 2008, o boletim trimestral alcançou êxito tanto em relação à adesão de novos colaboradores, quanto do número de leitores e, no ano passado, o alcance da classificação B, na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, da Capes. Muito há que se avançar ainda. Nessa edição o avanço ocorreu em relação ao Conselho Editorial da revista, que foi reforçado com novos integrantes, aos quais apresentamos as boas vindas!

Na 19ª edição do boletim o leitor terá a oportunidade de leitura de seis artigos, além da análise de conjuntura econômica do 3º trimestre de 2011. Os artigos versam sobre consumo das famílias goianas, sistema de gestão ambiental, estrutura e dinâmica das exportações agrícolas, cultivo da banana em Goiás, entre outros temas de relevância. Como de praxe, os textos são fruto de contribuições de nossos parceiros nesse projeto e de economistas da casa.

Assim, com a finalização e disponibilização de mais uma edição do boletim trimestral, deixamos registrada aqui nossa expectativa de poder continuar contando com os colaboradores, e os agradecimentos aos que possibilitaram compor este número 19 da Conjuntura Econômica Goiana. Apresentamos agradecimentos também aos membros do Conselho Editorial pelo comprometimento, dedicação, e sobretudo, pelas expressivas e valiosas contribuições para melhoria desta publicação.





Economia Goiana no terceiro trimestre de 2011

Equipe de Conjuntura - Segplan*

Os juros maiores em vigor até agosto e o agravamento da crise global definiram os rumos da economia brasileira no terceiro trimestre, período no qual o PIB (Produto Interno Bruto) ficou estagnado frente ao segundo trimestre, na comparação livre de influências sazonais, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A atividade se contraiu na indústria, principalmente àquelas mais conectadas ao exterior, que perde fôlego há meses, e nos serviços, setor mais dinâmico da economia na primeira metade do ano. Somente a agropecuária continuou crescendo.

O fraco desempenho foi resultado das decisões tomadas pelo governo no início do ano para conter a inflação, num momento em que a economia brasileira estava superaquecida e os preços pareciam fora de controle. Para combater a inflação, o Banco Central restringiu a oferta de crédito e aumentaram as taxas de juros, medidas cujos efeitos só começaram a se fazer sentir com mais força nos últimos meses.

Com o resultado nulo do terceiro trimestre, o PIB do país acumula alta de 3,2% nos três primeiros trimestres do ano e de 3,7% nos últimos 12 meses (quatro trimestres).

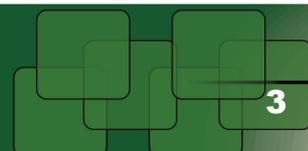
Nesse contexto, os indicadores conjunturais da economia de Goiás apontam desempenho mais favorável do que o

registrado na média brasileira. No trimestre de 2011 em comparação com o mesmo período de 2010, a indústria goiana registrou a maior elevação entre os estados brasileiros. A pesquisa mensal do comércio indicou um forte crescimento das vendas e receitas de vendas, assim como os indicadores da agropecuária e comércio exterior apontaram continuidade de expansão. Os indicadores do emprego formal apontaram o melhor terceiro trimestre de toda a série. Somente o saldo das operações de crédito, principalmente os destinados a pessoa jurídica, registra-se uma moderação no fechamento do terceiro trimestre de 2011.

Indústria

De acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) divulgada pelo IBGE, na análise trimestral que encerrou em setembro, observa-se que o Estado de Goiás liderou entre as localidades pesquisadas, ao mostrar crescimento de 9,7% no terceiro trimestre deste ano, tendo como base o mesmo período do ano anterior. Em nível regional, sete locais assinalaram taxas positivas na mesma comparação, com destaque para Goiás (9,7%), Paraná (9,6%), Amazonas (8,4%) e Pará (6,3%), que apontaram os avanços mais intensos, enquanto Ceará (-12,8%) registrou o recuo mais significativo.

* Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, Fernanda Cristina Gomide Pereira, Juliana Dias Lopes, Luciano Ferreira da Silva; Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha, Marcos Fernando Arriel, Millades de Carvalho Castro, Suede Rodrigues de Souza Peixoto.



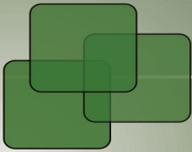


Tabela 1- Resultados Regionais e Brasil: Indicadores da Produção Industrial (Base: Igual período do ano anterior)

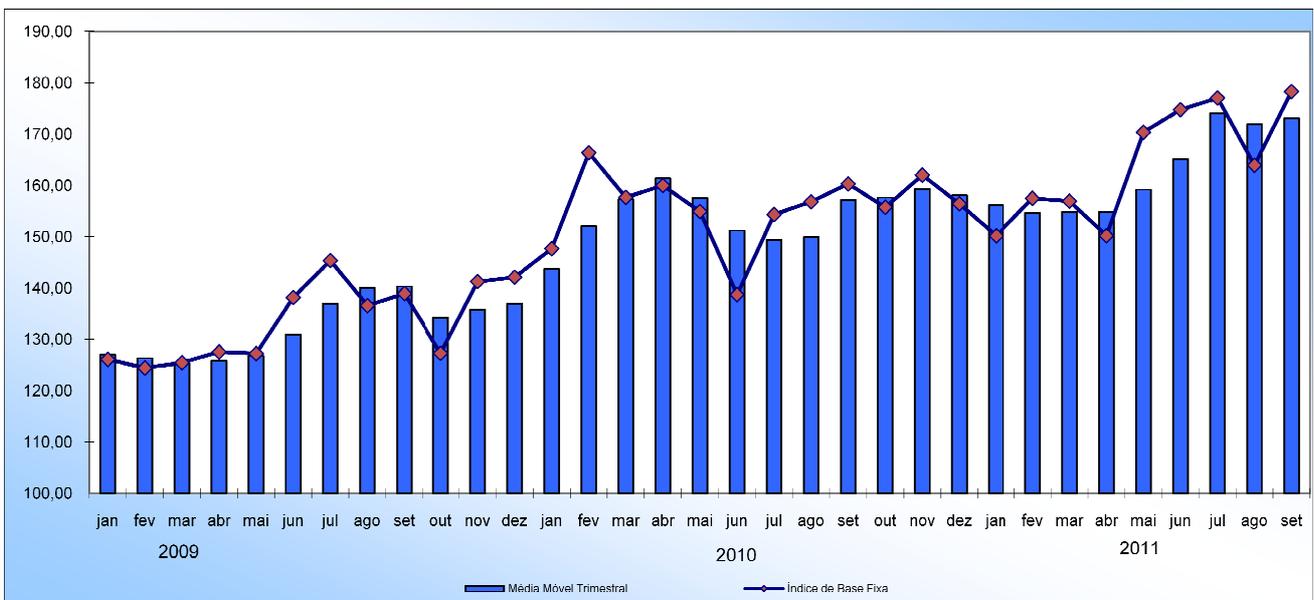
Locais	2011		
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º trimestre
Brasil	2,8	0,6	0,0
Nordeste	-6,7	-4,8	-4,2
Amazonas	-2,5	3,1	8,4
Pará	-2,1	3,8	6,3
Ceará	-10,4	-16,4	-12,8
Pernambuco	-4,7	-3,6	4,3
Bahia	-9,5	-0,9	-2,6
Minas Gerais	4,6	0,5	-2,2
Espírito Santo	11,3	13,6	0,5
Rio de Janeiro	3,0	1,6	-0,3
São Paulo	4,3	1,5	-0,5
Paraná	4,6	-1,1	9,6
Santa Catarina	1,6	-8,6	-4,4
Rio Grande do Sul	1,7	2,3	1,7
Goiás	-1,5	8,1	9,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Conforme gráfico 1, o Índice de média móvel trimestral cresceu 0,7% entre agosto e setembro, as maiores taxas deste índice em 2011 foram verificadas nos meses de maio, junho e julho, 2,8%, 3,7% e 5,4%, respectivamente, ambas as comparações com ajuste sazonal.

O comportamento da média móvel neste ano, comparada ao índice de base fixa revela um descolamento contínuo do índice de base fixa, crescendo acima da média móvel, nos meses de maio, junho e julho.

Gráfico 1 – Estado de Goiás: Produção Industrial Índices de Base Fixa (2002=100) Série com Ajuste Sazonal



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Em relação ao terceiro trimestre de 2011 comparado ao mesmo trimestre de 2010, o setor industrial goiano expandiu 9,7%, segundo resultado positivo consecutivo nesse tipo de confronto, no período de abril-junho (8,1%), após apontar taxas negativas no primeiro trimestre (-1,5%), todas as comparações contra igual período do ano anterior. Setorialmente, o padrão de expansão da indústria goiana neste terceiro trimestre foi sustentado pela indústria de transformação, com dois ramos da pesquisa revelando taxas positivas, os demais segmentos

registraram taxas negativas. Destaque para o segmento de produtos químicos, com crescimento de 54,6%, influenciado, sobretudo pelo aumento na fabricação de medicamentos e minerais não metálicos, com 7,1%, todos na comparação 3º trimestre/2011 com 3º trimestre/2010. Por outro lado, o segmento de alimentos e bebidas apresentou recuo de 4,6%, pressionado pela diminuição na produção, principalmente de maionese, leite em pó, cervejas, chope e óleo de soja refinado.

Tabela 2 – Estado de Goiás: Indicadores da Produção Industrial
(Base: Igual período do ano anterior)

(%)

Segmentos	2011		
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre
Indústria geral	-1,5	8,1	9,7
- Indústria extrativa	1,3	2,5	-2,4
- Indústria de transformação	-1,8	8,6	10,6
. Alimentos e bebidas	-6,1	0,7	-4,6
. Produtos químicos	12,3	40,4	54,6
. Minerais não metálicos	-3,7	-0,1	7,1
. Metalurgia básica	-8,3	-15,2	-2,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Os resultados da indústria goiana neste 3º trimestre confirmam recuperação do setor, ao apresentar taxa positiva também no segundo trimestre de 2011, contrapondo a queda ocorrida no 1º trimestre de 2011. Esse comportamento está concentrado basicamente na indústria química, que há cinco meses consecutivos cresce a taxa de dois dígitos, puxado pelo aumento na produção de medicamentos. Enquanto os segmentos de alimentos e bebidas e metalurgia básica têm mostrado perda desde o início do ano.

Comércio

A análise trimestral sobre o desempenho das vendas no comércio varejista e comércio varejista ampliado do

Estado de Goiás, no período de julho a setembro de 2011, indica que houve aumento no volume de vendas e na receita nominal de vendas sobre igual período do ano de 2010. O ganho em volume de vendas para o comércio varejista no acumulado do ano foi de 8,2%, e no acumulado dos últimos 12 meses foi de 9,2%. Para a receita nominal de vendas, na comparação na mesma ordem, apresentaram taxas de variação de 13,0% e de 13,8%, respectivamente.

Para volume de vendas, o Comércio varejista ampliado, composto pelos segmentos de veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção obteve adição de 10,3%, no acumulado do ano, e em 12 meses 12,9%. Referindo-se a receita nominal de vendas, o segmento acumulou 12,4% no ano, e em 12 meses 15,0%.

Tabela 3 - Estado de Goiás: Variação do volume de vendas e Receita de Vendas no comércio varejista - 2011 (Base: Igual mês do ano anterior = 100)

Segmentos	Volume de Vendas					Receita de Vendas				
	Variação Mensal			Acumulado		Variação Mensal			Acumulado	
	jul/11	ago/11	set/11	No Ano	12 Meses	jul/11	ago/11	set/11	No Ano	12 Meses
Comércio Varejista Geral	6,5	8,8	6,3	8,2	9,2	11,9	14,3	11,0	13,0	13,8
Combustíveis e lubrificantes	-11,8	-7,0	-8,6	-2,3	-0,4	9,0	10,8	6,4	14,5	12,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,3	10,1	8,9	7,9	7,4	16,3	18,9	16,9	15,9	15,5
Hipermercados e supermercados	8,5	10,3	9,4	8,2	7,6	16,4	19,0	17,5	16,1	15,7
Tecidos, vestuário e calçados	8,6	6,8	6,5	10,8	11,6	15,8	15,3	15,4	17,4	16,9
Móveis e eletrodomésticos	8,2	11,9	7,2	8,8	11,0	2,3	6,9	1,0	2,8	6,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	18,3	15,8	13,1	18,7	21,0	19,6	17,7	15,0	21,1	23,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	22,5	15,9	15,9	16,1	11,1	25,7	19,0	19,8	18,6	13,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-34,9	-17,9	-34,5	3,1	7,0	-38,2	-22,3	-39,7	-5,2	-3,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,5	3,9	0,2	8,2	10,1	9,8	13,5	8,8	15,6	17,5
Comércio varejista ampliado geral	5,3	9,7	6,0	10,3	12,9	8,2	12,2	8,5	12,4	15,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	3,8	9,9	5,2	12,4	17,0	2,8	8,3	4,6	11,2	15,9
Material de construção	8,4	16,0	9,7	9,5	10,2	14,4	21,6	15,0	16,1	17,2

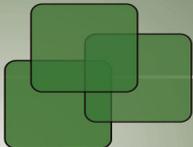
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio: Elaboração SEGPLAN / SEPIN - Gerência de Contas Regionais e Indicadores.

A observação para os dez setores em relação a volume de vendas permite concluir que, apenas dois segmentos apresentaram resultados negativos no trimestre, as vendas de Combustíveis e lubrificantes e Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação, as outras atividades superaram o desempenho obtido no ano anterior.

O segmento de livros, jornais, revistas e papelaria apresentou resultados superiores aos obtidos no ano anterior em todos os meses analisados, em setembro, o incremento em volume de vendas foi de 15,9%; na receita nominal, 19,8%; no acumulado do ano, 16,1% em volume. O bom desempenho, medido pelo aumento tanto em volume quanto em receita, é reflexo direto da melhoria do poder de compra do consumidor.

Para o setor de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, em setembro, houve acréscimo em volume de 13,1%, incremento da receita de 15,0%, e acumula no ano 21,1% e no período de 12 meses 23,5%. O desempenho das vendas deste segmento está ligado diretamente ao crescimento da indústria farmacêutica, que vem aumentando a oferta de medicamentos genéricos, a um preço mais acessível, beneficiando o consumidor final.

Representando o comércio varejista ampliado, a atividade de materiais de construção, apresentou acréscimo no volume de vendas de 9,7% sobre igual mês do ano anterior, com taxa acumulada no ano de 9,5% e nos 12 meses de 10,2%. Para a receita nominal, as variações foram de 15,0%, 16,1% e 17,2%, considerando o mesmo período em análise. O setor vem recebendo forte apoio

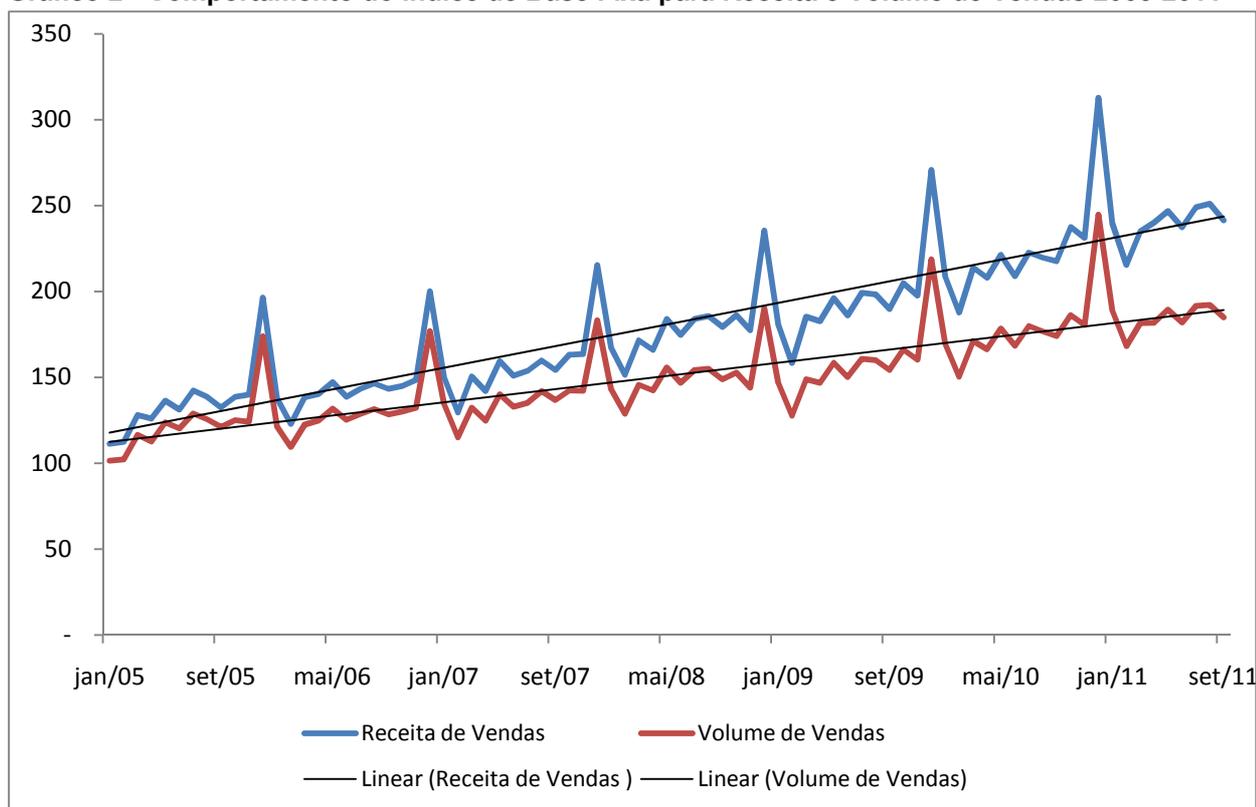


do Governo Federal por meio dos programas de moradia e expansão do acesso ao crédito destinado ao financiamento para obtenção da casa própria, o que propicia um bom desempenho.

O segmento combustíveis e lubrificantes obteve resultado negativo para volume de vendas, na comparação de

setembro com igual período do ano anterior (-8,6%), no acumulado do ano apresenta taxa de -2,3%, e -0,4% nos últimos 12 meses. Por outro lado, a receita nominal de vendas, refletindo o aumento dos preços apresentou ganho de 6,4% na relação setembro de 2011 com setembro de 2010, no acumulado do ano 14,5% e nos últimos 12 meses 12,6%.

Gráfico 2 - Comportamento do Índice de Base Fixa para Receita e Volume de Vendas 2005-2011



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio: Elaboração SEGPLAN / SEPIN - Gerência de Contas Regionais e Indicadores.

Ao longo do ano, o comércio varejista goiano vem apresentando bons resultados, decorrentes do incremento na renda do trabalhador. No contexto geral, as atividades mais dinâmicas foram as de: livros, jornais, revistas e papelaria, artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, e material de construção, que obtiveram bom desempenho durante o ano todo. Por outro lado, o segmento de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação vem apresentando resultados negativos em volume e em receita desde julho de 2011, já o segmento de

combustíveis e lubrificantes apresenta perda em termos de volume, porém compensado pelo aumento na receita do setor, decorrente do aumento nos preços.

Agricultura

A safra goiana de grãos, segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA/IBGE, indicou uma produção de 15,1 milhões de toneladas, superior em 12,7% à safra obtida em 2010 (13,4 milhões de toneladas). As condições climáticas contribuíram para uma safra com excelentes níveis de

produtividade, resultando em uma safra recorde em grãos. No mês de setembro, praticamente a colheita da maioria dos produtos já foi encerrada, faltando apenas parte das lavouras irrigadas. Em termo de

representatividade na produção destacaram-se soja e milho, responsáveis por 89,0% da produção total de grãos. A área colhida foi de 4,1 milhões de hectares, expansão de 6,8% na comparação com 2010.

Tabela 4 - Estado de Goiás: Área, produção e rendimento médio dos principais produtos agrícolas - 2010 - 2011

Produto	Safra 2010			Safra 2011 - setembro			Variações (%)		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área colhida ou a colher (ha)	Produção obtida ou esperada (t)	Rend. Médio obtido ou esperado (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)
Soja	2.445.600	7.252.926	2.965	2.561.320	7.684.757	3.000	4,73	5,95	1,19
Milho	855.591	4.759.013	5.562	960.325	5.725.913	5.962	12,24	20,32	7,20
Sorgo	245.308	611.665	2.493	267.625	837.192	3.128	9,10	36,87	25,48
Arroz	90.382	221.419	2.449	72.180	205.938	2.853	-20,14	-6,99	16,50
Feijão (1ª safra)	50.522	113.795	2.252	64.290	136.305	2.120	27,25	19,78	-5,85
Feijão (2ª safra)	22.800	46.429	2.036	22.945	48.853	2.129	0,64	5,22	4,57
Feijão (3ª safra)	45.626	128.592	2.818	44.470	125.941	2.832	-2,53	-2,06	0,50
Algodão herbáceo	43.909	180.404	4.108	111.390	424.234	3.809	153,68	135,16	-7,29
Girassol	11.410	16.674	1.461	8.480	12.370	1.459	-25,68	-25,81	-0,16
Trigo	15.824	79.776	5.041	9.615	49.138	5.111	-39,24	-38,41	1,38
Cana de açúcar	578.666	48.000.163	82.949	673.286	53.793.782	79.897	16,35	12,07	-3,68
Mandioca	21.157	339.046	16.025	17.290	297.914	17.230	-18,28	-12,13	7,52
Tomate	18.437	1.377.322	74.704	18.360	1.415.531	77.099	-0,42	2,77	3,21
Abacaxi (1)	2.329	52.213	22.418	2.430	54.187	22.299	4,34	3,78	-0,53

Fonte: GCEA – Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias

Elaboração: SEGPLAN-GO/ SEPIN/ Gerência de Estatística Socioeconômica – 2011.

(1) Produção em mil frutos por hectare

No período em análise, os produtos que apresentaram expansão foram: algodão herbáceo (135,2%), sorgo (36,9%), milho (20,3%), feijão 1ª safra (19,8%), cana de açúcar (12,1%), soja (6,0%), feijão 2ª safra (5,2%),

abacaxi (3,8%), tomate (2,8%). As maiores quedas foram verificadas nas culturas de: trigo (-38,4%), girassol (-25,8%), mandioca (-12,1%), arroz (-7,0%) e feijão 3ª safra (2,1%).

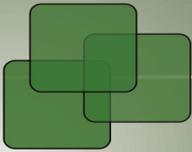
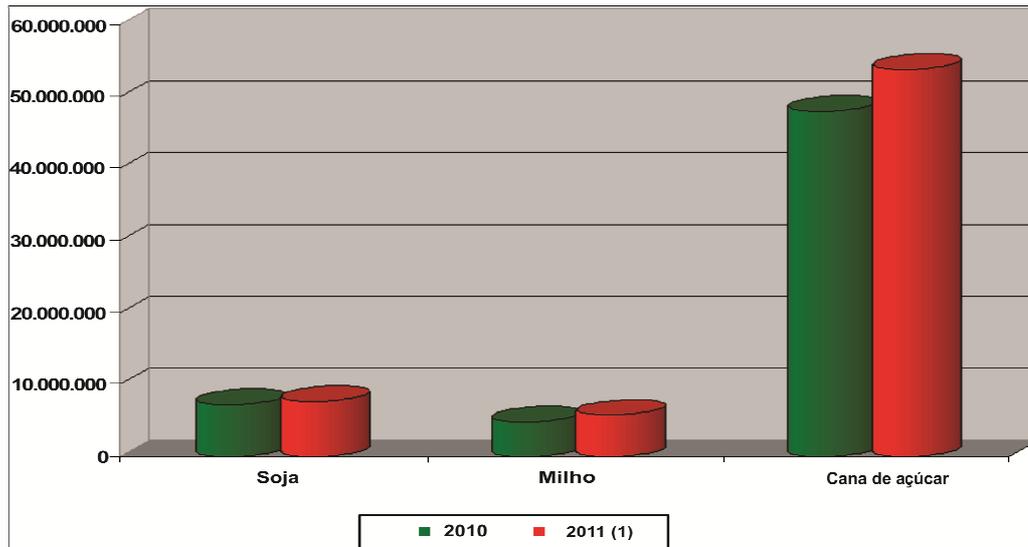


Gráfico 3 - Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola (t) – setembro/2011



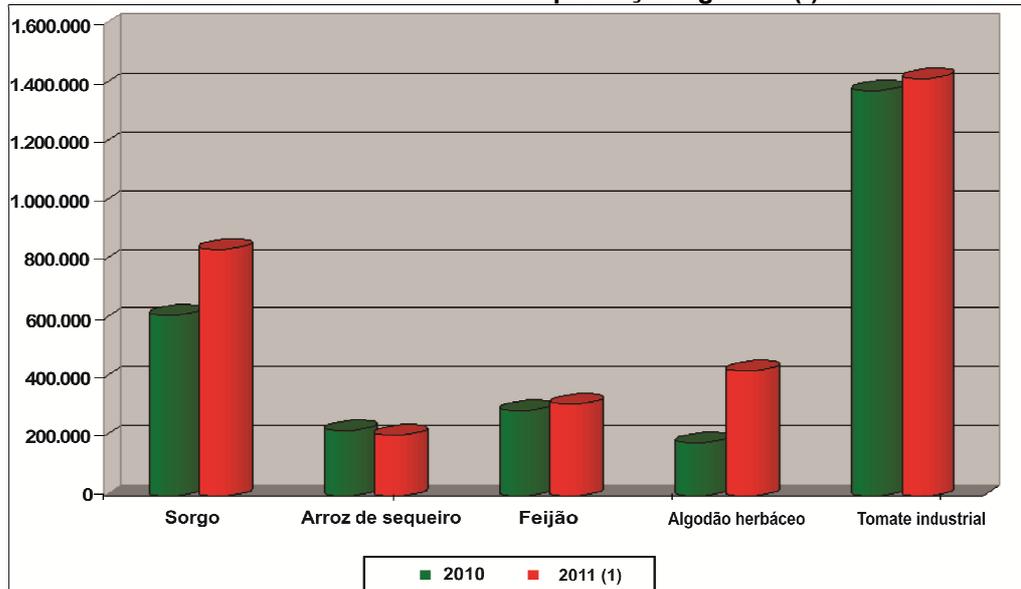
Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA
Elaboração: SEGPLAN / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2011
Posição: setembro

A soja teve variação positiva de 4,7% na área colhida e de 6,0% na quantidade produzida em comparação ao ano anterior. Foram colhidas 7,7 milhões de toneladas, em uma área de 2,6 milhões de ha. Em termos de rendimento médio, houve acréscimo de 1,2%, passando de 2.965 kg/ha em 2010, para 3.000 kg/ha em 2011. O Estado de Goiás responde por 10,3% da produção nacional, ocupando a 4ª posição. O município de Jataí é o maior produtor goiano, com 864 mil toneladas.

O milho obteve crescimento de 20,3% comparado a safra de 2010, a pesquisa apurou 5,7 milhões de toneladas. A área colhida expandiu 12,3%, passando de 855 mil ha para 960 mil ha, com acréscimo na produtividade em 7,2%.

A produção de cana de açúcar apresentou expansão de 12,1%, comparado à safra de 2010. A área colhida expandiu 16,4%, passando de 578 mil ha para 673 mil ha, por outro lado, houve redução na produtividade em 3,7%, devido à estiagem prolongada no ano passado.

Gráfico 4 - Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola (t) – setembro/2011



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA
Elaboração: SEGPLAN / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2011
(1) Posição: setembro

O Estado Goiás é o maior produtor de sorgo do país. A produção estimada para o ano de 2011 foi de 837 mil toneladas, acréscimo de 36,9% em relação ao ano anterior.

O cultivo de arroz continuou em decréscimo, devido à inviabilidade econômica. Em 2011, a cultura apresentou decréscimo de 20,1% na área colhida, chegando a 72 mil ha e 7,0% na quantidade produzida, embora o rendimento médio tenha apresentado variação positiva de 16,5%.

A cultura de feijão (1ª safra) apresentou área de 64 mil ha e produção de 136 mil toneladas, com acréscimo de 27,3% e 19,8%, respectivamente em relação à safra de 2010. Quanto ao rendimento médio houve redução de 5,9%, devido ao excesso de chuvas em determinado ciclo da cultura.

A produção de feijão (2ª safra) alcançou 48 mil toneladas, com aumento de 5,2% em relação à safra anterior. A área colhida manteve praticamente inalterada, enquanto que o rendimento médio expandiu 4,6%, ou seja, houve aumento.

A produção de algodão herbáceo apresentou resultado positivo, com expansão de 135,2%, comparado à safra de

2010. A área colhida expandiu 153,7%. Por outro lado, houve redução na produtividade de 7,3%. As expectativas para esta cultura são boas, influenciado principalmente pela recuperação dos preços no mercado internacional.

Já a área colhida do tomate apresentou decréscimo de 0,4%, passando de 18.437 mil ha em 2010, para 18.360 ha em 2011. Goiás se destaca como o maior produtor de tomate do país, com 1 milhão de toneladas, com aumento de 2,8% em relação ao ano anterior. Existem várias processadoras no Estado e perspectiva de instalação de novas indústrias.

Comércio Exterior

A balança comercial do Estado de Goiás, no terceiro trimestre de 2011, conforme informação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), registrou saldo negativo, US\$ 12,045 milhões. Este resultado corresponde à diferença entre as exportações (US\$ 1,493 bilhão) e as importações (US\$ 1,505 bilhão). A corrente de comércio (somatório das exportações e importações) totalizou US\$ 2,998 bilhões.

Tabela 5 – Estado de Goiás e Brasil: Balança Comercial – 2010 – 2011

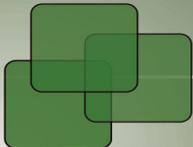
US\$ 1.000 FOB

Período	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio
2010	1.087.474	1.103.811	-16.336	2.191.285	55.741.968	50.928.237	4.813.731	106.670.205
Julho	382.170	356.944	25.226	739.114	17.672.925	16.329.235	1.343.689	34.002.160
Agosto	360.816	345.917	14.900	706.733	19.236.253	16.843.756	2.392.497	36.080.009
Setembro	344.488	400.950	-56.462	745.438	18.832.790	17.755.246	1.077.545	36.588.036
2011	1.492.980	1.505.025	-12.045	2.998.005	71.695.442	61.615.444	10.079.998	133.310.886
Julho	456.403	473.301	-16.898	929.704	22.251.877	19.118.379	3.133.498	41.370.256
Agosto	602.563	500.950	101.613	1.103.513	26.158.507	22.285.515	3.872.992	48.444.022
Setembro	434.014	530.774	-96.760	964.788	23.285.058	20.211.550	3.073.508	43.496.608
Varição (%)2011/2010	37,29	36,35	-	36,81	28,62	20,98	-	24,97

Fonte: MDIC

Elaboração: SEGPLAN - GO/ SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2011.

Nota: O total não corresponde à soma exata, devido aos arredondamentos.



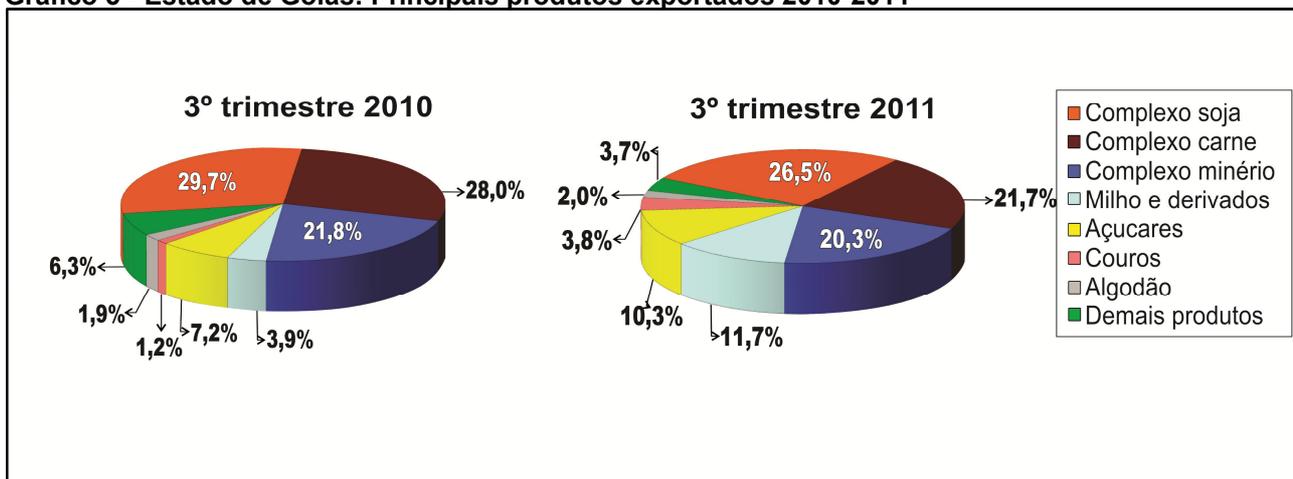
As exportações Goianas no 3º trimestre/2011 expandiram 37,3% sobre o mesmo período apurado no ano de 2010, quando registrou valor de US\$ 1,493 bilhão. Esse crescimento nas exportações foi influenciado pela forte demanda dos países industrializados por matérias primas e pelo maior volume e valor das commodities agrícolas e minerais, produtos de maior representatividade na pauta de exportação de Goiás.

Quanto à participação nas exportações brasileiras, as vendas goianas representaram 2,08% no período julho a setembro de 2011. A exportação goiana no terceiro trimestre cresceu 37,3% deste ano, acima da média brasileira (28,6%).

As importações no mesmo período somaram US\$ 1,505 bilhão, crescimento de 36,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Confirmando que a desvalorização do dólar continuou aquecendo as importações.

O principal item na pauta goiana de exportação foi complexo soja, com 26,5% (US\$ 395,413 milhões). Em segunda posição complexo carne, com 21,7% (US\$ 323,458 milhões) do total exportado, destacando-se carne bovina 12,3% (US\$ 184,148 milhões), carne de aves 7,0% (US\$ 102,336 milhões), suínos 2,0% (US\$ 29,721 milhões) e outras carnes 0,5% (US\$ 7,252 milhões). Em terceira posição ficou complexo de minérios, que representou 20,3% (US\$ 303,589 milhões), com destaque para: Sulfeto de minério de cobre, com 10,7% (US\$ 159,703 milhões) de participação; ferroligas 4,6% (US\$ 68,478 milhões), ouro 3,5% (US\$ 52,156 milhões) e amianto 1,2% (US\$ 18,219 milhões). Os demais produtos da pauta foram: milho e derivados, com 11,7% (US\$ 174,265 milhões), açúcares com 10,3% (US\$ 153,179 milhões) e couros 3,8% (US\$ 56,879 milhões).

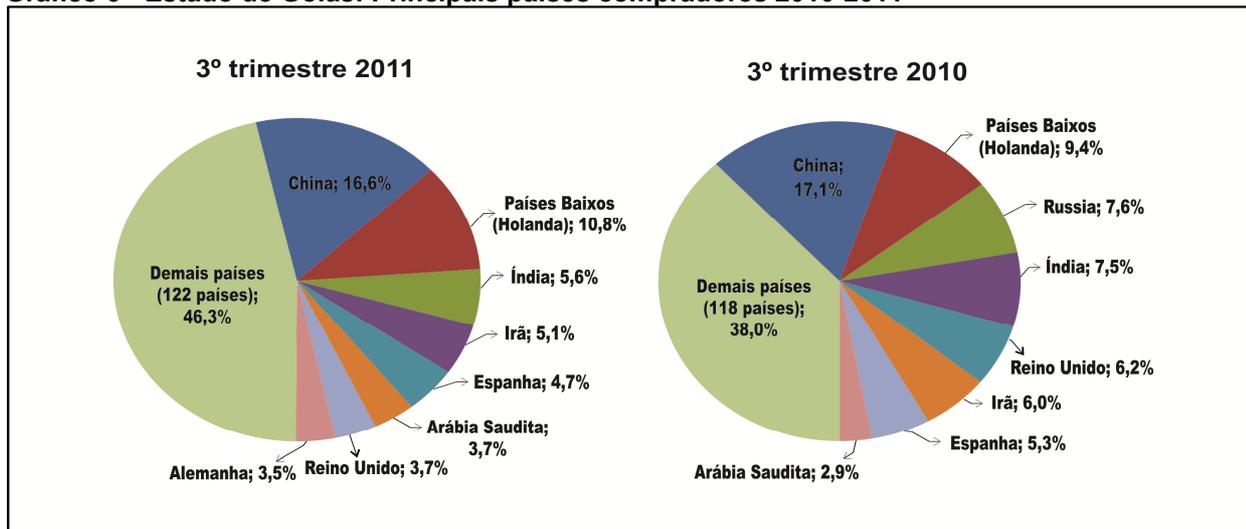
Gráfico 5 - Estado de Goiás: Principais produtos exportados 2010-2011



Fonte: MDIC

Elaboração: SEGPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2011

Gráfico 6 - Estado de Goiás: Principais países compradores 2010-2011



Fonte: MDIC

Elaboração: SEGPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2011

Os maiores compradores dos produtos goianos no período de julho a setembro de 2011 foram: China US\$ 248,469 milhões (16,6%), Países Baixos (Holanda) US\$ 161,351 milhões (10,8%), Índia US\$ 83,405 milhões (5,6%), Irã US\$ 76,280 milhões (5,1%), Espanha US\$ 69,700 milhões (4,7%), Arábia Saudita US\$ 55,211 milhões (3,7%), Reino Unido US\$ 55,069 milhões (3,7%), Alemanha US\$ 52,279 milhões (3,5%) e Rússia US\$ 51,664 milhões (3,5%). No terceiro trimestre de 2011, Goiás exportava para 130 países, contra 125 no mesmo período de 2010.

As importações expandiram 36,4% no terceiro trimestre deste ano, em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo o montante de US\$ 1,505 bilhão. O ritmo forte de crescimento das importações, determinado pela conjuntura cambial favorável e pelo crescimento da economia, atingiu todas as categorias de produtos, com maior intensidade os bens de intermediários e os de consumo não duráveis.

Os principais produtos importados neste terceiro trimestre foram: veículos automóveis, tratores, etc., suas partes/acessórios US\$ 644,267 milhões (42,8%), produtos farmacêuticos US\$ 218,531 milhões (14,5%), reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos US\$ 207,693 milhões (13,8%), adubos ou fertilizantes US\$ 187,207 milhões (12,4%), produtos químicos orgânicos US\$ 62,589 milhões (4,2%), máquinas,

aparelhos e material elétricos, suas partes, etc., US\$ 35,496 milhões (2,4%), instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc., US\$ 22,514 milhões (1,5%) e plásticos e suas obras US\$ 17,891 milhões (1,2%).

Os países com os quais Goiás realizou maiores volume de compras no período de julho a setembro de 2011 foram: Coreia do Sul US\$ 433,982 milhões (28,8%), Japão US\$ 221,838 milhões (14,7%), Estados Unidos US\$ 181,929 milhões (12,1%), Alemanha US\$ 120,048 milhões (8,0%), Tailândia US\$ 88,629 milhões (5,9%), Suíça US\$ 65,265 milhões (4,3%) e China US\$ 63,783 milhões (4,2%).

Emprego Formal

No terceiro trimestre de 2011 foram gerados 18.240 empregos formais em Goiás, o maior saldo trimestral da série histórica do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - do Ministério do Trabalho e Emprego para o período, o que significou elevação de 30,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os setores que mais se destacaram foram o de serviços, seguido pela indústria de transformação, construção civil e comércio. No acumulado de 12 meses houve aumento de 7,8% nas contratações, correspondendo a 80.009 empregos.

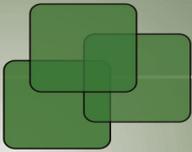
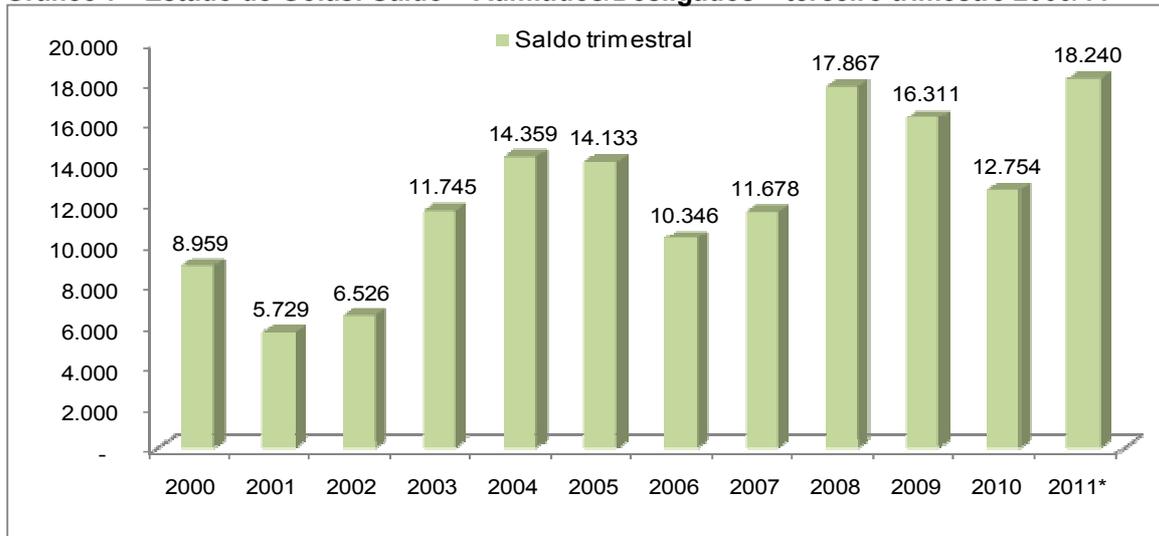


Gráfico 7 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – terceiro trimestre 2000/11



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65
* Ajustado com declarações entregues pelas empresas fora do prazo.

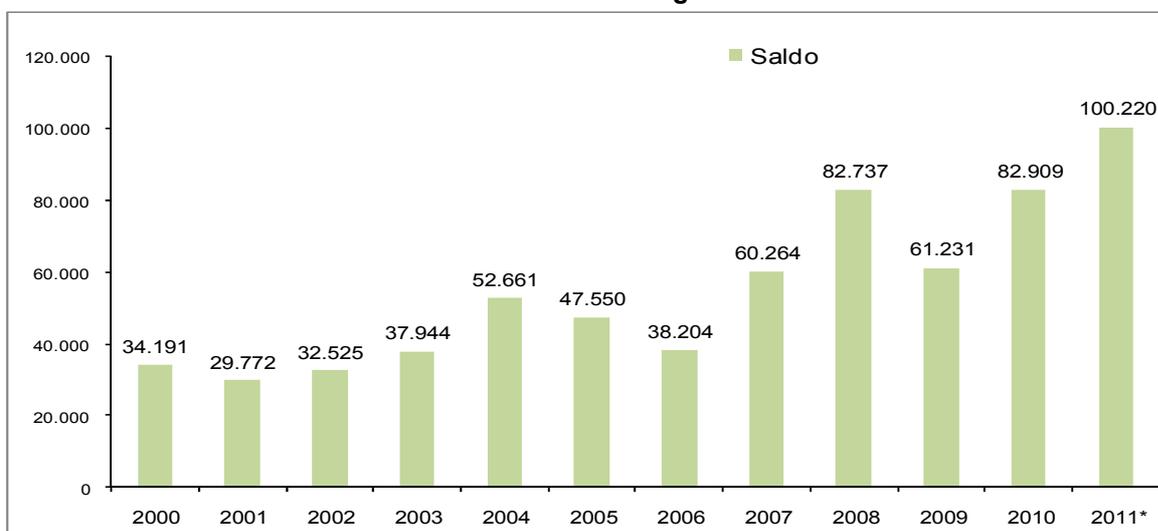
No trimestre, todos os setores de atividade econômica apresentaram saldo positivo. Os principais dinamizadores do emprego com carteira no primeiro trimestre foram: serviços, com acréscimo de 6.437 postos, indústria de transformação, com 3.948, construção civil, com 3.217 e o comércio que apresentou abertura de 3.065 oportunidades de trabalho.

O bom desempenho do setor de serviços deveu-se, principalmente, aos resultados dos ramos de alojamento e alimentação e comércio e administração de imóveis, que geraram, respectivamente, 2.624 e 2.147 novos

postos de trabalho. Os segmentos do setor da indústria de transformação que mais contribuíram para o resultado citado foram a fabricação de produtos químicos, farmacêuticos e veterinários (1.474 vagas) e o têxtil e vestuário (849 vagas).

No acumulado do ano, Goiás gerou 100.220 novas colocações com registro na carteira (ajustado com as declarações entregues pelas empresas fora do prazo), a melhor de toda a série histórica do CAGED para o período, representando um acréscimo de 10% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme observado no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – Janeiro a Setembro 2000/11



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65
* Ajustado com declarações entregues pelas empresas fora do prazo.



Tabela 6 - Estado de Goiás: Saldo trimestral – Admitidos/Desligados por setor de atividade econômica – 2011

Setores	3º trimestre/2011				No ano**				Em 12 meses***			
	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%) *	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)
Extrativa mineral	830	626	204	2,4	2.718	1.739	979	12,6	3.257	2.399	858	10,9
Indústria de transformação	36.055	32.107	3.948	1,7	122.641	94.785	27.856	13,1	150.993	135.557	15.436	6,9
Produtos minerais não metálicos	2.753	2.285	468	3,4	8.286	6.817	1.469	11,3	10.370	9.119	1.251	9,4
Metalúrgica	2.267	1.966	301	2,4	6.783	5.536	1.247	10,5	8.536	7.017	1.519	13,1
Mecânica	1.017	921	96	1,7	3.538	2.806	732	14,6	4.568	3.615	953	19,9
Material elétrico e comunicação	236	203	33	3,1	738	719	19	1,7	958	930	28	2,5
Material de transporte	751	507	244	4,1	2.250	1.612	638	11,7	2.807	2.493	314	5,4
Madeira e mobiliário	1.581	1.615	(34)	-0,3	5.233	4.434	799	8,7	6.507	5.675	832	9,1
Papel, papelão, editorial e gráfica	1.202	1.037	165	2,0	3.651	3.295	356	4,5	4.569	4.258	311	3,9
Borracha, Fumo e Couros	1.088	1.120	(32)	-0,4	4.084	3.768	316	4,4	5.092	4.760	332	4,6
Químico, Produtos Farmacêutico e Veterinário	7.030	5.556	1.474	3,0	25.798	15.509	10.289	25,5	28.976	18.361	10.615	26,6
Têxtil e vestuário	5.003	4.154	849	2,9	15.398	12.542	2.856	10,2	19.130	16.523	2.607	9,3
Calçados	284	222	62	3,3	986	702	284	16,8	1.238	916	322	19,5
Produtos Alimentícios e Bebidas	12.843	12.521	322	0,4	45.896	37.045	8.851	10,9	58.242	61.890	-3.648	-3,9
Serviço industrial de utilidade pública	323	311	12	0,1	1.043	854	189	2,3	1.493	1.610	-117	-1,3
Construção civil	29.812	26.595	3.217	3,6	94.028	79.213	14.815	18,6	115.478	108.713	6.765	7,7
Comércio	40.725	37.660	3.065	1,2	128.213	116.208	12.005	5,0	170.008	150.813	19.195	8,2
Comércio varejista	35.019	32.338	2.681	1,3	109.463	99.868	9.595	4,7	145.764	129.599	16.165	8,2
Comércio atacadista	5.706	5.322	384	1,0	18.750	16.340	2.410	6,3	24.244	21.214	3.030	8,0
Serviços	55.311	48.874	6.437	1,8	173.564	145.265	28.299	8,2	219.109	188.730	30.379	8,8
Instituições financeiras	760	791	(31)	-0,2	3.125	2.995	130	0,8	3.782	3.371	411	2,7
Comércio e admin. de imóveis	16.843	14.696	2.147	2,5	52.227	42.957	9.270	11,7	65.537	54.723	10.814	13,9
Transporte e Comunicação	8.646	7.932	714	1,4	27.827	22.913	4.914	10,1	34.881	30.841	4.040	8,2
Alojamento, alimentação	22.021	19.397	2.624	1,9	66.816	57.895	8.921	6,7	85.987	75.680	10.307	7,8
Médicos e odontológicos	3.314	2.833	481	1,4	10.105	8.249	1.856	5,7	12.689	10.747	1.942	6,0
Ensino	3.727	3.225	502	1,4	13.464	10.256	3.208	9,1	16.233	13.368	2.865	8,0
Administração pública	331	135	196	0,7	967	908	59	0,2	1.135	1.151	-16	-0,1
Agropecuária	16.943	15.782	1.161	1,2	62.375	46.357	16.018	19,8	77.664	70.155	7.509	8,4
Total	180.330	162.090	18.240	1,7	585.549	485.329	100.220	10,0	739.137	659.128	80.009	7,8

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

* A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior.

** Resultados acrescidos dos ajustes e a variação relativa toma como referência o estoque do mês atual acumulando os ajustes e o mês de dezembro do ano t-1.

Operações de Crédito

O agravamento da crise econômica internacional no terceiro trimestre deste ano apresentou moderação na expansão do crédito bancário. Em Goiás, segundo dados do BACEN (Banco Central), o saldo total de crédito do sistema financeiro alcançou um volume de R\$ 53,0 bilhões no fechamento do terceiro trimestre de 2011, com crescimentos de 16,3% no ano e 25,1% em doze meses. Do total apurado das operações de crédito, R\$ 30,1 bilhões (56,8%) referem-se ao saldo das operações de crédito das pessoas físicas, com alta de 16,1% em comparação a dezembro de 2010 e 25,9% em relação a setembro do ano passado (Tabela 7 e Gráfico 9). Já o saldo das operações de crédito realizadas pelas pessoas jurídicas, que foi de R\$ 22,9 bilhões (43,2% do total), apresentou aumento de 16,6% em relação a dezembro passado e uma forte elevação de 24,1% em relação ao final de setembro de 2010. É importante observar que o

saldo de crédito das pessoas jurídicas mostrou sinais de desaceleração a partir de abril de 2011 (Gráfico 10), refletindo um certo pessimismo das empresas quanto à continuação da expansão do consumo.

A taxa de inadimplência total do saldo das operações de crédito em Goiás foi em média de 3,3% em setembro, igual a registrada no final do segundo trimestre deste (3,2%), e continua sendo uma das menores dos últimos 12 meses. A taxa de inadimplência referente às pessoas jurídicas continuam sendo menores, (2,0%), se comparado às pessoas físicas (4,3%). Essas baixas taxas de inadimplência refletem o comprometimento tanto das pessoas físicas, quanto das jurídicas em honrarem seus contratos de crédito. Para o BACEN a taxa de inadimplência é medida pela razão entre o saldo dos contratos em que há pelo menos uma prestação, integral ou parcial, com atraso superior a noventa dias e o saldo total das operações.

Tabela 7 - Estado de Goiás: Saldo das Operações de Crédito – 2010/11

Mês/Ano	Saldo das Operações de Crédito (R\$ bilhões)			Taxa de Inadimplência (%)		
	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
set/10	23,9	18,4	42,4	4,6	2,5	3,7
out/10	24,5	18,8	43,3	4,9	3,0	4,1
nov/10	25,2	19,1	44,3	4,4	2,3	3,5
dez/10	25,9	19,6	45,6	4,1	2,4	3,4
jan/11	26,3	19,7	45,9	4,1	2,5	3,4
fev/11	26,5	20,1	46,6	4,0	2,3	3,3
mar/11	27,0	20,7	47,7	4,0	2,1	3,2
abr/11	27,3	21,0	48,4	4,1	2,2	3,3
mai/11	27,9	21,2	49,1	4,2	2,2	3,3
jun/11	28,5	21,5	50,0	4,2	2,2	3,3
jul/11	28,9	21,7	50,6	4,3	2,3	3,4
ago/11	29,5	22,1	51,6	4,1	2,1	3,2
set/11	30,1	22,9	53,0	4,3	2,0	3,3

Fonte: BACEN

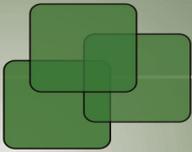
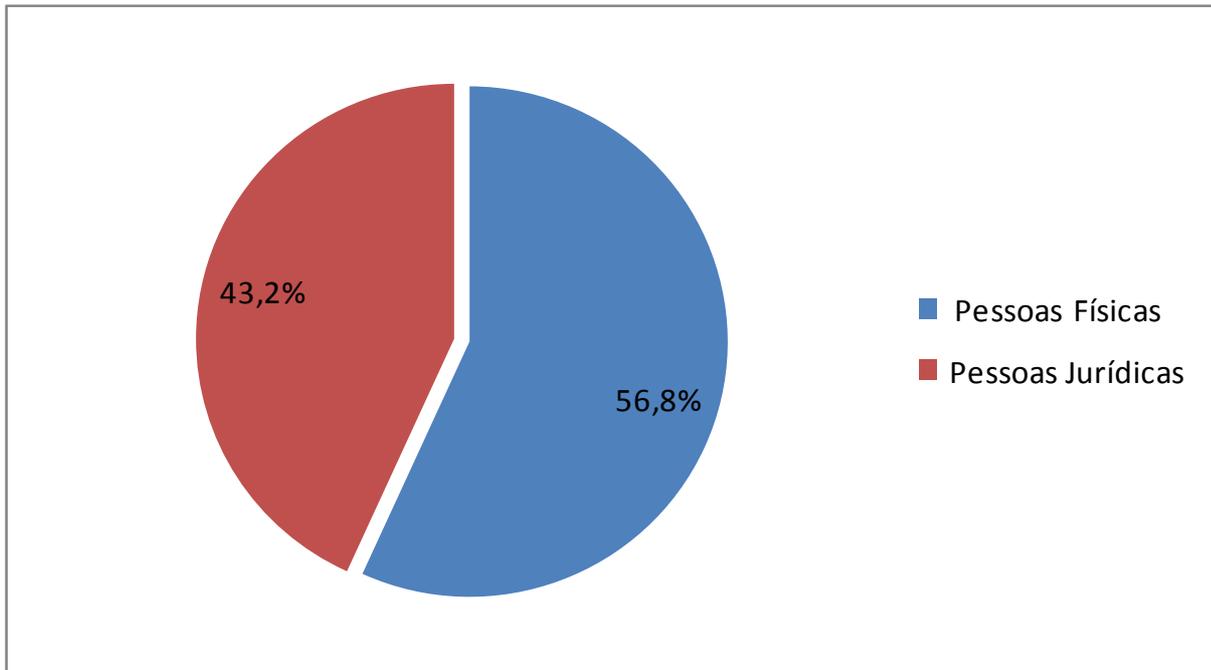
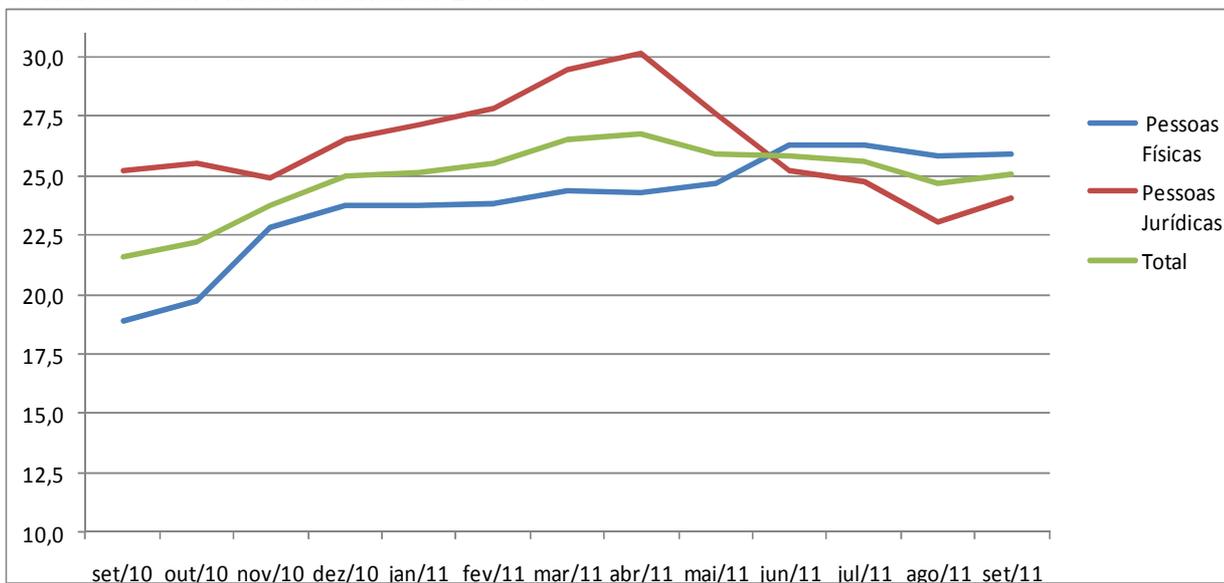


Gráfico 9 - Estado de Goiás: Participação dos Saldos das Operações de Crédito das Pessoas Físicas e Jurídicas no Saldo Total – Set/2011

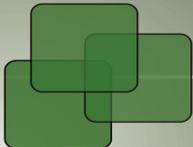


Fonte: BACEN

Gráfico 10 - Estado de Goiás: Variação (%) do Saldo das Operações de Crédito Pessoa Física, Jurídica e total - Mês/Ano anterior 2010/11



Fonte: BACEN



Perfil do Consumo Familiar Goiano: Análise da Pesquisa de Orçamento Familiar

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o perfil do consumo das famílias goianas comparando à média brasileira, segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008/2009, e aos dados referentes à penúltima pesquisa (2002/2003), sobretudo o gasto alimentar pessoal. Constatou-se que houve queda no grupo das despesas correntes, ocasionada principalmente pela redução nas despesas de consumo. Em contrapartida, ocorreu elevação nas despesas com aumento do ativo e diminuição do passivo, provocado pelo aumento na renda das pessoas nos últimos anos, possibilitando atender suas necessidades de consumo e ainda propiciando aumento de patrimônio. Outra constatação interessante foi a elevação na participação no gasto dos grupos de habitação e transporte e redução no grupo alimentação, sendo notada a mudança no hábito alimentar do goiano.

Palavras-chave: Pesquisa de Orçamento Familiar; Consumo familiar; Consumo alimentar.

1 – Introdução

Os padrões de consumo das famílias vão se modificando com o passar do tempo. Estes padrões são utilizados para se calcular a inflação, estudo de mercado para um novo produto, realizar campanhas publicitárias, entre outras utilidades. Quando se calcula a inflação, por exemplo, pretende-se encontrar um indicador que represente da forma mais precisa possível as alterações de preços dos bens e serviços da economia. Baseado neste índice se reajustará salários e contratos. Através do acompanhamento dos indicadores inflacionários o governo (Bacen) toma atitudes como o aumento ou diminuição da taxa básica de juros (Selic) no país.

É neste sentido que os institutos de pesquisa vão a campo investigar o comportamento das famílias, através da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). Esta pesquisa visa, principalmente, mensurar as estruturas de consumo,



Fernanda Cristina Gomide Pereira¹
Marcos Fernando Arriel²

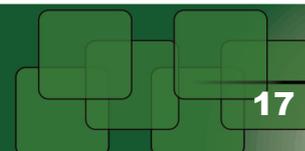
dos gastos, dos rendimentos, a parte da renda destinada ao consumo e investimento, e informação do patrimônio das famílias. Possibilita traçar o perfil das condições de vida da população de determinada localidade a partir da análise de seus orçamentos domésticos. Aos institutos de pesquisas que mensuram o cálculo da inflação, interessam estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos para estruturar seus índices.

Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa. É possível, portanto, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as áreas urbana e rural, a extensão do endividamento familiar, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda e a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços. Outros temas fortemente relacionados à qualidade das condições de vida são destaques nas POFs, a exemplo da investigação subjetiva sobre a qualidade de vida das famílias e de um amplo conjunto de variáveis que é investigado para o desenho da avaliação do perfil nutricional da população residente no Brasil.

Vários institutos de pesquisas realizam a POF, dentre eles o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja última investigação se deu nos anos de 2008

¹ Graduada em economia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e servidora da SEGPLAN-GO/SEPIN (fernanda-cgp@segplan.go.gov.br)

² Economista, Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, servidor da SEGPLAN-GO/SEPIN e Conselheiro efetivo do CORECON-GO (marcosarriel@ig.com.br).



e 2009, sendo os dados divulgados recentemente. A pesquisa foi realizada para todas as Unidades da Federação, inclusive Goiás.

A investigação é bem ampla, mas este artigo tem como objetivo analisar o perfil do consumo das famílias goianas, segundo a POF 2008/2009, comparando os mesmos dados em relação à penúltima pesquisa (2002/2003), sobretudo o gasto alimentar pessoal. Para atender este objetivo, este artigo foi dividido em dois tópicos, sendo que o primeiro apresenta a distribuição média das despesas familiar, por grupos, e o segundo apresenta a estrutura de consumo por tipo de despesa, dando ênfase ao consumo alimentar dos goianos em comparação ao dos brasileiros.

2 – Composição dos grupos de despesas familiar

Resultados da POF 2008-2009 apontam uma despesa total média mensal familiar no Brasil no valor de R\$ 2.626,31 e em Goiás R\$ 2.428,04, sendo que deste total estadual, R\$ 2.194,12 foram despendidos com despesas correntes (90,3%), compostas por despesas de consumo (79%) e outras despesas correntes que englobam

impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, entre outras (11,3%). A despesa com aumento de ativo, ou seja, aquisição e reforma de imóvel e outros investimentos, foi, em média, R\$180,43 e a diminuição do passivo, que são pagamentos de empréstimos e de prestações de imóvel, foi de R\$53,50, sendo os dois juntos responsáveis por 9,6% do total das despesas.

Ao se comparar as despesas no Brasil e em Goiás nos anos de 2002 e 2008, pode-se observar que houve queda nas despesas correntes, principalmente no estado, onde houve redução de 3,4%, sendo as despesas de consumo as grandes responsáveis por essa redução (-4,9%). Observa-se também que ocorreu elevação nas despesas com aumento do ativo e diminuição do passivo, tanto no Brasil quanto em Goiás, sendo que no estado a elevação foi mais substancial, 2,6% nas despesas com aumento de ativo (enquanto no Brasil foi de 1,0%) e 0,8% nas despesas com a diminuição do passivo (enquanto no Brasil foi de 0,1%). Esse reflexo pode ser creditado pelo aumento na renda das pessoas nos últimos anos, possibilitando atender suas necessidades de consumo e ainda propiciando aumento de patrimônio. Essa análise pode ser observada nas tabelas e gráficos a seguir.

Tabela 1 – Brasil e Goiás: Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, por grupos de despesa, em R\$

Grupos de despesa	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)			
	Brasil		Goiás	
	2002	2008	2002	2008
Despesa total	1.778,03	2.626,31	1.426,14	2.428,04
Despesa monetária	1.495,24	2.226,71	1.239,23	2.125,84
Despesa não monetária	282,79	399,60	186,91	302,21
Despesas correntes	1.658,27	2.419,77	1.338,02	2.194,12
Despesas de consumo	1.465,31	2.134,77	1.195,88	1.919,25
Outras despesas correntes	192,97	285,00	142,14	274,87
Aumento do ativo	84,59	152,09	68,68	180,43
Diminuição do passivo	35,17	54,45	19,44	53,50

Fonte: IBGE/POF 2002-2003 e 2008-2009
Elaboração: Segplan/Sepin

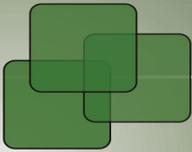
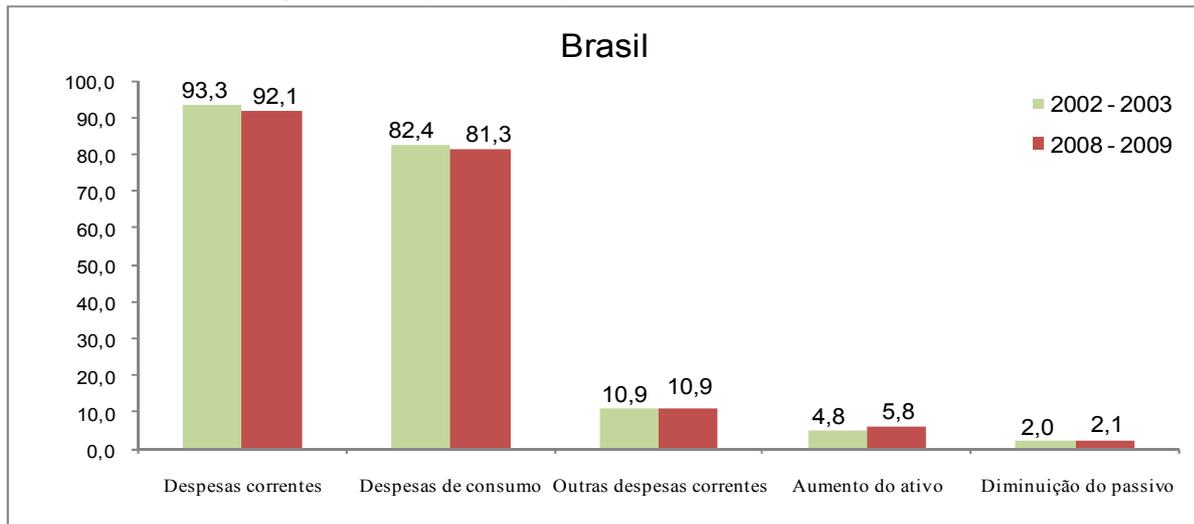
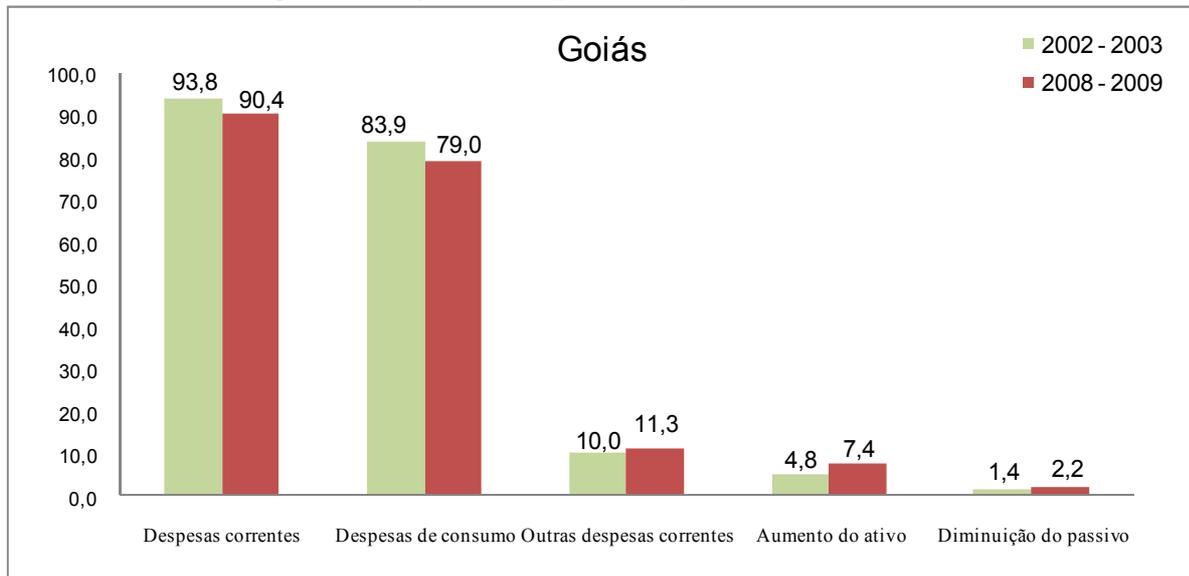


Gráfico 1 – Brasil: Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar no Brasil, segundo os tipos de despesa, em percentual



Fonte: IBGE/POF
Elaboração: Segplan/Sepin

Gráfico 2 – Goiás: Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar em Goiás, segundo os tipos de despesa, em percentual



Fonte: IBGE/POF
Elaboração: Segplan/Sepin

3 – Composição do consumo pessoal médio mensal

Dentro das despesas de consumo, segundo dados da POF, pode-se observar que a habitação, o transporte e a alimentação são responsáveis por grande parte das despesas familiares, tanto em Goiás (76,6%), como no

Brasil (75,3%), sendo que houve diminuição da participação relativa do gasto com alimentação e aumento no gasto dos grupos de habitação e transporte, se comparado as pesquisas de 2008 e 2002, conforme demonstrado na tabela e gráficos a seguir.

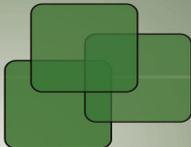


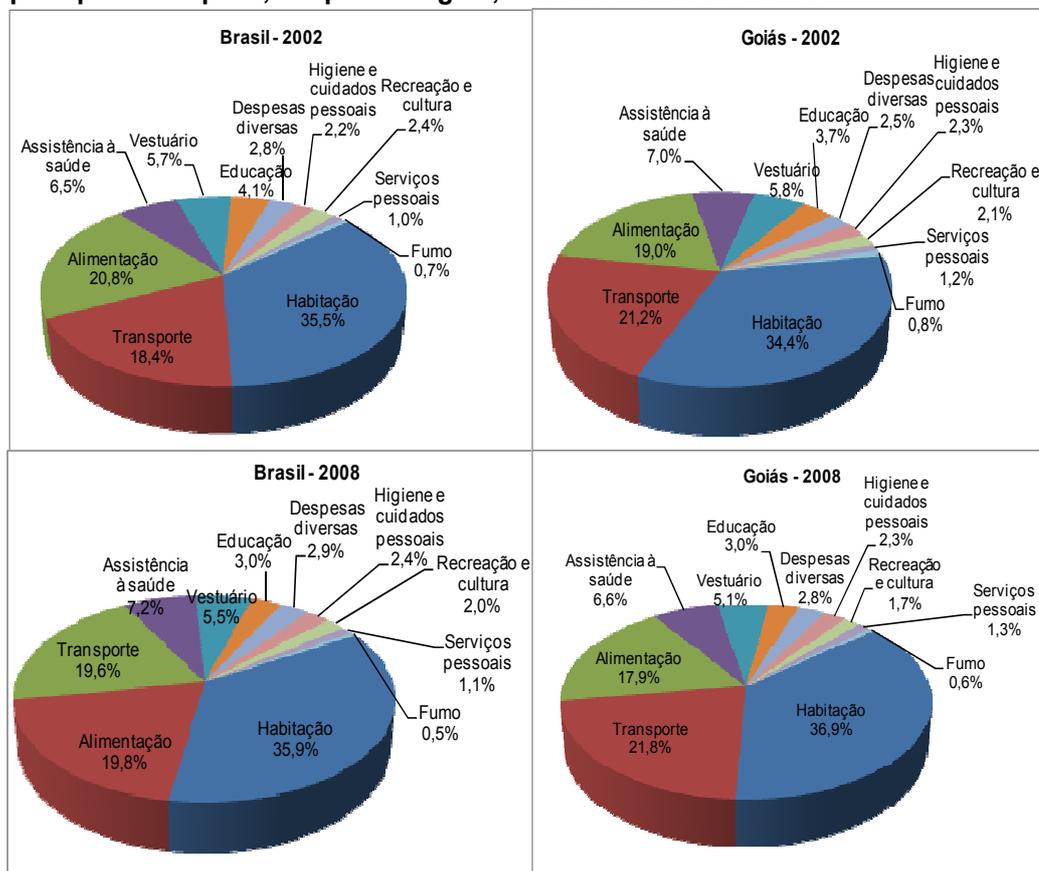
Tabela 2 - Despesas de consumo monetário e não monetário médio mensal familiar, em reais e participação relativa, por despesa (2008-2009)

Tipos de despesa	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar (em Reais e participação relativa)							
	Brasil				Goiás			
	2002		2008		2002		2008	
	Reais (R\$)	Participação relativa (%)	Reais (R\$)	Participação relativa (%)	Reais (R\$)	Participação relativa (%)	Reais (R\$)	Participação relativa (%)
Alimentação	304,12	20,8	421,72	19,8	227,46	19,0	342,92	17,9
Habitação	520,22	35,5	765,89	35,9	411,72	34,4	708,25	36,9
Transporte	270,16	18,4	419,19	19,6	253,53	21,2	419,13	21,8
Vestuário	83,21	5,7	118,22	5,5	69,6	5,8	98,4	5,1
Higiene e cuidados pessoais	31,8	2,2	51,02	2,4	27,43	2,3	44,25	2,3
Assistência à saúde	95,14	6,5	153,81	7,2	83,5	7,0	127,6	6,6
Educação	59,86	4,1	64,81	3,0	43,7	3,7	57,81	3,0
Recreação e cultura	34,95	2,4	42,76	2,0	25,39	2,1	32,7	1,7
Fumo	10,20	0,7	11,62	0,5	9,8	0,8	10,66	0,6
Serviços pessoais	14,85	1,0	23,85	1,1	13,96	1,2	24,28	1,3
Despesas diversas	40,81	2,8	61,87	2,9	29,79	2,5	53,25	2,8
Total	1.465,31	100,0	2.134,77	100,0	1.195,88	100,0	1.919,25	100,0

Fonte: IBGE/POF

Elaboração: Segplan/Seplan

Figura 1 – Brasil e Goiás: Despesas de consumo médio mensal familiar, por tipo de despesa, em porcentagem, nos anos de 2002 e 2008



Fonte: IBGE/POF

Elaboração: Segplan/Seplan

3.1 - Consumo alimentar pessoal

Dentre as despesas de consumo investigadas pela POF do IBGE, o consumo alimentar é um dos que ganha maior destaque. Através deste grupo de consumo pode-se analisar as mudanças de hábitos, seja pela alteração no rendimento monetário ou pelas mudanças culturais.

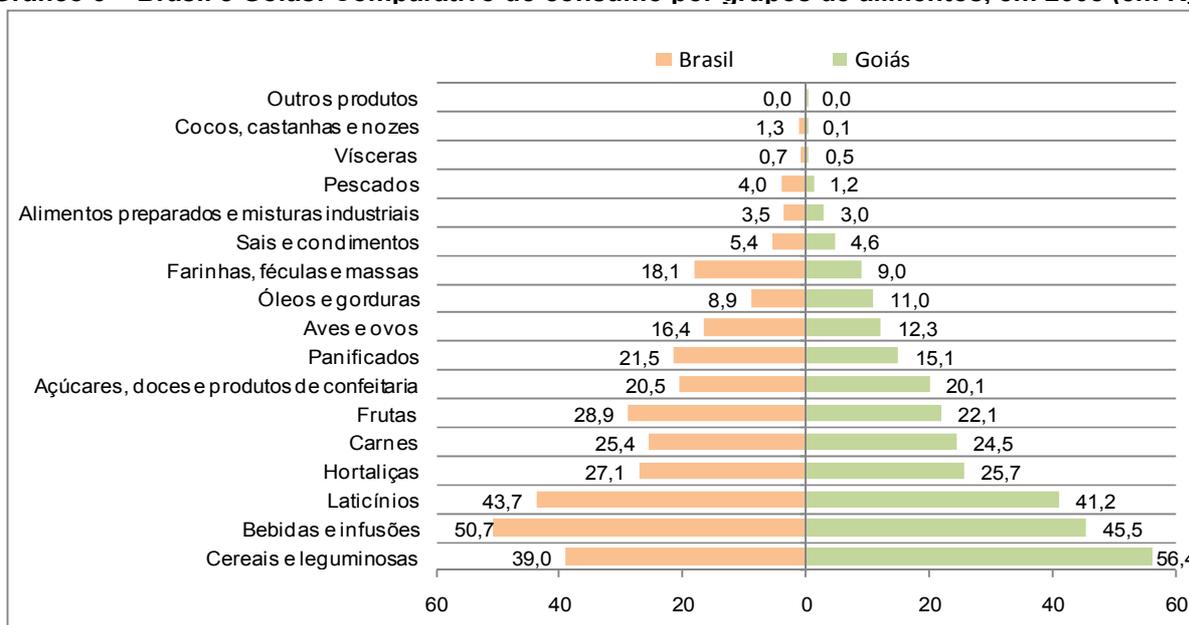
No Brasil a pesquisa constatou, nos anos de 2008 e 2009, que o consumo alimentar abrange a tradicional dieta à base de arroz e feijão juntamente com alimentos muito calóricos e com poucos nutrientes. Os alimentos que apresentaram as maiores médias de consumo diário per capita foram feijão, arroz, carne bovina, sucos, refrigerantes e café, seguidos pelo pão de sal, sopas e caldos, conforme verificado na Tabela 3. Observando os gastos em grupos de alimentos, nota-se um maior consumo no grupo formado por bebidas e infusões, representando 50,7% do consumo em Kg, seguido pelo

grupo de laticínios (43,7%) e cereais e leguminosas (39,0%).

Ao analisar os dados de Goiás pode-se observar algumas diferenças com a média de consumo do Brasil. O grupo de cereais e leguminosas aparece em primeiro lugar para os goianos, com 56,4% na estrutura de consumo. Em segundo lugar na preferência dos goianos vem o grupo formado pelas bebidas e infusões (45,5%) e laticínios (41,2%).

Outra diferença no hábito alimentar entre os goianos e a média do Brasil foi notada no consumo de frutas, hortaliças, carnes, aves e ovos e panificados. Em todos estes grupos foi observada uma maior participação na quantidade de consumo na média brasileira em comparação ao consumo no estado, inclusive nos grupos de farinhas, féculas e massas e pescados (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Brasil e Goiás: Comparativo do consumo por grupos de alimentos, em 2008 (em Kg)



Fonte: POF/IBGE
Elaboração: Sepin/Segplan-GO

Outra informação relativa ao Brasil é que apesar de os homens consumirem maior quantidade de alimentos, eles consomem menos verduras, frutas, saladas e doces do

que as mulheres, e o consumo de cervejas e bebidas destiladas, é aproximadamente, cinco vezes maior do que entre as mulheres, sendo que o consumo ocorre principalmente fora do domicílio (63,6%).

Tabela 3 – Brasil: Consumo alimentar médio per capita (g/dia) e percentual de consumo fora do domicílio em relação ao total consumido (%), por sexo (2008 – 2009)

Alimentos	Consumo alimentar médio per capita (g/dia) e percentual de consumo fora do domicílio em relação ao total consumido (%), por sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	g/dia	% fora	g/dia	% fora	g/dia	% fora
Café	215,1	10,1	222,3	11,8	208,4	8,5
Feijão	182,9	12,2	223,1	13,6	145,4	10,1
Arroz	160,3	12,5	189,9	13,9	132,7	10,6
Sucos/refrescos/sucos em pó	145	18,5	151,8	20,2	138,7	16,9
Refrigerantes	94,7	39,9	112,2	43,2	78,4	35,8
Carne bovina	63,2	16,6	73,5	18,6	53,6	14
Pães de sal	53,0	9,1	58,1	9,8	48,3	8,4
Sopas e caldos	50,3	11,5	45,8	14,6	54,6	9,1
Aves	36,5	17,0	40,1	18,6	33,2	15,1
Macarrão	36,3	15,5	40,3	17,7	32,6	13
Leite integral	34,7	5,8	33,8	6,5	35,6	5,2
Chá	31,3	8,9	26,8	8,3	35,5	9,4
Cerveja	31,1	63,6	55,7	63,8	8,1	62,5
Peixes frescos e preparações	23,4	10,8	26,3	11,5	20,8	10,1
Laranja	20,6	16,3	20,4	17,9	20,7	14,8
Milho e preparações	20,4	7,6	23,1	8,6	17,8	6,4
Bebidas lácteas com sabor e adoçadas	19,9	8,7	20,9	7,8	19	9,7
Banana	18,6	11,6	18,3	12,4	18,8	11
Sanduíches	11,8	41,4	13,6	45,7	10,1	36
Ovos	11,7	6,7	13,9	8,2	9,6	4,6

Fonte: POF/IBGE

3.1.2 - Comparativo da despesa alimentar pessoal nos anos de 2002 e 2008

Ao se comparar os dados da POF sobre a aquisição alimentar domiciliar per capita anual por grupos, subgrupos e produtos, em quilogramas, nos anos de 2002 e 2008 (vide gráficos e tabela a seguir), pode-se observar uma queda no consumo de cereais e leguminosas no Brasil (-19,4%) e em Goiás (-11,6%) devida, principalmente, à diminuição no consumo de arroz e feijão. Apesar de ter havido uma queda de 6,6% no consumo de hortaliças no Brasil, em Goiás houve um crescimento de 12,2% devido principalmente à elevação no consumo de berinjela, couve e inhame. Enquanto no

Brasil houve um aumento de 17,9% no consumo de frutas, em Goiás esse aumento foi de 34,5%, sendo a laranja-baía, a pêra e o melão os principais responsáveis por esta elevação.

Houve uma redução do consumo nacional de coco, nozes e castanhas de 21,5%, sendo que no estado houve um acréscimo de 29,7%. O grupo de farinhas, féculas e massas apresentou diminuição no consumo tanto no Brasil (-20,5%) quanto em Goiás (-4,9%), havendo redução no consumo da farinha e massas, principalmente

o macarrão sem ovos, e elevação do consumo de féculas em Goiás, principalmente de flocos em geral. O aumento no consumo de pães foi devido, em grande parte, ao substancial aumento na aquisição de pão integral.

Apesar de no Brasil não ter havido alteração na quantidade consumida de carne, no estado de Goiás houve uma elevação no consumo (11,8%), ocorrida, principalmente, ao consumo do filé mignon e de outras carnes bovinas de 2ª. A língua e as vísceras suínas apresentaram aumento no consumo em Goiás, enquanto no país houve uma retração, o mesmo ocorrendo com os pescados, sendo que o aumento do consumo em Goiás deveu-se, principalmente à elevação no consumo de camarão e outros pescados em filé.

No grupo das aves e ovos houve um aumento no consumo no Brasil (5,4%) e redução no estado (-23,2%). Apesar do aumento no consumo do leite em pó desengordurado, integral e fermentado, houve redução no

consumo de laticínios em geral, assim como no grupo de açúcares, doces e produtos de confeitaria, exceto no consumo do açúcar demerara que apresentou um aumento substancial. Apesar da redução do consumo de sais e condimentos, os caldos em tablete tiveram um relativo aumento em sua aquisição. No grupo de óleos e gorduras, mesmo com a queda no consumo geral, destaca-se o aumento de 200% no consumo do azeite de oliva em Goiás. Ao analisarmos as bebidas e infusões nota-se que apesar de ter ocorrido elevação no consumo tanto no Brasil (12,0%) quanto em Goiás (53,3%), grande parte do aumento no estado foi devido à elevação no consumo de bebidas alcoólicas (principalmente da cerveja), como também da água mineral, do refrigerante de uva e do café solúvel. No grupo de alimentos preparados e misturas industriais percebe-se que enquanto ocorreu uma elevação do consumo no Brasil de 37%, no estado esse aumento relativo foi de 129,2%. O comparativo do consumo no Brasil e em Goiás, por grupos de alimentos, encontra-se na tabela e nos gráficos a seguir.

Tabela 4 – Brasil e Goiás: Comparativo do consumo por grupos de alimentos, nos anos de 2002 e 2008 (em Kg)

Grupos de alimentos	Brasil			Goiás		
	2002	2008	Variação relativa (%)	2002	2008	Variação relativa (%)
Cereais e leguminosas	48,4	39,0	-19,4	63,8	56,4	-11,6
Bebidas e infusões	45,3	50,7	12,0	29,7	45,5	53,3
Laticínios	49,9	43,7	-12,4	55,6	41,2	-25,9
Hortaliças	29,0	27,1	-6,6	22,9	25,7	12,2
Carnes	25,2	25,4	0,7	21,9	24,5	11,8
Frutas	24,5	28,9	17,9	16,4	22,1	34,5
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	23,5	20,5	-12,7	23,9	20,1	-15,8
Panificados	20,3	21,5	6,0	13,4	15,1	13,0
Aves e ovos	15,6	16,4	5,4	16,0	12,3	-23,2
Óleos e gorduras	10,2	8,9	-12,6	14,4	11,0	-23,7
Farinhas, féculas e massas	22,8	18,1	-20,5	9,5	9,0	-4,9
Sais e condimentos	6,0	5,4	-8,9	5,5	4,6	-15,7
Alimentos preparados e misturas industriais	2,6	3,5	37,0	1,3	3,0	129,2
Pescados	4,6	4,0	-12,1	1,0	1,2	25,1
Vísceras	0,9	0,7	-16,9	0,5	0,5	6,6
Cocos, castanhas e nozes	1,6	1,3	-21,5	0,1	0,1	29,7
Outros produtos	0,0	0,0	566,7	0,0	0,0	275,0
Total	330,3	315,2	-4,6	295,9	292,4	-1,2

Fonte: POF/IBGE

Elaboração: Sepin/Segplan-GO

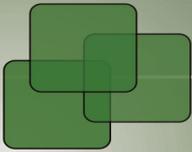
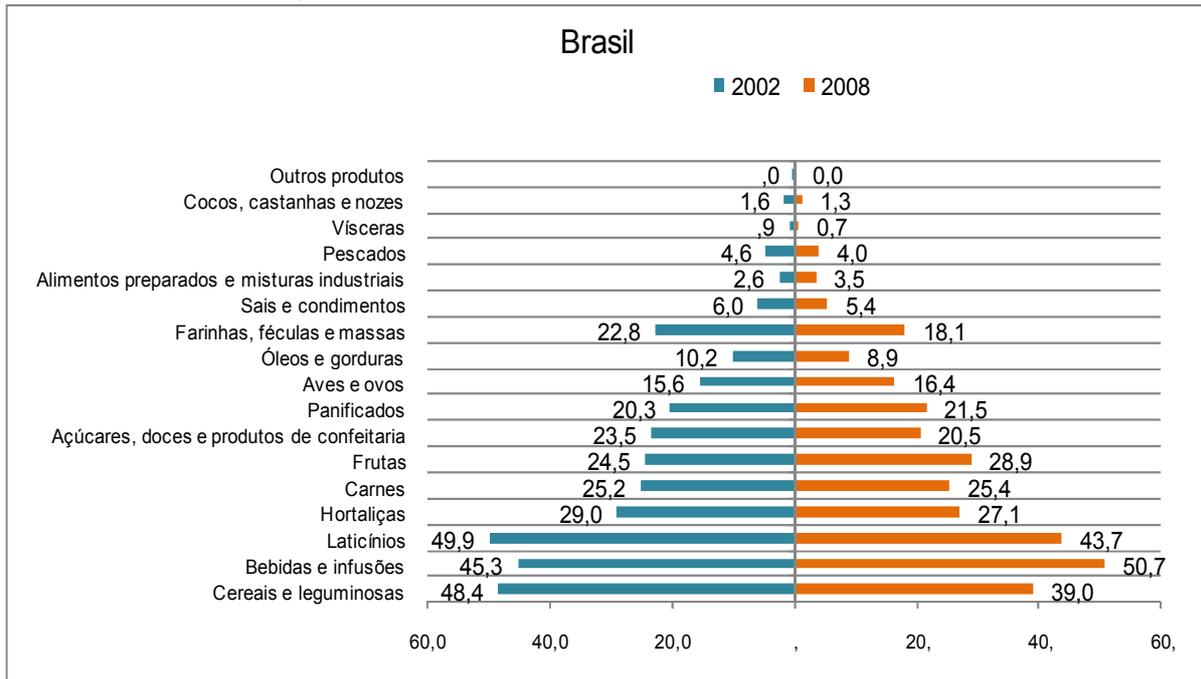
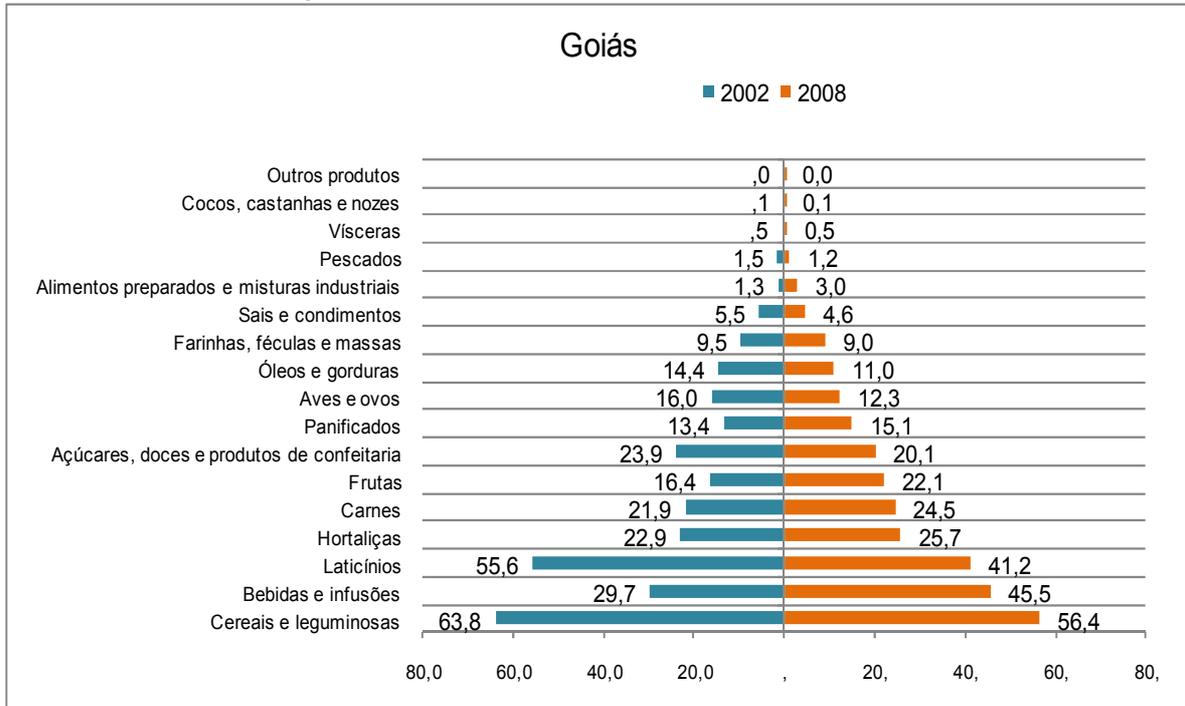


Gráfico 4 – Brasil: Comparativo do consumo alimentício nos anos de 2002 e 2008

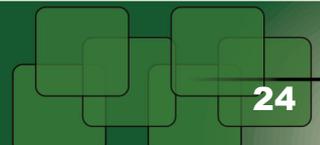


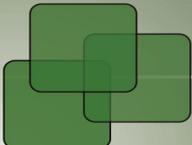
Fonte: POF/IBGE
Elaboração: Sepin/Segplan-GO

Gráfico 5 – Goiás: Comparativo do consumo alimentício nos anos de 2002 e 2008



Fonte: POF/IBGE
Elaboração: Sepin/Segplan-GO





4 – Considerações Finais

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo IBGE nos anos de 2008 e 2009, com dados divulgados recentemente, mostrou que houve alteração na estrutura de despesas e mudança no hábito de consumo dos goianos.

Foi constatado, através da pesquisa, que 90,4% das despesas dos goianos, em 2008/2009, eram relativas às despesas correntes, compostas por despesas de consumo (79%) e outras despesas correntes (11,3%), 7,4% referente ao aumento do ativo e 2,2% à diminuição do passivo. Comparando à pesquisa realizada em 2002 e 2003, houve redução de 3,4% na despesa corrente, sendo as despesas de consumo as grandes responsáveis por essa redução (-4,9%). Observou-se também que ocorreu elevação nas despesas com aumento do ativo e diminuição do passivo, que pode ter sido o reflexo do aumento na renda das pessoas nos últimos anos, possibilitando atender suas necessidades de consumo e ainda propiciando aumento de patrimônio.

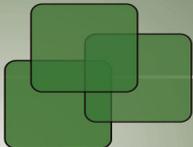
Outra constatação é que os grupos de habitação (36,9%), transporte (21,8%), e alimentação (17,9%) foram responsáveis por grande parte das despesas familiares em Goiás (76,6%), sendo que houve diminuição da

participação relativa do gasto com alimentação e aumento no gasto dos grupos de habitação e transporte, se comparado às pesquisas de 2008 e 2002. Dentro do grupo alimentação, na pesquisa de 2008/2009, cereais e leguminosas (56,4 Kg), bebidas e infusões (45,5 Kg) e laticínios (41,2 Kg), foram os grupos de alimentos mais consumidos. Se comparado à pesquisa anterior nota-se uma queda no consumo de cereais e leguminosas, devida, principalmente, à diminuição no consumo de arroz, feijão e laticínios. Em contrapartida houve aumento no consumo de bebidas, hortaliças e frutas.

Referências Bibliográficas

DINIZ BPC, SILVEIRA FG, BERTASSO B, MAGALHÃES LCF, SERVO LMS. As Pesquisas de Orçamentos Familiares no Brasil. In: *Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas*. v. 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2007. p.143-66.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa de Orçamento Familiar – 2008-2009*. Rio de Janeiro: IBGE. Obtido em 28/10/2011 no site <http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>.



Sistema de gestão ambiental – ISO 14001: um estudo de caso para o setor sucroalcooleiro goiano

Dinamar Maria Ferreira Marques¹
Rafael Oliveira de Souza²
Eliane Moreira Sá de Souza³

Resumo: O setor sucroalcooleiro em Goiás ganhou maior expressividade a partir do ano de 2007, devido ao aumento da procura por produtos derivados da cana de açúcar. Visto a atual preocupação com a responsabilidade das organizações sobre o impacto de sua atividade ao ambiente, o Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001, surge como uma importante ferramenta de gestão para as organizações. O objetivo deste estudo fundamentou-se em conhecer as dificuldades e oportunidades inerentes a obtenção desta certificação, bem como seu reflexo na competitividade das organizações. Para tanto foi aplicado um questionário em uma, das duas organizações estabelecidas no Estado, que possuem a certificação. Os resultados obtidos apontam que tanto as dificuldades quanto as oportunidades estão associadas à questão financeira e que esta certificação impacta positivamente na competitividade da organização estudada.

Palavras-chave: gestão ambiental, ISO 14001, setor sucroalcooleiro, competitividade.

1. Introdução

Desde a revolução industrial, no século XVIII, a ação humana gradativamente foi deixando no ambiente natural seus reflexos. O que vem causando grande preocupação, de um conjunto cada vez maior de atores sociais. Atualmente as organizações visam, não só, sanar as demandas dos consumidores por determinados bens e serviços, mas buscam atender uma diversidade crescente de novos anseios. Como por exemplo, práticas de produção menos agressivas ao ambiente e poupadora de recursos naturais.

Cabe referenciar que esta preocupação das organizações, em investir em questões relativas à preservação, nem sempre é fruto da espontaneidade. A motivação para tal processo é derivada de pressões externas realizadas pelo governo, pela sociedade em

sentido amplo e pelo próprio mercado representado pela figura dos consumidores. Segundo Andrade, Tachizava e Carvalho (2000) a variável ambiental deixou de ser uma questão exclusiva de proteção e consubstanciou-se em uma função da administração, dado que afeta a estrutura organizacional e interfere no planejamento estratégico.

Este estudo tem como objetivo geral investigar as dificuldades e oportunidades inerentes ao processo de implantação do Sistema de Gestão Ambiental por meio da certificação ISO 14001 para o setor sucroalcooleiro goiano. Os objetivos específicos que fomentam esta discussão são dois: caracterizar os principais aspectos desta norma; identificar os reflexos na competitividade das organizações certificadas pela referida norma.

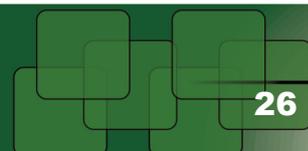
O problema de pesquisa que norteia este estudo fundamenta-se na discussão sobre se o desenvolvimento da atividade sucroalcooleira no Estado está em consonância com as preocupações sociais a respeito dos impactos gerados ao ambiente pelas organizações. Considerando que, a existência de um Sistema de Gestão Ambiental de alguma forma representa uma preocupação da organização com as questões de fundo ambiental, além de representar uma estratégia de mercado.

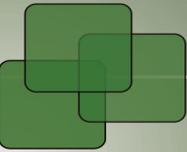
A importância de se aderir a um Sistema de Gestão Ambiental, seguindo as normas da ISO 14001, deve-se à preocupação com o meio ambiente, mas também como uma fonte de vantagem competitiva diante do cenário atual, onde se observa competição acirrada, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional. Um dos maiores desafios para as organizações neste século será conseguir manter o equilíbrio ecológico.

¹ Economista pela PUC Goiás e mestranda em Agronegócio pela UFG (dinamarmfm@gmail.com)

² Economista pela FACE – UFG e mestrando em Agronegócio pela UFG (rafael-economia@hotmail.com)

³ Administradora pela UDESC e doutora em Engenharia de Produção pela UFSC (eliane.mss@hotmail.com)





Espera-se com este trabalho apresentar as vantagens de se aderir ao sistema de gestão ambiental, com aplicação da norma ISO 14001, bem como evidenciar a contribuição que este tipo de certificação traz para a sociedade e para as organizações que a adotam. Esta pesquisa se justifica pela necessidade cada vez maior das empresas aderirem a programas ou processos mais limpos, poupadores de recursos naturais. Dado que a aderência a esta filosofia acarreta em custos, estudos como estes buscam apontar que propostas como a certificação ISO 14001 representam investimentos que podem trazer benefícios à organização e para a sociedade.

2. Referencial Teórico

Para discutir as questões referentes à variável ambiental, no âmbito da gestão, se faz necessário abordar a gestão das organizações pelo enfoque sistêmico. Nesta perspectiva de análise, a organização é concebida como um conjunto de partes que se integram formando um todo, direcionado para um determinado fim e, que estabelece relações com o meio que a mesma está inserida. O enfoque sistêmico garante uma visão ampla da organização, na qual se viabiliza o início da discussão acerca da concepção de Gestão Ambiental (ANDRADE, TACHIZAVA e CARVALHO, 2000).

Segundo Valle (2000), a Gestão Ambiental pode ser definida como um conjunto de práticas bem definidas aplicadas à redução e ao controle dos impactos gerados por um empreendimento ao ambiente, buscando, grosso modo, a melhoria contínua das condições ambientais em uma organização. Estas práticas objetivam ainda a melhoria permanente das condições de segurança, higiene e saúde ocupacional de todos os funcionários, bem como pelo estabelecimento de um relacionamento saudável com os segmentos da sociedade que interagem com a atividade da organização.

Segundo Coltro (2004), a gestão ambiental é tida como parte integrante do sistema de gestão global de uma organização. É, sem dúvida, um processo dinâmico e interativo. Assim a estrutura, responsabilidade, práticas,

procedimentos, processos e recursos para a implantação de políticas, objetivos e metas ambientais devem ser coordenados com os esforços em outros segmentos da organização como operacional, financeiro, qualidade, saúde ocupacional e segurança no trabalho.

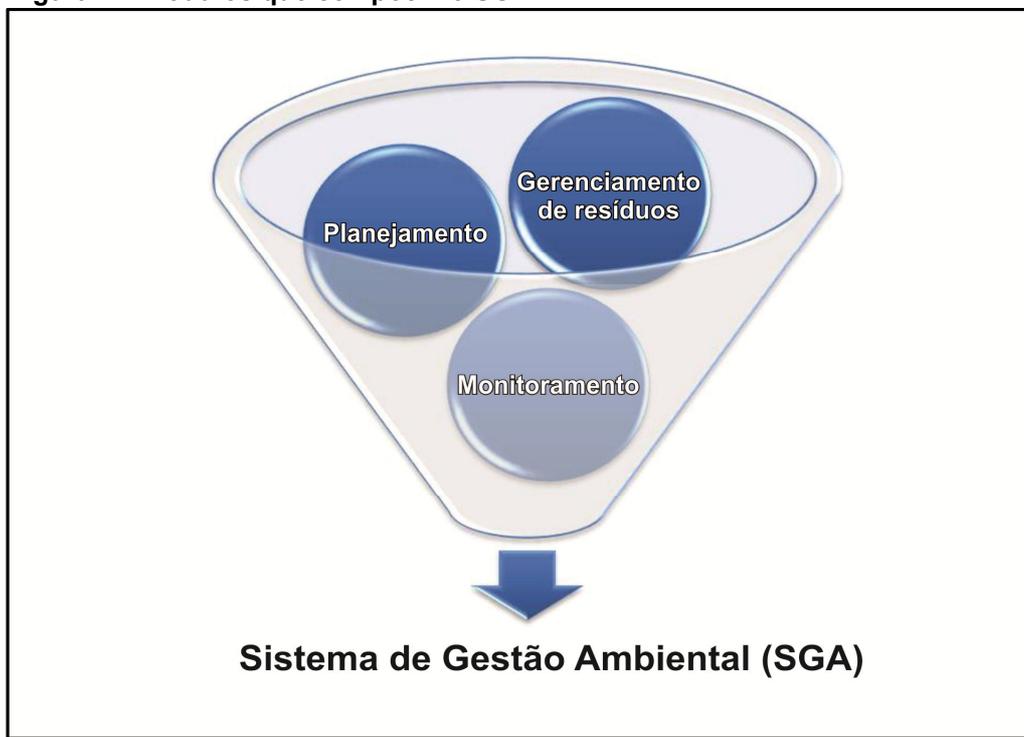
O Sistema de Gestão Ambiental estabelece os requisitos para as organizações gerenciarem seus produtos e processos, com o intuito de mitigar ou, ao menos, controlar as agressões ao meio ambiente, para que as comunidades não sofram demasiadamente com os resíduos gerados e que a sociedade seja beneficiada num aspecto amplo. Para se ter um sistema ambiental eficaz, é necessário conciliar proteção ambiental com as necessidades socioeconômicas da população e da organização (ABNT, 2004).

O SGA de uma organização pode ser definido como as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para implantação e manutenção da política ambiental da organização. Sendo a política ambiental, definida como a própria forma da organização especificar seus princípios de respeito ao meio ambiente e seu apoio para a solução racional dos problemas ambientais. Por meio do Sistema de Gestão Ambiental se torna possível pensar em aprimorar o desenvolvimento das atividades da organização, com técnicas que conduzam à melhores resultados harmonizados com meio ambiente (VALLE, 2000).

Conforme Valle (2000) são necessários três módulos para constituir o Sistema de Gestão Ambiental na organização: o planejamento, o gerenciamento de resíduos e o monitoramento, ilustrados na figura 1. Ao planejamento, cabe definir as metas a serem atingidas, bem como definir o volume de recursos que deverão ser despendidos em cada atividade do processo. Ao módulo destinado ao gerenciamento de resíduos, deve-se incluir o cadastramento e a classificação de todos os resíduos gerados e estocados pela organização, com objetivo de possibilitar a melhor alternativa para a de destinação de cada resíduo. E ao monitoramento, cabe aferir os resultados gerados, como as diversas tecnologias eleitas para os diversos tratamentos e armazenamento dos

resíduos além de aperfeiçoar as futuras ações a serem adotadas.

Figura 1 – Módulos que compõem o SGA



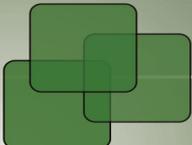
Fonte: Adaptado de Valle (2000).

Uma maneira de consolidar um Sistema de Gestão Ambiental na organização é por meio dos conjuntos de normas ISO 14000, em especial pela ISO 14001. As normas que integram a família ISO 14000 representam um conjunto de normas ou padrões de gerenciamento ambiental de caráter voluntário, que podem ser utilizados pelas organizações com a finalidade de legitimar a existência do SGA. Com a implementação de um SGA baseado nas normas ISO 14001, além de se garantir um efetivo gerenciamento e melhorias ambientais, as organizações conseguem assegurar a seus respectivos clientes que atendem e respeitam a legislação ambiental e, desta forma se tornam aptas a ultrapassar uma série de barreiras comerciais impostas por diversos países (REIS e QUEIROZ, 2002).

A ISO – International Organization for Standardization é uma organização de representatividade internacional, fundada em 23 de fevereiro de 1947, sediada na cidade de Genebra – Suíça. Surgiu da necessidade de garantir

padrões internacionais para o campo da engenharia durante a Segunda Guerra Mundial. A ISO tornou-se internacionalmente conhecida e passou a fazer parte do escopo de estudo da gestão das organizações por meio da ISO 9000, que representa um conjunto de normas relativas ao sistema de gerenciamento da qualidade na produção de bens de consumo ou prestação de serviços (ZACHARIAS, 2008; DONAIRES, 1999).

A ISO possui 162 países membros. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a organização membro, que representa o Brasil, junto aos demais países, enquanto o INMETRO é o responsável pela fiscalização, credenciamento dos organismos certificadores. Destaca-se que, as normas de qualidade ambiental se originaram da lacuna existente na série 9000, que surgiu nos anos 1970, mas que não contemplava, em seus pressupostos, a preocupação com o meio ambiente. A ISO 14000 também foi desenvolvida



para ser o escopo de um plano estratégico da gestão ambiental de uma organização, envolvendo política, planos e ações (LAUGENI e MARTINS, apud PEIXE et al, 2006).

As normas da Série ISO 14000 foram desenvolvidas pelo Comitê Técnico 207 da INTERNATIONAL ORGANIZATION for STANDARDIZATION – ISO - TC 2074. Conforme Nicoletta, Marques e Skorupa (2004), trata-se de um grupo de normas que fornece ferramentas e estabelece um padrão de Sistema de Gestão Ambiental, abrangendo seis áreas bem definidas: Sistemas de Gestão Ambiental (Série ISO 14001 e 14004); Auditorias Ambientais (ISO 14010, 14011, 14012 e 14015); Rotulagem Ambiental (Série ISO 14020, 14021, 14021 e 14025); Avaliação de Desempenho Ambiental (Série ISO 14031 e 14032); Avaliação do Ciclo de Vida de Produto (Série ISO 14040, 14041, 14042 e 14043) e Termos e Definições (Série ISO 14050).

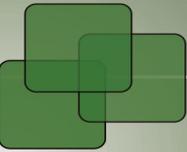
A ISO 14001 é uma norma de gestão genérica, o que possibilita sua aplicação em qualquer organização, seja grande ou pequena, seja qual for seu produto ou serviço, independente do setor de atividade. A ISO 14001 é uma ferramenta de gestão, que permite a organização minimizar os efeitos nocivos ao meio ambiente causados por suas atividades, buscando alcançar a melhoria contínua do seu desempenho ambiental. Atualmente é aplicada em cerca de 200.000 organizações em 155 países (ISO, 2011).

A ISO 14001 não especifica os níveis de desempenho ambiental, caso o fizesse, esta teria que ser específica para cada atividade e isso exigiria um sistema de gestão ambiental particular para cada organização. É possível destacar como objetivo principal da norma a oferta de uma abordagem holística e estratégica para a organização acerca da gestão das questões ambientais, apresentando os requisitos de cunho genérico para implantação de um sistema de gestão ambiental. A filosofia subjacente é que para qualquer organização, que desenvolvam qualquer atividade, os requisitos de SGA eficaz são os mesmos (ISO, 2011).

Como resultado da crescente conscientização global sobre a importância do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e as pressões legais para as organizações gerirem seus processos de forma sustentável, a ISO 14001 vem ganhando importância cada vez maior, no cenário organizacional. A implementação de um SGA, como a ISO 14001, não apenas fornece algumas garantias ao meio ambiente, mas também oferece uma forma de demonstrar estas conquistas externas às partes interessadas. Neste sentido a instauração de um Sistema de Gestão Ambiental, por meio da ISO 14001 representa um importante requisito para as organizações que desejam vender seus produtos no contexto de um mercado globalizado (SEIFFERT, 2007).

Sendo possível definir competitividade, no âmbito da gestão, segundo Guedes, Sena e Toledo (2007), como o ato de conquistar mercados. Segundo estes autores é factível afirmar que uma organização torna-se competitiva ou é competitiva quando a mesma busca estratégias que agreguem valor ao negócio, fortalecendo ou criando sua competitividade perante seus concorrentes efetivos e potenciais. Quanto à certificação, esta pode ser definida, segundo Nassar *apud* MARTINEZ, SANTOS e CÓCORA (2008), com a declaração de pertencimento de determinados atributos e um produto, processo ou serviços garantindo que estes se encontram dentro de padrões pré-definidos.

Segundo Spers (2000), as organizações que desejarem se inserir em um ambiente de competição global e desejarem colocar seus produtos em mercados mais lucrativos devem buscar mecanismos que evidenciam os sistemas de gestão ambiental, como a norma ISO 14001. Esta representa um instrumento para organizações se tornarem mais competitivas, inclusive para as organizações do setor sucroalcooleiro do Estado de Goiás, haja vista que a norma possibilita aos gestores melhorarem a eficiência da organização, além de eliminar a assimetria de informações, o mercado consumidor tem como verificar posturas de respeito ao meio ambiente adotadas pelas organizações. As certificações, em



sentido amplo são fundamentais para a inserção dos produtos nos mercados internacionais e nacional, dado que os consumidores estão cada vez mais exigentes com relação à qualidade e segurança dos produtos.

Diante das exigências dos mercados e da competição global, fica evidente que a Certificação ISO 14001 é um instrumento relevante para expansão da atividade da organização, conduzindo-a para mercados mais lucrativos e competitivos. Pois sinaliza ao mercado consumidor que seus produtos estão de acordo com os padrões, normas e regulamentações ambientais que são exigidos e impostos para que possa ocorrer transação comercial. Apesar das organizações que optam pela certificação arcarem com determinados custos e investimentos, esta alocação de recursos traz um rápido retorno para as mesmas, tanto pela economia obtida pela racionalização, quanto pela otimização de níveis de eficiência agregados aos bens e serviços (CALLADO et al, 2007).

Enfim, as organizações cada vez mais buscam associar a lucratividade ao fator ambiental, promovendo a gestão organizacional com atenção às questões inerentes aos danos ao ambiente. Nessa direção, emerge a demanda destas organizações pelo Sistema de Gestão Ambiental. Assim, a implantação de um SGA, por meio da norma ISO 14001, permite que o processo produtivo seja reavaliado continuamente, refletindo na busca contínua por procedimentos, mecanismos e padrões comportamentais menos nocivos ao ambiente. De acordo com a norma ISO 14001, um sistema deste tipo permite a uma organização estabelecer e avaliar a eficácia dos procedimentos destinados a definir uma política e objetivos ambientais, atingir a conformidade com eles e demonstrá-la a terceiros. A finalidade dessa norma é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção da poluição com as necessidades sócio-econômicas (MOREIRA, 2001).

3. Metodologia

De maneira análoga ao trabalho desenvolvido por Peixe et al (2011) esta pesquisa se caracteriza como qualitativa,

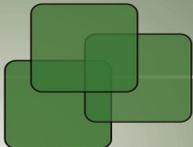
em relação ao objeto; quanto à natureza é aplicada e quanto à abordagem, descritiva e exploratória. Quanto ao delineamento, envolve a pesquisa bibliográfica e documental pelo levantamento de informações para viabilizar este estudo. Neste estudo, a pesquisa descritiva assumiu forma de um estudo de caso.

A fim de conhecer as organizações goianas do setor sucroalcooleiro, para compor o universo da pesquisa, foi realizada uma pesquisa no site do INMETRO e a ABNT, que disponibiliza para consulta gratuita dados acerca das unidades de negócios certificadas com a norma ISO 14001. Por meio deste processo identificou-se que no setor sucroalcooleiro do Estado de Goiás apenas duas organizações estão certificadas com ISO 14001.

Foi proposto um questionário acerca dos desafios e oportunidades envolvidas no processo de obtenção desta norma para as duas organizações, mas apenas uma delas, a Goiasa Goiatuba Álcool Ltda respondeu o questionário, através do departamento de Meio Ambiente e Requisitos Legais. O propósito geral do questionário foi identificar as dificuldades e oportunidades associadas ao processo de Gestão Ambiental por meio da certificação ISO 14001, além de observar algumas práticas de gestão da empresa referente à questão ambiental. Cabe ainda destacar a pesquisa realizada junto à Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas - SEPIN da Segplan-GO, que possibilitou listar o número de organizações do setor sucroalcooleiro de Goiás.

4. Análise e Discussão dos Resultados Setor sucroalcooleiro goiano e especialização da atividade

Alguns indicadores mostram a importância da cana de açúcar para o Estado de Goiás, o aumento da produção, a crescente produtividade, as divisas geradas pela exportação, o número de empregos resultantes de toda cadeia e a concentração em determinadas regiões de planejamento. A cana está espalhada por cento e noventa e dois municípios goianos, presente nas dez regiões de planejamento.



O que chama a atenção é a concentração em algumas regiões, na região Sudoeste Goiano concentrava em 2010 49,6% da produção estadual, quase 50% da produção; a região Sul Goiano é a segunda região com maior produção sucroalcooleira (24,8%), e a região Centro Goiano 11,1%. As três regiões juntas concentram 85,5% de toda produção do Estado. Essas regiões são responsáveis por 53,4% da produção agropecuária do Estado. O maior volume de produção foi observado nos municípios de Quirinópolis e Santa Helena de Goiás e Gouvelândia.

A cana vem se tornando um produto dinamizador do agronegócio goiano, representou em 2009 18,5% do valor da produção agrícola. A soja, o principal produto goiano representou, para o mesmo ano, 48,4%, enquanto o milho representou 13,7%. Juntos, os três produtos representaram 79,6% do valor da produção das lavouras temporárias. Em termos de exportação, a cana tem impulsionado as vendas goianas. Em 2008 a exportação de açúcar representava 4,8% das exportações do Estado, em 2010 alcançou 7,3%. O agronegócio goiano representou, em 2010, 3,9% do agronegócio brasileiro. A pauta de exportação de Goiás é basicamente composta por produtos advindos do agronegócio: o complexo soja participou com 39,9% das vendas, e complexo carne com 26,5%, daí a importância deste setor para a economia goiana.

Da produção brasileira de cana, em média, 50% se transforma em álcool e 50% em açúcar. Nos demais países produtores de cana, a totalidade é direcionada para a produção de açúcar (CARVALHO e OLIVEIRA, 2006). Durante a Safra 2008/2009, o setor sucroalcooleiro no Brasil moeu 569,1 milhões de toneladas de cana de açúcar, produzindo 31,0 milhões de toneladas de açúcar e 27,5 milhões de m³ de álcool. Deste total, 95,9% da cana processada são realizadas em nove estados, sendo: São Paulo responsável por 60,9% do processamento e Goiás com 5,2% do processamento brasileiro. Quanto ao álcool, a produção goiana é maior que a de açúcar, representou, em 2009, 6,3% da produção do país. Conforme levantamento da SEPIN, em 2010, encontravam-se instaladas e em operação 36 usinas de álcool e açúcar no território goiano, conforme ilustra a Figura 2.

A Usina Goiasa Goiatuba Ltda está localizada na região de planejamento Centro Goiano (Eixo BR- 153), no município de Goiatuba. A população, conforme dados do censo demográfico de 2010 era de 32.492 habitantes. O município fica distante 178 quilômetros da capital Goiânia, seu Produto Interno Bruto do município em 2008, estatística mais recente, alcançou a 19ª posição entre os 246 municípios goianos, com valor de R\$ 575,6 milhões e PIB per capita de R\$ 17.866 (SEGPLAN-GO,2011).

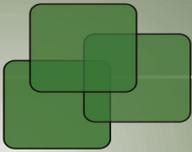
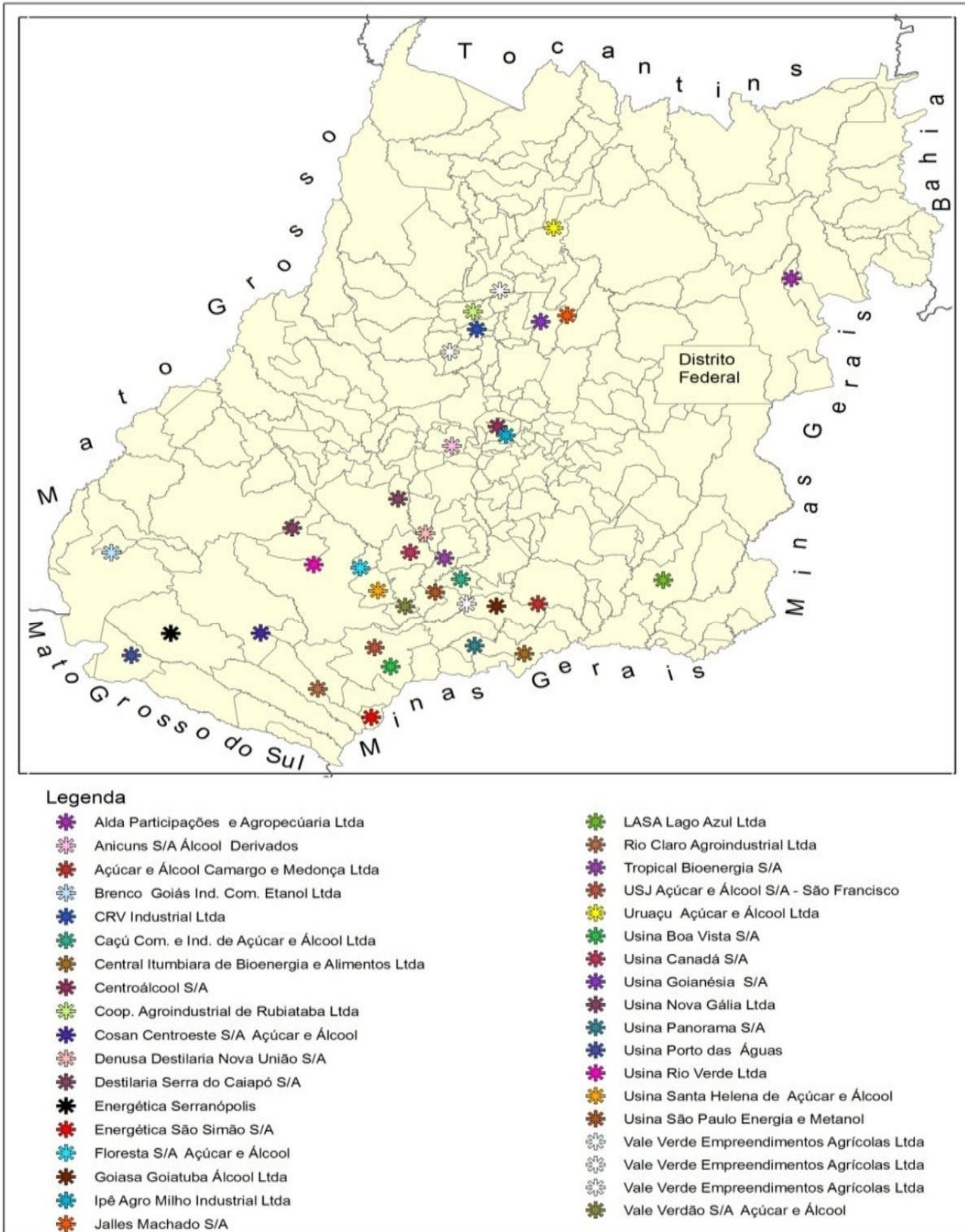
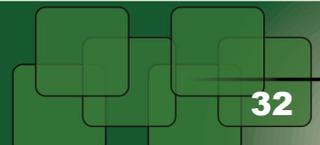
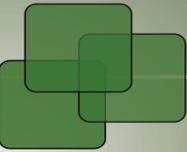


Figura 2 – Goiás: Localização das Usinas de Álcool e Açúcar – 2010



Fonte: SEGPLAN-GO/ SEPIN (2010).





A Usina Goiasa Goiatuba Ltda pertence ao Grupo Construcap-CCPS Engenharia e Comércio S/A. Possui o Sistema Integrado de Gestão (SIG), que consiste na certificação de três normas: ISO 9001 – Requisitos de Normas de Qualidade, OHSAS 18001 – Gerenciamento de Segurança e Saúde Ocupacional ISO 14001 – Requisitos do Sistema de Gestão do Meio Ambiente, este último, a organização conquistou em 2009, que define padrões para que a organização realize seu gerenciamento ambiental, minimizando os efeitos de sua atividade sobre o meio ambiente. É a única organização do setor sucroalcooleiro em Goiás que é acreditada pelo INMETRO com este tipo de certificação.

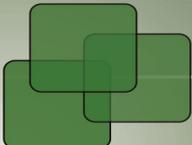
A organização produz: Açúcar cristal orgânico, exclusivo para exportação, produto certificado pelo Instituto Biodinâmico – IBD em conformidade com padrões internacionais; Açúcar VHP (açúcar em bruto) – é utilizado na matéria prima de outros produtos; Açúcar cristal convencional – sua produção atende padrões internacionais de qualidade, é destinado a diversas indústrias de produtos alimentícios do país; Etanol Combustível com diversas utilizações, tais como: produção de bebidas alcoólicas, aplicações na indústria química e farmacêutica, combustível veicular e na produção de energia elétrica - produzida com a cana ou bagaço de cana, considerada energia limpa (GOIASA, 2011).

4.1 Apresentação dos resultados do questionário

Conforme registrado pela organização, a mesma considera-se geradora de danos ao ambiente, através da geração de efluentes, emissões atmosféricas e geração de resíduos. A busca pela certificação ISO 14001 é fruto da preocupação da organização com a questão ambiental. Esta certificação representa para organização uma forma de externalizar sua preocupação como o meio ambiente e com a comunidade na qual está inserida, buscando, por meio desta ferramenta de gestão, minimizar os impactos derivados do desenvolvimento de sua atividade.

O caminho trilhado pela organização para alcançar a certificação iniciou-se com definição de uma política ambiental pública, onde se registrou o compromisso da mesma com a melhoria de seu desempenho ambiental. Em seguida foi realizada a análise, identificação, verificação e avaliação dos impactos ambientais. Além de firmar as estratégias e atividades para alcançar metas e objetivos firmados pela política ambiental. Por fim instituiu-se um programa de gerenciamento, treinamento, comunicação social e educação ambiental, associado à gestão dos resíduos e efluentes, visando sua diminuição. A implantação do SGA por meio da ISO 14001 representou para a organização uma maneira não só de gerir os impactos ambientais, mas também se firmou como uma estratégia de mercado, que visa conciliar a competitividade com a gestão ambiental, demonstrando responsabilidade, compromisso e respeito ao meio ambiente por parte da organização. Foi possível constatar que a Goiasa já possui outro sistema de gestão referenciado pela ISO desde o ano de 2008 – Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), o que segundo a organização, representou um ponto positivo e um facilitador para alcançar a ISO 14001 no ano de 2010. Contudo cabe destacar a importância da Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC e a Occupational Health and Safety Assessment Services OHSAS 18001 neste processo da conquista da certificação de gestão ambiental.

Quanto aos aspectos de gestão, a organização afirmou que não utilizou nenhum tipo de software para auxiliar no gerenciamento dos recursos necessários a implantação, como: previsão dos custos, disponibilidade de equipe de trabalho, controle do tempo entre outros. Um ponto importante captado pelo questionário foi a dificuldade interna que a organização se deparou em relação à diversidade cultural e educacional dos funcionários. Segundo a mesma, tal situação representa um elemento inerente à implantação de qualquer processo de gestão. Esta situação pôde ser contornada por meio dos investimentos em comunicação interna, que promoveram a divulgação da implantação do SGA como folders,



faixas, cartazes, panfletos, desenvolvidos pelo próprio departamento de comunicação da organização.

Uma preocupação da Goiasa ao promover a implantação do SGA foi com a instrução de seus colaboradores. Aparentemente, conforme informado pela mesma, os colaboradores receberam bem o novo delineamento das tarefas, principalmente pelo esforço investido na capacitação e esclarecimento. Cabe destacar que a análise de crítica do SGA é feita basicamente pelos indicadores que agregam valor ao produto, processo ou serviço. Conforme referenciado pela organização, não houve um estudo *a priori* para avaliar a custo benefício da implantação da ISO 14001, tomou-se a decisão de certificar a organização e realizou-se o levantamento dos custos dos serviços de consultoria e certificação.

As duas últimas questões propostas foram destinadas a captar os elementos que de fato representaram uma dificuldade ou oportunidade à organização. Quanto às dificuldades, dos oito itens apresentados apenas três foram selecionados: custos associados à implantação do SGA, custos relativos à remediação de passivos ambientais, custos de cumprimento de inadimplências legais de regulação ambiental; custos com processo de certificação, pagamento aos consultores e dificuldade com o monitoramento, medição e manutenção da atualização do sistema. Quanto às oportunidades dos onze itens listados, apenas três foram selecionados, são eles a melhoria da imagem da organização; melhoria dos produtos, “produção ética”, com respeito ao meio ambiente e redução dos acidentes ambientais e custos de remediação.

De modo geral as dificuldades apontadas pela organização sinalizam atenção da gestão para os custos e para o monitoramento do Sistema Gestão Ambiental. Sendo este último, estritamente ligado ao tema da melhoria contínua, que em alguma medida, também se relaciona com os custos decorrentes do processo de gestão ambiental. Quanto às oportunidades é possível afirmar que os itens selecionados ilustram a atenção da organização para a questão da competitividade, em possuir um diferencial em relação aos demais

concorrentes, bem como minimizar os custos relativos às possíveis punições.

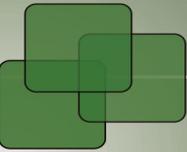
Em sentido amplo foi possível inferir que apesar da certificação por meio da ISO 14001, representa uma alternativa para as organizações gerirem de maneira mais harmônica os impactos causados por sua atividade, os interesses de fundo econômico e financeiro podem ser apresentados como motivadores para a busca da certificação. Conforme foi exposto pelas respostas da organização à questão inerente a custo e ao diferencial competitivo são, em grande medida, os ideais balizadores do SGA por meio da ISO 14001.

5. Considerações Finais

Nesta pesquisa foi realizado um estudo de caso com função exploratória, de forma que se pudesse contribuir com a elaboração do referencial teórico. Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental acerca da implantação do Sistema de Gestão Ambiental, com aplicação da norma ISO 14001, especificamente no setor sucroalcooleiro do Estado de Goiás. Foi possível identificar que a referida norma, passível de certificação, representa uma ferramenta de gestão ambiental, que pode contribuir no gerenciamento dos impactos ambientais decorrentes da atividade sucroalcooleira.

Cabe referenciar que há uma preocupação das organizações, em investir nas questões relativas à preservação ambiental, o que nem sempre é fruto da espontaneidade. A motivação para tal processo é derivado de pressões externas realizadas pelo governo, pela sociedade em sentido amplo e pelo próprio mercado representado pela figura dos consumidores. As demandas impostas pelo governo podem ser descritas como necessidades que visam atender parâmetros legais. Já as demandas impostas pela sociedade e pelos consumidores buscam cobrar das organizações a responsabilidade pelos impactos das atividades por elas desenvolvidas.

Para ilustrar a aplicação da norma ISO 14001, foi realizado um levantamento do número de organizações



sediadas no território goiano que possuíam certificação ambiental. Os resultados encontrados ainda são bastante tímidos, foram identificadas apenas duas organizações, uma na base de dados do INMETRO e outra na ABNT, as quais estão localizadas nas regiões: Centro Goiano (Eixo BR- 153) – Jalles Machado S/A Açúcar e Álcool, no município de Goianésia, e no Sul Goiano – Goiasa Goiatuba Álcool Ltda, no município de Goiatuba.

Com o objetivo de identificar as dificuldades e oportunidades inerentes a implantação do SGA em organizações do setor sucroalcooleiro em Goiás, foi proposto um questionário com quinze questões. Apenas a usina Goiasa Goiatuba Álcool Ltda se dispôs a participar da pesquisa. Além da organização anteriormente citada, também foram enviados questionários a outras organizações do mesmo segmento, para identificar as principais dificuldades e oportunidades que seriam enfrentadas por elas, caso se efetivasse a decisão de obter a certificação. Contudo esta estratégia não obteve sucesso.

Os resultados da pesquisa apontaram que a organização passou por diversas etapas de preparação para implantar a norma ISO 14001, sendo uma delas, constituir uma política ambiental comprometida com a minimização dos impactos ambientais de sua atividade. Todos os funcionários foram capacitados para seguir os procedimentos, respeitar as recomendações e os cuidados para evitar acidentes ambientais. Foram traçados objetivos e metas a serem atingidos pela organização buscando reduzir a poluição em todo seu processo produtivo, bem como tratar os resíduos e efluentes.

A organização enfrentou dificuldades durante a implantação da norma ISO 14001, principalmente relacionadas aos recursos humanos, pois segunda a mesma, mudanças trazem a sensação de perda e incerteza, que está ligada à questão cultural de cada colaborador. Os custos de implantação e manutenção da norma, relativos ao cumprimento de inadimplências legais, com o processo de certificação, pagamento aos consultores e atualização do sistema de gestão

ambiental, foram as dificuldades por ela citada. O processo de implantação da norma 14001 trouxe benefícios para a Goiasa, como: a redução de acidentes, melhoria do processo de produção, respeito ao meio ambiente, resultando na melhoria da imagem da empresa perante a sociedade e consumidores.

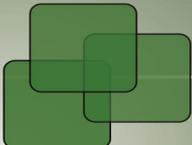
Com a implantação do SGA por meio da ISO 14001, foi possível observar a conciliação dos ideais da competitividade com a gestão ambiental, ou seja, uma boa gestão visando continuidade e representatividade no mercado com respeito ao meio ambiente. Esta certificação configura-se como um diferencial de mercado, por atender a demanda de consumidores mais exigentes por produtos e serviços que respeitam o meio ambiente.

Por fim, compete registrar como temática para outros estudos a razão pela qual o setor sucroalcooleiro goiano ainda carece de certificação acerca da questão ambiental. Pois se verifica a crescente inserção do setor, não só na economia estadual e sua interface com o desenvolvimento e a preocupação com a utilização de combustíveis renováveis. Situação esta, inserida na agenda da atual discussão acerca da preservação e conservação ambiental. Espera-se que este trabalho desperte o interesse de outras organizações a adotarem este tipo de certificação e assim atender os anseios sociais a respeito do meio ambiente.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR ISO 14001**: Sistema de Gestão Ambiental – Requisitos de com orientações para o uso. Rio de Janeiro, 2004.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAVA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreira de. **Gestão Ambiental: enfoques estratégicos aplicados ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Makron Books, 2000.



CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; NEUTZLING, Daiane Mülling; RODRÍGUEZ, Iván Calderón; GAMARRA, Jorge Estuardo Tello; SILVA, Tania Nunes da. Políticas e Práticas da Gestão Ambiental: Um Estudo Comparativo. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE CURITIBA, Curitiba: ENGEMA, 2007.

COLTRO, Alex; Gestão da qualidade ambiental em um enfoque social: fatores concretos de competitividade organizacional. In: Anais do SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO FEA –USP, 7, São Paulo: SEMEAD, 2004.

GOIASA GOIATUBA ÁLCOOL LTDA. **Empresa Goiasa**. Disponível em: <http://www.goiasa.com.br>. Acesso em: 26 set. 2011.

GUEDES, Maria do Socorro Barbosa, SENA, Marcos, TOLEDO, Sebastião; Certificação como estratégia competitiva internacional dos produtos de frutas no Brasil. In: Anais do ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, Fortaleza: Eco-Eco, 2007.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 14001**. Disponível em: <http://www.iso.ch>. Acesso em 30 jul. 2011.

MARTINEZ, João Roberto lo Turco; JESUS, José Carlos dos Santos; CÓCARO, Henri. Casos sobre a certificação UTZ Kapeh em empresas cafezeiras informatizadas: impactos nas pessoas, gestão e competitividade. In: Anais do CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, Rio Branco: Sober, 2008.

MOREIRA, Maria Suely. **Estratégia e Implantação de Sistema Ambiental: Modelo ISO 14000**. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2001.

NICOLELLA, Gilberto; MARQUES, João Fernando; SKORUPA, Ladislau Araújo. **Sistema de Gestão**

Ambiental: aspectos teóricos e análise de um conjunto de empresas da região de Campinas – SP. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2004.

PEIXE, B. C. S., TRIERWEILLER, A. C., BORNIA, F.S., SANTANNA, F.S.; Evolução do Sistema de Gestão Ambiental das Empresas no Brasil: Um Estudo Exploratório das Certificações. In: Anais do INTERNATIONAL WORKSHOP ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION, 3, São Paulo: UNIP, 2011.

REIS, Luis Filipe Sanches de Sousa Dias; QUEIROZ, Sandra Mara Pereira de. **Gestão Ambiental em pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2002.

SPERS, Eduardo Eugênio. Qualidade e segurança em alimentos. In: ZYLBERSTAJN, Decio et al. **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

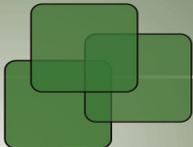
SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica**. São Paulo: Atlas, 2007

_____. **Sistemas de Gestão Ambiental (SGA-ISO 14001)**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2011.

SECRETARIA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (SEGPLAN-GO). **Caracterização do município goiano de Goiatuba**. Disponível em: <http://www.segplan.go.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2011.

VALLE, Cyro Eyer do. **Como se preparar para as normas ISSO 14000: Qualidade Ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente**. São Paulo: Pioneira, 2000.

ZACHARIAS, Oceano. **ISO 9001:2008 - Uma ferramenta de Gestão Empresarial**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2008.



Estrutura e dinâmica das exportações agrícolas do estado de Goiás: Um estudo para o período de 1990 até 2010

Resumo: o objetivo deste estudo é compreender a dinâmica e a composição das exportações goianas relacionadas à agricultura no período de vigência do modelo de desenvolvimento econômico condicionado pelo Consenso de Washington. Para tanto, o fenômeno econômico proposto para investigação será capturado metodologicamente levando-se em consideração os seus desdobramentos ao longo do tempo econômico e histórico, mas para isto será utilizado também o método analítico descritivo como forma de classificar e interpretar as informações contidas na base de dados utilizadas no estudo. Por fim, constatou-se que o estado de Goiás, desde 2006, tornou-se o 5º principal estado exportador de produtos agrícolas no contexto nacional. Entre os produtos exportados, destacam-se, a soja que representou, em vários momentos do tempo, quase 100% da pauta de exportações agrícolas do estado, mas desde 2006 vem apresentando certa perda relativa para o milho, que, em 2010, foi responsável por pouco mais que 11% das exportações agrícolas goianas, as quais tiveram como principal ponto de destino à economia chinesa.

Palavras-chave: exportações goianas, agricultura, desenvolvimento econômico

1 – Introdução

Os anos 70 do século XX marcaram profundamente a estrutura e dinâmica do setor agrícola em Goiás, pois foi a partir deste momento histórico que o progresso técnico ganhou força no meio rural e incrementou o produto agrícola no estado. No entanto, este processo somente se cristalizou depois dos estímulos provenientes do Estado, por meio dos planos regionais de desenvolvimento, que introduziu e difundiu inovações tecnológicas, biológicas, físico-químicas e mecânicas nas propriedades rurais, mas sem alterar profundamente a estrutura fundiária goiana, a qual é marcada, historicamente, por concentrar-se em médias e grandes propriedades rurais².

Desta forma, o cerrado brasileiro, que antes estava marginalizado no contexto da produção agrícola nacional,



Murilo José de Souza Pires (Dr)¹

com as inovações tecnológicas desenvolvidas pela EMBRAPA/EMGOPA, adaptando a cultura da soja as condições *edafoclimáticas* da região, transformou, assim, parte da agricultura tradicional, enraizada na cultura do arroz e criação de gado, em uma agricultura moderna e grande produtora de grãos.

Entretanto, é importante ressaltar que este fenômeno não se objetivou de forma homogênea no espaço agrícola goiano, pois o avanço do progresso técnico aconteceu de forma heterogênea entre as microrregiões e produtores rurais do estado, fato este que contribuiu para reforçar a heterogeneidade estrutural e produtiva na região.

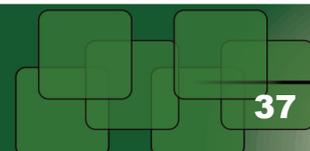
Em termos atuais, as modificações no padrão agrícola goiano incrementou a produção de grãos deste estado, o qual, segundo informações da Secretária de Planejamento (SEPLAN/SEPIN/GO), em 2009 produziu 13.270.519 toneladas de grãos que representou em termos relativos quase 10% da produção brasileira e posicionando-se na 4ª colocação entre os produtores nacionais e o 11º estado da federação em termos de exportações totais.

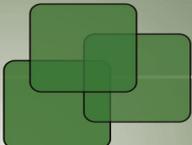
Neste sentido, o objetivo deste estudo é compreender a dinâmica e a composição das exportações goianas relacionadas à agricultura no período de vigência do modelo de desenvolvimento econômico condicionado pelo Consenso de Washington. Portanto, parte-se da hipótese, que as exportações agrícolas goianas, ao serem conduzidas pela lógica mercadológica do modelo de desenvolvimento condicionado pelo Consenso de Washington inaugurado anos 90 do século XX,

¹ Técnico de Planejamento e Pesquisa, Assessor Técnico da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Email: murilojsp@gmail.com

² Para maiores detalhes veja Pires (2008)





especializaram-se em uma cesta de *commodities*³ agrícolas vinculadas fortemente com a dinâmica da economia chinesa.

Esta investigação está composta por cinco seções. A primeira seção objetiva apresentar os materiais e métodos adotados no estudo. A segunda seção discute o padrão de desenvolvimento econômico implantado no Brasil nos anos 90 do século XX. Já a terceira seção examina a estrutura e dinâmica das exportações agrícolas nacionais situando, assim, o objeto investigado em um contexto mais geral. Na quarta seção aprofunda-se a análise para o caso específico do estado de Goiás. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais do trabalho.

2 – Materiais e métodos

No aspecto metodológico, o fenômeno econômico proposto para investigação será capturado levando-se em consideração os seus desdobramentos ao longo do tempo econômico e histórico, mas para isto será utilizado também o método analítico descritivo como forma de classificar e interpretar as informações contidas na base de dados por produto, em nível anual, sobre exportações e importações recebidas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para o interregno de 1990 a 2010.

Deste modo, a ideia é reagrupar os produtos em novas categorias que espelham a metodologia elaborada para a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Versão 1.0 (CNAE 1.0) que serviu como referência para a construção da categoria: a) exportações da agricultura.

No entanto, os dados originais provenientes do MDIC vieram classificados segundo a tipologia da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), o qual exigiu uma reclassificação para deixá-los compatíveis com a agregação em: a) Seção, b) Divisão e c) Grupo CNAE 1.0.

No caso da construção da categoria de exportações da agricultura partiu-se da decomposição da Divisão CNAE 1.0 Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados e os reagrupou na categoria exportações agrícolas, os produtos provenientes das seguintes tipologias da CNAE 1.0: a) Produção de Lavouras Temporárias e b) Produção de Lavouras Permanentes⁴. Entretanto, é importante ressaltar que não foram computados a título de exportações agrícolas, os Grupos CNAE 1.0 Horticultura e Produtos de Viveiros.

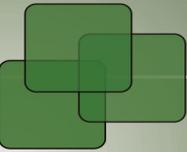
Os dados trabalhados nesta investigação estão todos em valores US\$ FOB (dólares norte-americanos) constantes de 2010. Adotou-se como deflator o índice *Inflation, Average Consumer Prices* dos Estados Unidos da América, o qual se encontra no *World Economic Outlook Database* de abril de 2011 do Fundo Monetário Internacional.

Para verificar se as exportações agrícolas concentram em cestas de *commodities*, primeiramente fez-se uma revisão na literatura existente para verificar se existia consenso entre os autores sobre quais produtos fazem parte de uma cesta de *commodities*. No entanto, constatou-se que não há consenso entre os autores consultados sobre o tema. Os principais textos examinados foram: a) Souza (1999), b) Nakhodo e Jank (2006)⁵,

³ A literatura caracteriza como *commodities* as mercadorias, em geral homogêneas, cuja oferta e demanda são praticamente inelásticas no curto prazo e cujas transações são efetuadas nas principais bolsas de mercadoria internacional (Londres, Nova Iorque, Chicago etc.) ou são realizadas com base nas cotações vigentes nesses mercados. (Williamson, 1989, p.?)

⁴ Segundo dados da CNAE 1.0 a produção de lavouras temporárias e permanentes são definidas da seguinte forma: "(...) a) Produção de Lavouras Temporárias: A produção de produtos agrícolas de ciclo vegetativo de curta duração, geralmente até 1 ano, cultivados em áreas extensas, não requerendo tratamentos culturais sistemáticos nem intensivos. Basicamente, são executadas as operações de preparo do solo (aração, gradeação), adubação, semeadura, aplicação de defensivos e colheita. Este grupo compreende também: O cultivo direto e o cultivo orgânico dos produtos de lavoura temporária. Nestes sistemas de cultivo alguns tratamentos culturais não são realizados todos os anos ou, simplesmente, são eliminados. A produção de sementes e mudas certificadas dos produtos de lavoura temporária. b) Produção de Lavouras Permanentes: O cultivo de plantas perenes - produzem por vários anos sucessivos sem a necessidade de novos plantios após colheita. De um modo geral, as lavouras permanentes são cultivadas em extensas áreas e exigem tratamentos culturais intensivos a cada safra, tais como podas, capinas mecânicas ou químicas, adubações e o controle de pragas e de doenças. Este grupo compreende também: O cultivo orgânico de plantas perenes." (IBGE, 2004, p. 66 e *et. seq.*)

⁵ Para estes autores os produtos que fazem parte da cesta de *commodities* são os seguintes: a) Minério de Ferro; b) Grãos de Soja; c) Petróleo; d) Açúcar; e) Carne de Frango; f) Madeira; g) Carne Bovina; h) Café; i) Farelo de Soja; j) Pasta de Celulose; k) Fumo em Folhas; l) Courros; m) Óleo de Soja; n) Carne Suína; o) Suco de Laranja; p) Etanol; q) Algodão.



c) Índice de *Commodities* Brasil - ICBD desenvolvido pela Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&FBOVESPA)⁶, d) Índice de *Commodities* Brasil (IC-Br) construído pelo Banco Central do Brasil (BACEN)⁷.

Para este trabalho, adotou-se, como base empírica de *commodities*, a definição elaborada pela SECEX/MDIC,

que classificam os seguintes produtos como *commodities*: a) Açúcar em Bruto; b) Açúcar Refinado; c) Algodão; d) Alumínio; e) Café em Grão; f) Carne Bovina 'in natura'; g) Carne de Frango 'in natura'; h) Carne Suína 'in natura'; i) Celulose; j) Couro; k) Etanol; l) Farelo de Soja; m) Fumo em Folhas; n) Gasolina; o) Laminados Planos; p) Milho; q) Minério de Ferro; r) Óleo de Soja em Bruto; s) Óleos Combustíveis; t) Petróleo Bruto; u) Semimanufaturados de Ferro/Aço; v) Soja em Grão e w) Suco de Laranja⁸.

3 – Padrão de desenvolvimento econômico dos anos 90 do século XX

No início dos anos 80 do século XX, o estado brasileiro entrou em uma profunda crise fiscal e financeira que determinou uma transformação em sua estrutura econômica, uma vez que criou as condições objetivas para o esgotamento do modelo de Substituição de Importações (1930 – 1980), o qual teve papel central no processo de modernização da sociedade e da economia nacional.

Com a crise deste modelo de desenvolvimento cristalizou-se em seu lugar, a partir dos anos 90, outro modelo de desenvolvimento econômico, o qual se enraizou em postulados *market-friendly approach*, pois o mercado tornou-se a principal instituição responsável pela alocação e distribuição dos fatores produtivos entre os agentes econômicos.

Deste modo, a economia brasileira avança pelos anos 90 sofrendo transformações estruturais e institucionais que tiveram papel importante para cristalizar e consolidar um novo padrão de desenvolvimento, mas alicerçado em diretrizes delineadas pelo Consenso de Washington⁹. Logo, este padrão de desenvolvimento foi embebido por uma lógica de acumulação de capital regida pela financeirização da riqueza e pela globalização dos mercados.

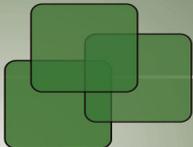
Para tanto, realizaram-se reformas econômicas que reforçaram a liberalização das economias e a desregulamentação dos mercados para, assim, reduzir os mecanismos e instrumentos de intervenção do estado na dinâmica econômica. Para suprir o vácuo deixado pelo estado arquitetou-se e cristalizou-se um arcabouço institucional cuja finalidade foi garantir a uniformidade dos fenômenos econômicos por meio de regras e marcos legal que garantisse um ambiente de estabilidade financeira e dos preços.

⁶ Para esta instituição financeira os produtos que compõem a cesta de *commodities* são os seguintes: a) Café Arábica; b) Boi Gordo; c) Soja; d) Milho; e) Açúcar; f) Álcool Anidro e Etanol; g) Mini Boi Gordo; h) Mini Café Arábica e, por fim i) Ouro. Para maiores informações acesse http://www.bmf.com.br/bmfbovespa/pages/boletim1/bd_manual/PDF/ICB-Metodologia.pdf. Acesso em 29/03/2011.

⁷ "O IC-Br agrega os indicadores relativos aos segmentos Agropecuária, Metal e Energia. Para o cálculo do indicador Agropecuária foram consideradas as *commodities* carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café e carne de porco. O segmento Metal engloba alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo e níquel, enquanto o segmento Energia inclui petróleo tipo Brent, gás natural e carvão." Fonte: <http://www.bcb.gov.br/htms/reinf/port/2010/12/ri201012b5p.pdf>. Acesso em 29/03/2011.

⁸ Para maiores esclarecimentos verifique as informações do MDIC. Fonte: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955&ref=608>. Acesso em 22/06/2011.

⁹ Como destacou Prates (1999) "Os países latino-americanos deveriam implementar um conjunto de reformas com o objetivo de eliminar as distorções introduzidas pela estratégia de desenvolvimento anterior. Dentre as reformas destacavam-se a eliminação das regulamentações estatais sobre os mercados domésticos, a privatização, a liberalização financeira interna e a abertura externa das economias. As aberturas comercial e financeira das economias constituíam peças centrais para a mudança na estratégia de desenvolvimento – de *inwardoriented* para *outwardoriented*." (Prates, 1999, p. 56). Este mesmo ponto de vista é encontrado em Nakatani & Oliveira (2010) que destacaram que a partir da segunda quadra dos anos 90 do século XX as alianças políticas realizadas pelas classes dominantes nacionais "(...), principalmente as frações financeira e internacionalizada, apoiadas pelo grande capital internacional, assumiram o poder estatal por meio dos novos intelectuais orgânicos. Estes últimos, apoiados nas teses neoliberais, promoveram a estabilização monetária, aprofundaram a abertura comercial e financeira, aceleraram o processo de privatização das empresas estatais, avançaram na desregulamentação do mercado de trabalho, reformaram a Previdência Social e desmontaram o aparelho de Estado comprometido com o desenvolvimento econômico." (Nakatani & Oliveira, 2010, p.27)



Como destacou John Williamson (1992), as reformas econômicas introduzidas na América Latina e, em especial, no Brasil tiveram por objetivo garantir “(...) a prudência macroeconômica, liberalização microeconômica e orientação externa, [e] difere bastante da facilidade de obtenção de déficits orçamentários e empréstimos externos, da confiança nos empréstimos estatais, da substituição de importações e da teoria da dependência que ainda prosperava na América Latina na década de 80.” (WILLIAMSON, 1992, p. 45 *et seq.*)

Para isto, a política econômica executada tinha que garantir a estabilidade dos preços, mas para isto precisava aprofundar a internacionalização da economia nacional que, como destacou Carcanholo (2010), implicou em profundas transformações estruturais no setor externo do país. Para o autor “Do ponto de vista das contas externas, esse processo de abertura implicou uma elevação estrutural da necessidade de financiamento externo, aumentando a dependência dos fluxos externos para o fechamento do balanço de pagamentos, e da vulnerabilidade externa da economia.” (CARCANHOLO, 2010, p. 111).

Deste modo, este novo modelo de desenvolvimento econômico, além de apregoar profundas reformas na estrutura econômica brasileira, como foi o caso das privatizações, demandou também mudanças na forma de inserção da economia nacional nos mercados globalizados aprofundando, assim, a integração do Brasil

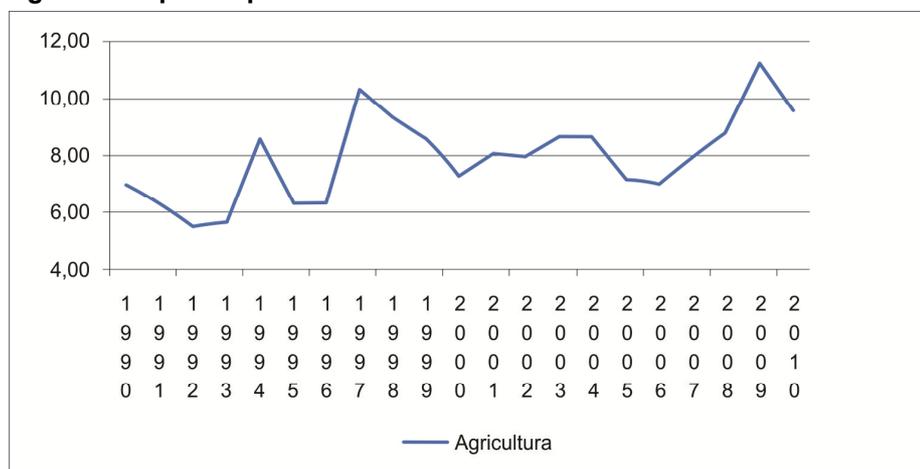
aos fluxos de comércio e financeiros internacionais, os quais se materializaram por meio das reformas nas contas comerciais, capital e financeira do balanço de pagamentos.

Portanto, o modelo de desenvolvimento que cristalizou no Brasil, a partir dos anos 90, condicionou o rumo e o ritmo da economia nacional, no sentido de construir mercados eficientes e isentos dos entraves produzidos pelas políticas discricionárias dos Estados Nacionais. Neste sentido, o mercado internacional apresentou maior preeminência *vis-à-vis* o mercado nacional na indução do fluxo da conta comercial brasileira, sobretudo, no caso das exportações relacionadas com a agricultura.

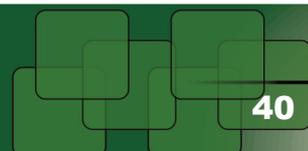
4 – Estrutura e dinâmica das exportações agrícolas nacionais

No caso das exportações da agricultura nota-se que, entre 1990 a 2010, as participações relativas oscilaram entre 4% a 12% do total das exportações totais. Uma possível explicação para este incremento das exportações agrícolas decorre do forte dinamismo da economia chinesa que, depois de entrar na Organização Mundial do Comércio em 2001, dinamizou o seu comércio internacional, sobretudo, para atender a crescente demanda de matérias primas para abastecer seus parques industriais e o consumo de proteínas vegetal e animal de sua população residente.

Gráfico 01 – Brasil: Participação Relativa do Valor das Exportações da Agricultura para o período de 1990 a 2010.



Dados Secundários das Exportações/MDIC
Fonte: Elaborado pelo autor



Como destacou a CEPAL (2010), a China teve um papel significativo para a expansão dos produtos relacionados com a agricultura. Segundo a CEPAL,

A partir de dicho análisis, se confirma el papel que China ha asumido en los últimos años como principal fuente de crecimiento de las exportaciones de América Latina y el Caribe, incluso en el contexto de la severa desaceleración que estas sufrieron en 2009. (CEPAL, 2010, p. 5)

Como pode ser verificado na Tab. 1, a demanda chinesa por produtos agrícolas apresentou para o período de

2002 – 2007 valores relativos superiores aqueles encontrados para o resto do mundo. Um exemplo disto foi o caso da soja, pois a demanda chinesa foi pouco maior que o dobro da demanda mundial. No caso do café, enquanto a demanda do resto do mundo apresentou uma redução, a demanda chinesa apresentou incremento de 32,3%. Tudo isto são elementos importantes para reforçar o argumento que a China foi um grande dinamizador das exportações agrícolas brasileiras e, por consequência, do estado de Goiás.

Tabela 1 – Repecusão da demanda chinesa na demanda mundial, 2007 (%)

Descrição	Aumento do consumo 2002 - 2007	
	China	Resto do Mundo
1.) Oleaginosas		
1.1.) Soja	37,2	17,7
1.2.) Óleo de Soja	54,2	18,4
2.) Comidas e Bebidas Tropicais		
2.1.) Café	32,3	- 1,9
2.2.) Açúcar	30,6	9,2

Fonte: Adaptado de Jenkins, 2011, p. 85.

Grosso modo, os dados destacam que a demanda chinesa por produtos de origem agrícolas ficaram bem acima da demanda mundial por estes produtos. Em relação aos produtos que compõem a pauta de exportações da agricultura observa-se no graf. 2 que três produtos juntos, que são: a) grãos de soja, mesmo triturados, b) café não torrado em grãos e c) milho em grãos, respondem, em média, por pouco mais que 93%

da pauta de exportações da agricultura nacional no interregno de 1990 a 2010. No entanto, constata-se que esta participação relativa oscilou ao longos dos anos, dado que, em 1990, estes três produtos respondiam por 93% da pauta exportadora, ao passo que, depois de 2004 apresentou um movimento ascendente chegando ao final de 2010 aglutinando 95% do total da pauta exportadora do setor agrícola nacional.

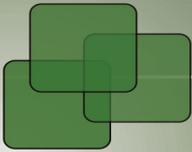
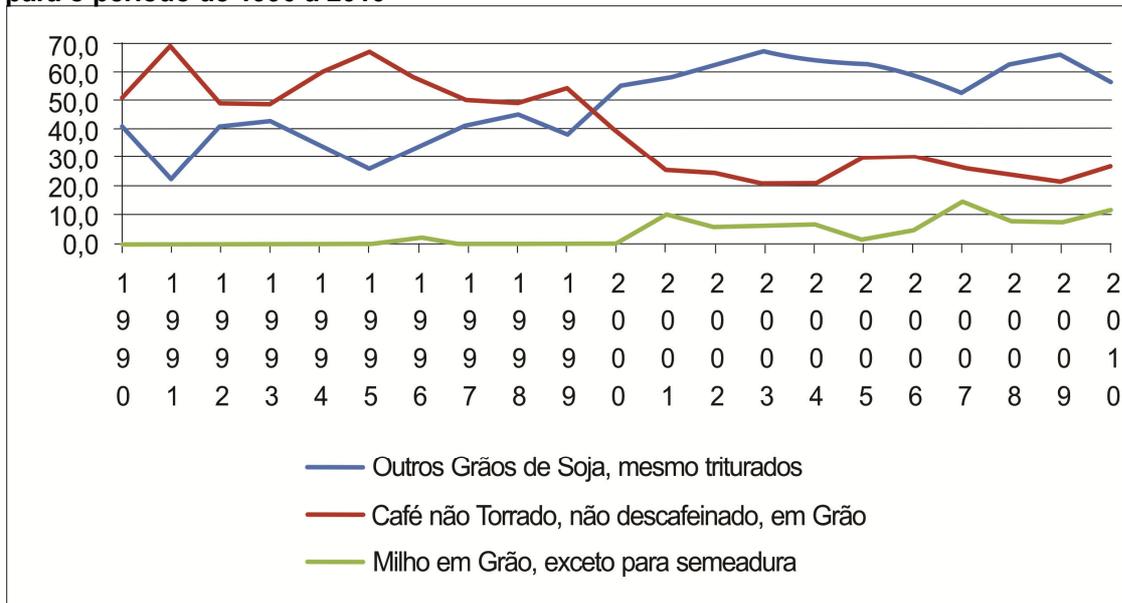


Gráfico 02 – Brasil: Participação Relativa do Valor das Exportações da Agricultura para o período de 1990 a 2010



Dados Secundários das Exportações/MDIC
Fonte: Elaborado pelo autor

No início da década de 90 do século XX, o café era o principal produto da pauta de exportações agrícolas nacional respondendo por pouco menos que 51%, ao passo que a soja aglutinava quase 42%. Este movimento, o qual foi conduzido pelo café, manteve-se até a crise cambial de 1999 quando a soja apresentou expressivos incrementos na exportação e o café exibiu uma trajetória de declínio, dado que, em 1999, respondia por quase 55% da pauta de exportação agrícola nacional e passou, em 2010, para quase 27% destas mesmas exportações.

Em relação às exportações de milho, observa-se que até o ano 2000, o Brasil não era grande exportador deste produto, mas, a partir de 2001, o milho, mesmo oscilando entre os anos, apresentou um incremento em suas exportações chegando, em 2010, respondendo por 11% da pauta de exportações agrícolas nacional.

Segundo observações de Jenkins (2011) “En la actualidad, China es un importante mercado para la

soya y la harina de pescado, y su participación en el consumo mundial ha ido en alza con el transcurso del tiempo.” (JENKINS, 2011, p. 80). Tudo isto pode se relacionar ao dinamismo da economia chinesa que ao aumentar o nível do produto interno *per capita* favoreceu o incremento do consumo de produtos proteicos e seus derivados ampliando, assim, as exportações de soja e milho brasileiro para este país.

Em trabalho recente, Feistel et. alli (2010) desenvolveu um modelo econométrico de séries temporais utilizando o método de co-integração de Johansen e chegaram a conclusão que “(...) as exportações brasileiras de soja para China entre março de 2001 e março de 2009, são afetadas pelo seu preço, e pela renda chinesa, pois o crescimento na renda leva a uma maior demanda por soja (...)” (FEISTEL et. alli, 2010, p. 16).

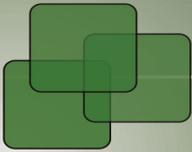
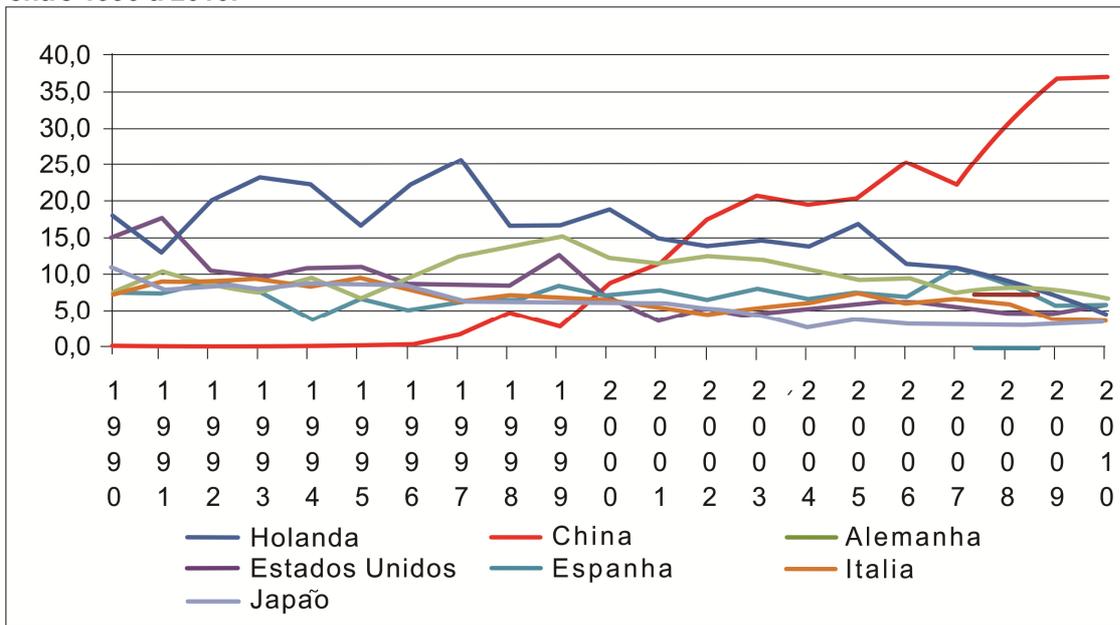


Gráfico 03 – Principais Países Demandadores das Exportações Agrícolas Brasileiras entre 1990 a 2010.



Dados Secundários das Exportações/MDIC
Fonte: Elaborado pelo autor

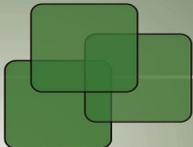
Em nível de países, o graf. 3 destaca que, no início dos anos 90, os principais países que demandavam produtos agrícolas brasileiros eram a Holanda e os Estados Unidos da América. Em posição intermediária encontravam-se Japão, Alemanha, Espanha e Itália, ao passo que a China demandava somente 0,3% de nossas exportações agrícolas. Logo, estes sete países demandavam quase 67% dos nossos produtos agrícolas exportáveis. No entanto, constata-se que ao longo da década de 90 iniciou-se uma mudança na composição destes países e, a partir de 1996, a China começou sua arrancada para chegar ao final de 2010 como principal país demandador de produtos agrícolas brasileiros, uma vez que consumiu quase 40% de nossas exportações agrícolas.

Em contrapartida, os demais países apresentaram uma trajetória oposta aquela encontrada para a China, dado que reduziram sua participação relativa na pauta exportação agrícola brasileira. No caso da Holanda, em 2010, sua participação foi de 4,5%, os Estados Unidos foram de 6,1%, Alemanha 6,7%, Espanha 5,6%, Itália com 3,7% e, finalmente, o Japão com 3,6%. Dessa forma, estes países em conjunto responderam, em 2010, por quase 68% da pauta de exportação agrícola brasileira. No

entanto, é importante ressaltar a dependência que o Brasil encontra-se em relação a dinâmica econômica chinesa, dado que, depois da crise de 2008, os demais países que compõem esta amostra encontram-se em processos recessivos comprometendo, deste modo, sua capacidade de demandar produtos agrícolas nacionais.

5 – Dinâmica e estrutura das exportações da agricultura estadual: o caso do estado de Goiás

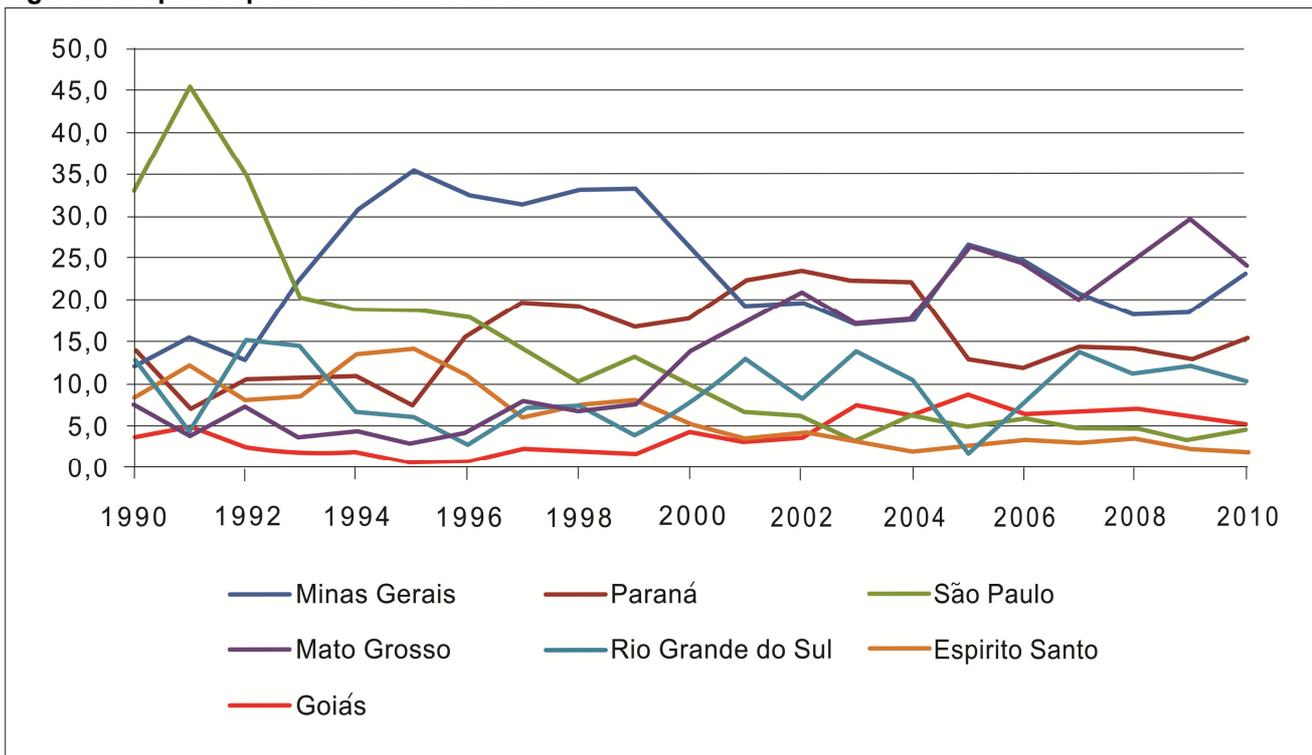
Em nível estadual, os dados apontam que os sete principais estados exportadores de produtos agrícolas nacionais concentram juntos, no interregno de 1990 a 2010, entre 85% a 92% das exportações agrícolas totais brasileiras. Em 1990, no começo do modelo de desenvolvimento econômico condicionado pelo Consenso de Washington, a somatória destes estados respondia por quase 92% do total exportado da agricultura. Entretanto, observa-se que ao longo do período em análise uma tendência de concentrar as exportações agrícolas em sete estados, os quais respondem, em 2010, por aproximadamente 85% das exportações da agricultura.



No desagregado, São Paulo era o principal estado exportador agrícola no início da década de 90, pois respondia por quase 33% do total exportado deste setor econômico e era seguido por Paraná com 14%, Rio Grande do Sul com 13,3%, Espírito Santo com 8,4%, Mato Grosso com 7,4% e, por fim, Goiás com 3,8%. No entanto, observa-se que ao longo do período houve uma

mudança na posição relativas destes estados e o estado de São Paulo perdeu várias posições chegando ao final de 2010 na sexta colocação com quase 5,0% das exportações agrícolas totais. Em movimento contrário ao paulista, o estado de Mato Grosso chegou ao final de 2010 respondendo pela primeira posição com 24% das exportações de produtos agrícolas.

Gráfico 04 – Brasil: Participação Relativa das Unidades da Federação no Valor das Exportações da Agricultura para o período de 1990 a 2010.



Dados Secundários das Exportações/MDIC
Fonte: Elaborado pelo autor

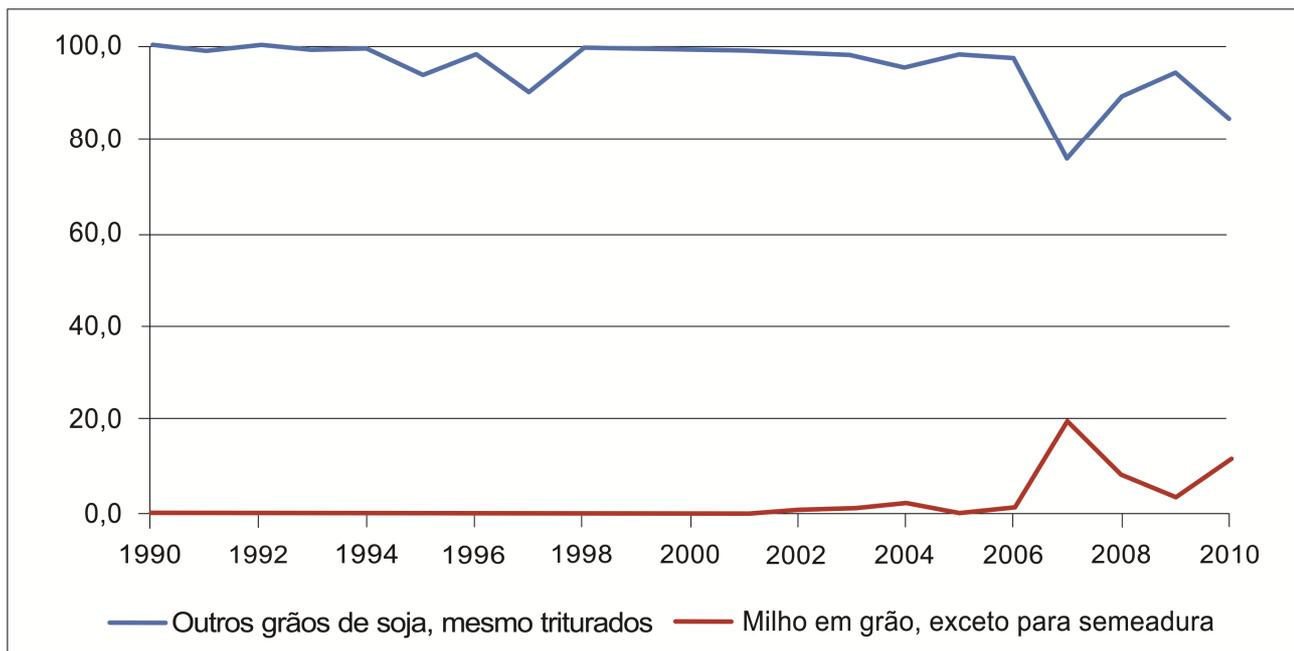
Outro estado que ganhou participação relativa entre os demais foi Minas Gerais que em 2010 ficou na segunda posição com 23,2% das exportações agrícolas nacionais. Já em relação ao estado de Goiás observa-se que, da última colocação entre os setes principais estados exportadores em 1990, com uma participação relativa de quase 4%, apresentou um incremento em suas exportações agrícolas e chegou ao final de 2010 respondendo por pouco mais que 5% destas exportações, fato este que o elevou para a 5ª colocação entre os principais estados exportadores destes produtos¹⁰.

Em nível de produto, o graf. 5 destaca que a pauta exportadora agrícola goiana concentrou-se no período de vigência do modelo de desenvolvimento condicionado pelo Consenso de Washington em poucos produtos, sobretudo em uma cesta de *commodities* agrícolas, na qual prevaleceu a soja e o milho. Como é destacada no graf. 5, do início dos anos 90 até 2006, a soja representou quase o total das exportações agrícolas do estado, mas a partir desta data, perdeu um pouco de participação relativa para o milho, mas, mesmo assim, ficou acima dos 75% do total exportado pela agricultura no estado.

¹⁰ É importante ressaltar, segundo informações da SEPLAN/SEPIN, que o incremento das exportações goianas se deve em parte pelo crescimento que aconteceu de forma "(...) substancial desde 1996, que deve refletir alguma contribuição da Lei Complementar 87, de 1996, sobre a não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações de produtos e serviços." (SEPLAN/SEPIN, 2011, p.5).



Gráfico 05 – Goiás: Participação Relativa do Valor das Exportações da Agricultura para o período de 1990 a 2010.

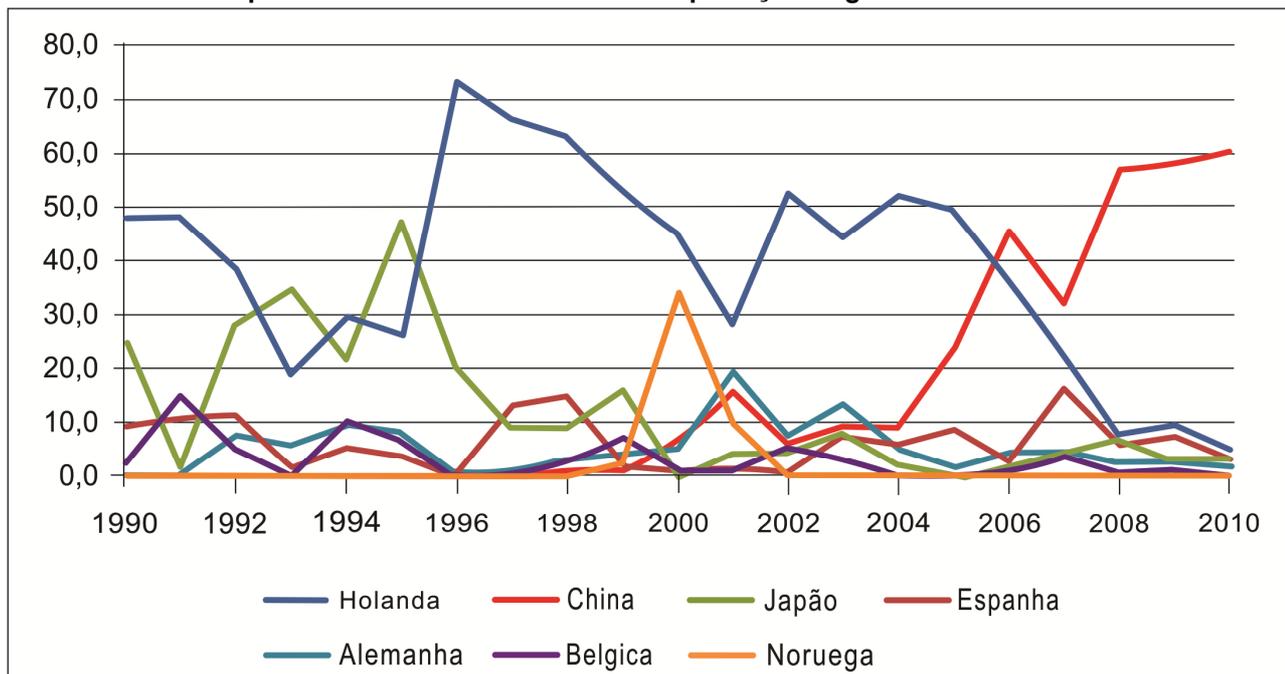


Dados Secundários das Exportações/MDIC
 Fonte: Elaborado pelo autor

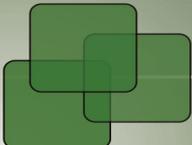
Estes dados apontam que a configuração da pauta exportadora agrícola goiana segue a mesma tendência encontrada para a pauta exportadora agrícola nacional, isto é, concentra-se em produtos que constituem uma

cesta de *commodities* agrícolas, na qual há predominância da soja e milho, enquanto, principais vetores de exportação agrícola.

Gráfico 06 – Principais Países Demandadores das Exportações Agrícolas Goianas entre 1990 a 2010.



Dados Secundários das Exportações/MDIC
 Fonte: Elaborado pelo autor



No caso do destino das exportações agrícolas goianas observa-se no graf. 6 que o principal país demandante destes produtos foi a China que consumiu, em 2010, pouco mais que 60% do total exportado por Goiás. No entanto, é importante ressaltar que, até 2005, o principal consumidor dos produtos agrícolas de Goiás era a Holanda.

Por sua vez, a crise mundial de 2008, ao reduzir a atividade econômica nos países centrais, sobretudo, no Japão e certos países na Europa, desaqueceu a demanda pelos produtos agrícolas goianos, fato este que condicionou a dinâmica exportadora agrícola deste estado à evolução da produção da economia chinesa.

6 – Considerações finais

Este estudo teve por objetivo compreender a dinâmica e a composição das exportações goianas relacionadas à agricultura no período de vigência do modelo de desenvolvimento econômico condicionado pelo Consenso de Washington. Para entender o fenômeno econômico em questão partiu-se de um nível mais geral de abstração para mostrar que, no início dos anos 90 do século XX, houve uma mudança estrutural no modelo de desenvolvimento nacional e instituiu-se outro, mas condicionado pelos pressupostos do consenso de Washington.

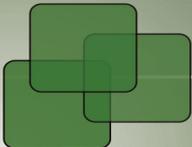
Deste modo, o modelo de desenvolvimento nacional teve seu ritmo e rumo determinado pela construção de mercados eficientes e pela redução do papel do estado, enquanto agente econômico responsável pelo planejamento, coordenação e alocação dos fatores econômicos. Desta forma, o mercado e suas instituições de suporte foram responsáveis pelo direcionamento das estratégias de desenvolvimento da economia nacional.

Desta forma, a estabilidade macroeconômica e a estratégia de inserção no mercado internacional foram importantes para incrementar a liquidez nacional e, com isto, equilibrar o balanço de pagamentos. Dessa feita, as exportações agrícolas nacionais tornaram-se, desde o início dos anos 90, um dos principais vetores externos responsáveis por carrear moedas conversíveis para o país fechar suas contas externas.

Entre os principais produtos agrícolas que se destacaram neste cenário nacional, a soja, café e milho, *commodities* agrícolas, foram aqueles que apresentaram maior inserção no mercado internacional, sobretudo, para atender a demanda crescente da China por estes produtos, isto é, em 2010, este país respondeu por quase 40% das exportações agrícolas nacionais.

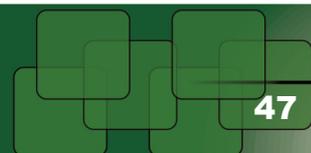
Neste mesmo caminho encontra-se o estado de Goiás que, desde 2006, tornou-se o 5º principal estado exportador de produtos agrícolas no contexto nacional. Entre os produtos exportados, destacam-se a soja que representou, em vários momentos do tempo, quase 100% da pauta de exportações agrícolas do estado, mas desde 2006 vem apresentando certa perda relativa para o milho, que, em 2010, foi responsável por pouco mais que 11% das exportações agrícolas goianas. Em suma, Goiás tornou-se um centro exportador de *commodities* agrícolas para o mercado internacional.

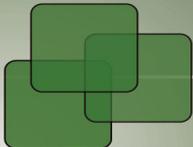
Por fim, o principal país responsável por demandar os produtos goianos foi a China, que desde 2006, tornou-se o principal centro consumidor destes produtos e, respondeu, em 2010, por pouco mais de 60% da produção agrícola do estado. Portanto, a dinâmica da agricultura em Goiás vem concentrando em poucos produtos e centros de consumo, fato este que pode criar restrições, sobretudo em momentos de choques externos, para a dinâmica do desenvolvimento do estado.



Referências Bibliográficas

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Versão 1.0*. 2ª edição, Rio de Janeiro.2004
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula. In. *Os Anos Lula. Contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.
- CEPAL. *La República Popular China y América Latina y el Caribe: Hacia una relación estratégica*. Santiago do Chile. Mayo.2010. In. <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/39082/P39082.xml&xsl=/comercio/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl> Acesso: 09/06/2011
- ESTEVAM, L. A. O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. Do Autor, 1998.
- FEISTEL, Paulo Ricardo et al. *Os Determinantes das Exportações de Soja para a China*. In. XLVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande. XLVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2010. <http://www.sober.org.br/palestra/15/338.pdf>. Acesso: 09/06/2011.
- JENKINS, Rhys. El “efecto China” en los precios de los productos básicos y en el valor de las exportaciones de América Latina. *Revista Cepal*, nº 103, p. 77 – 93, abril.2011
- NAKAHODOS, S. N.; JANK, M. S. *A falácia da doença holandesa no Brasil*. Instituto do Comércio e Negociações Internacionais: Documento de Pesquisa. São Paulo, mar 2006.
- NAKATANI, Paulo & OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990 – 2007. In. Marques, Rosa Maria & Ferreira, Mariana Ribeiro Jansen [org.] (2010). *O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Saraiva. 2010.
- PIRES, M. J. de S. As implicações do processo de modernização conservadora nas atividades agropecuárias na região centro-sul de Goiás. 2008. Universidade de Campinas – UNICAMP. Campinas, São Paulo, 2008.
- PRATES, Daniela Magalhães. A Abertura Financeira dos Países Periféricos e os Determinantes dos Fluxos de Capitais. *Revista de Economia Política*, Vol. 19, nº 1(73), janeiro-março. 1999.
- Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás/ SEPIN. (2011). *A infraestrutura e os portos de escoamento das exportações goianas*. Julho. Mimeo.
- SOUZA, Carlos Frederico B. *Índice de Preço para as Commodities de Exportação do Brasil*. Boletim de Conjuntura. IPEA, Nº. 47, outubro.1999.
- WILLIAMSON, John. *Economia Aberta e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1989.
- WILLIAMSON, John. Reformas Políticas na América Latina na Década de 80. *Revista de Economia Política*, 12 (1): 43-49. 1992.





A Bananicultura em Goiás

Resumo: Este artigo tem por objetivo fazer uma breve descrição sobre a bananicultura principalmente no estado de Goiás. Apesar da produção de fruticultura se encontrar em crescente evolução no país, no estado de Goiás o processo da bananicultura tem progredido gradativamente, sendo assim se torna necessário elaborar estudos que permitam determinar a viabilidade/rentabilidade econômica da produção de banana no estado podendo, além de auxiliar os produtores no processo de tomada de decisões, subsidiar a análise da competitividade em uma economia globalizada.

Palavras-chave: Banana, Produção.

1. Introdução

Dentre as atividades agrícolas disponíveis, a fruticultura apresenta um papel importante no Brasil, visto que é bem dividida pelo país e bastante diversificada, sendo a banana, após a laranja, a fruta mais produzida no país. Goiás, que é o estado mais populoso do Centro-Oeste, tem como principal atividade a agropecuária, todavia a produção, rendimento médio, área colhida e plantada de banana no estado, mesmo sem significativos incentivos do governo, encontra-se em um ritmo ascendente.

A concentração da cultura de banana se encontra tradicionalmente no noroeste e oeste do estado, existindo também alguns Arranjos Produtivos Locais de banana como os de Buriti Alegre e do Vale do São Patrício. É ainda alvo de diversos estudos/pesquisas ligados a Embrapa e Sebrae, Federações de Agriculturas, etc.

Apesar de existir no estado um insignificante índice de exportação, produção na região abaixo da demanda, sendo preciso importar de outros estados e déficit com



Aline da Silva Moraes¹

sistemas de irrigação, ainda assim, o cultivo da banana no estado de Goiás se mostra uma excelente fonte alternativa de renda.

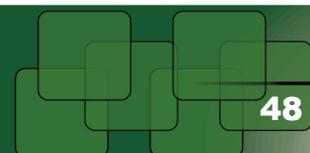
2. Produtos e usos da banana

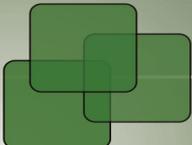
A banana é a fruta mais popular do país, sendo utilizada por todas as classes sociais e por diversas idades. É a fruta mais consumida *in natura* no mundo, cujo cultivo se concentra nos países de clima tropical. Segundo a Embrapa a maior parte da produção brasileira de banana é consumida também *in natura* e somente cerca de 2,8% é industrializada. Além da fruta *in natura*, diversos produtos podem ser obtidos da banana, tais como: purê, doce em massa ou bananada, banana em calda, banana-passa, flocos, farinha, banana chips, néctar de banana, aguardente ou licor de banana, papel, banana plac, móveis e objetos de decoração e outros artesanatos.

3. Produção e consumo mundial

A banana é uma fruta conhecida no mundo todo e é símbolo referencial dos países tropicais, sendo também a fruta mais popular do Brasil. No comércio mundial, a banana é a fruta de maior volume transacionado. A produção mundial de banana tem sentido crescente e ultrapassou 72 milhões de toneladas em 2005, em sua

¹ Graduada em Economia pela PUC-Goiás e aluna do Mestrado em Agronegócio na UFG. asm_economist@yahoo.com.br





maioria destinada ao autoconsumo de países asiáticos e latino-americanos e apesar dos maiores importadores de bananas serem de países desenvolvidos, essa fruta constitui fonte de alimento primordial em países pobres.

Segundo dados da Food and Agriculture Organization - FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), Índia e Brasil são os maiores produtores e consumidores de bananas no mundo. O Brasil possui maior área plantada, com 12,1% do total mundial, sendo essa cultura responsável por mais de 500 mil empregos diretos (Anuário Brasileiro da Fruticultura, 2009).

4. Produção e consumo nacional

A banana é cultivada em todas as regiões quentes do mundo, produz durante quase todo o ano e possui demanda no mundo inteiro, sendo o quarto alimento

vegetal mais consumido do mundo. Está presente em todos os países, e na grande maioria dos municípios brasileiros, seja para consumo próprio, ou em escala comercial. No Brasil a banana é a segunda fruta mais produzida, perdendo apenas para a laranja.

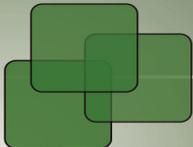
Ao observar a distribuição da fruta no país, (Quadro 1) nota-se que o plantio ocorre em praticamente todos os municípios da Região Norte, mas que a concentração dos principais produtores ocorre nas Regiões Sudeste e Sul, onde predominam os cultivos com uso de maior tecnologia e maior adoção de padrões de qualidade.

Os principais produtores são Bahia com 1.407 milhão de toneladas, Santa Catarina com 1.238 milhão de toneladas e São Paulo com 624.205 mil em 2009. No mesmo ano, a produção nacional chegou a 7,105 milhão de toneladas, com produtividade superior a 13.000 kg/ha, com variações superiores ao ano passado, conforme Quadro 2.

Quadro 1: Principais Produtores de Banana (em ton) - Brasil

Estado	2008	2009
Bahia	1.417.787	1.407.741
Santa Catarina	1.221.373	1.238.087
São Paulo	575.798	624.205
Pará	555.814	503.958
Minas Gerais	535.932	619.986
Ceará	423.016	429.506
Pernambuco	412.149	437.155
Paraíba	260.670	269.178
Paraná	248.320	229.683
Espírito Santo	189.734	196.678

Fonte: IBGE elaborado pela Editora Gazeta



Quadro 2- Produção Brasileira de Banana 2008 - 2009

Brasil	2008	2009	Variação
Volume (ton)	6.970.076	7.105.366	1,94%
Área plantada (ha)	530.783	535.977	0,98%
Área colhida (ha)	506.144	510.301	0,82%
Produtividade (kg/ha)	13.771	13.924	1,11%

Fonte: IBGE elaborado pela Editora Gazeta

O agronegócio frutícola no Brasil apresentou grande dinamismo nos últimos 15 anos, por tal motivo pesquisadores da FAEMG e SEBRAE fizeram um estudo procurando avaliar a oferta e a demanda de frutas selecionadas no Brasil para o decênio 2006/2015. Onde, a partir dos dados históricos de produção, importação e exportação, estabeleceu-se um modelo de projeção de oferta e demanda em vários cenários econômicos, baseado na elasticidade-renda da demanda dos produtos e no crescimento projetado da população.

Cabe, portanto, ao investidor e ao empresário da fruticultura avaliar, cautelosamente, os parâmetros que afetam sua entrada ou sustentabilidade no mercado, realizando um amplo planejamento para o início da atividade, assim como um rígido controle de custos na produção, para que os riscos sejam minimizados e mantidos em um patamar que lhes permitam obter uma rentabilidade satisfatória no negócio.

5. A Bananicultura na região Centro-Oeste do Brasil

A bananicultura é a principal atividade frutícola do Centro-Oeste, com uma área em produção equivalente a 235.632 toneladas em 2009 e 257.612 toneladas em 2010 (IBGE). Há uma marcante presença nesta região de diversos cultivos inclusive do tipo terra e maçã. No Mato Grosso, onde se encontrava a maior área física plantada houve grande predominância do cultivo da banana maçã.

Em Goiás existem alguns Arranjos Produtivos Locais (APLs). Entre eles há os APLs de bananicultura que têm como objetivos aumentar a produção e a produtividade de

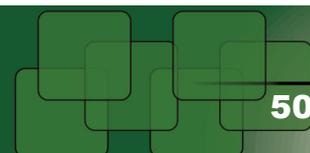
bananas da região, melhorar a qualidade da produção, aumentar a rentabilidade da bananicultura na propriedade rural, elevar a remuneração do trabalhador, melhorar as condições de vida no campo, tornar mais competitiva a cadeia produtiva regional em relação a outros pólos produtores, melhorar a economia dos municípios que compõem a região e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

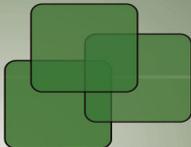
O município de Buriti Alegre é um dos grandes produtores de banana prata anã de todo o estado. Neste município a área plantada é de aproximadamente 500 hectares, com produtividade média anual de 18 toneladas por hectare. A atividade emprega 200 pessoas, gera renda e contribui para a fixação do produtor na propriedade. A maioria da produção é destinada às cidades de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal. (Seplan-GO, 2009).

Outro projeto para a difusão de tecnologia em Bananicultura irrigada é desenvolvido na região do Vale do São Patrício. Entre os municípios de Carmo do Rio Verde e Uruana, há um matrizeiro monitorado de mudas com variedades de bananas prata, nanica e maçã. A coordenação de fruticultura da SEAGRO destaca o aumento na produtividade, uniformidade de produção com colheita todos os anos, resistência e controle de doenças e pragas (SEAGRO, 2010).

6. Cenário goiano

Até o último levantamento do IBGE (2010), a produção de banana no estado de Goiás vem aumentando, bem como área plantada e colhida que chegou a 13.833 por hectare (Quadro 3).





Quadro 3: Produção de Banana – Estado de Goiás – 1995 a 2010

Ano	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Produção (ton)
1995	12.408	11.254	113.610
2000	12.828	12.828	129.600
2005	13.271	13.238	153.018
2006	13.261	13.191	155.943
2007	13.694	13.624	165.027
2008	13.706	13.706	162.915
2009	13.650	13.497	170.794
2010	14.986	13.833	189.487

Fonte: própria com base no IBGE

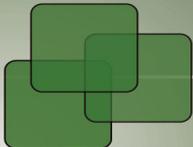
Para o estado de Goiás a cultura da banana destaca-se como uma das principais fruteiras cultivadas, com grande importância social. Segundo dados do IBGE (2010), o estado possui cerca de 14.986 mil hectares de área plantada com a cultura, que apresenta um rendimento médio em torno de 13 mil kg/ha e aproximadamente 4.600 produtores. Os principais municípios produtores são: Itaguaru, Heitorai, Anápolis, Anicuns, Jataí, São Luis de Montes Belos, Santa Fé de Goiás, Pirenópolis, Alexânia, Araçu, Uruana, Avelinópolis, Buriti Alegre, Adelândia, Jaraguá, Carmo do Rio Verde, Americano do Brasil, Inhumas, Ouro Verde, Sanclerlândia, Itauçu,

Cocalzinho de Goiás, Taquaral, Goiás, Itaguari e Jussara.

Ao analisar as produções que se dividem por Goiás, nota-se que embora estejam presentes em praticamente todo o estado, há concentração no Noroeste Goiano (42.840 toneladas), Oeste Goiano (36.508 toneladas), Centro Goiano (22.935 toneladas) e Entorno do Distrito Federal (14.575 toneladas), conforme Quadro 4 e figura 1. Dentre os 246 municípios goiano, foram destacados os 36 principais produtores de banana no estado que correspondem a em torno de 72% de toda produção do estado de Goiás.

Quadro 4: Produção de Banana – regiões goiana – 2009

Cidade	Ton	Região
Araçu	4600	Noroeste Goiano
Goiás	1720	Noroeste Goiano
Heitorai	10000	Noroeste Goiano
Itaguari	1600	Noroeste Goiano
Itaguaru	23000	Noroeste Goiano
Itauçu	1920	Noroeste Goiano
Total da região (ton): 42.840		
Adelândia	3257	Oeste Goiano
Americano do Brasil	2750	Oeste Goiano
Anicuns	7500	Oeste Goiano



Cidade	Ton	Região
Avelinópolis	3491	Oeste Goiano
Bom Jesus de Goiás	1200	Oeste Goiano
Campestre de Goiás	1100	Oeste Goiano
Córrego do Ouro	1400	Oeste Goiano
Jussara	1500	Oeste Goiano
Sanclerlândia	1950	Oeste Goiano
Santa Fé de Goiás	5760	Oeste Goiano
São Luis dos Montes Belos	6600	Oeste Goiano
Total da região (ton): 36.508		
Anápolis	7500	Centro Goiano
Campo Limpo	1300	Centro Goiano
Carmo do Rio Verde	2800	Centro Goiano
Jaraguá	3000	Centro Goiano
Ouro Verde	1995	Centro Goiano
Taquaral de Goiás	1840	Centro Goiano
Uruana	4500	Centro Goiano
Total da região (ton): 22.935		
Alexânia	5000	Entorno do Distrito Federal
Cocalzinho de Goiás	1900	Entorno do Distrito Federal
Corumbá de Goiás	1050	Entorno do Distrito Federal
Padre Bernardo	1125	Entorno do Distrito Federal
Pirenópolis	5500	Entorno do Distrito Federal
Total da região (ton): 14.575		
Cachoeira Alta	1200	Sudoeste Goiano
Jataí	6633	Sudoeste Goiano
Total da região (ton): 7.833		
Brazabrantes	1350	Metropolitana de Goiânia
Caturai	1200	Metropolitana de Goiânia
Inhumas	2533	Metropolitana de Goiânia
Trindade	1140	Metropolitana de Goiânia
Total da região (ton): 6.223		
Buriti Alegre	3298	Sul Goiano
Goiatuba	1440	Sul Goiano
Total da região (ton): 4738		
Total ao todo: 135.652 toneladas		

Fonte: Própria com base no IBGE

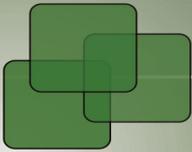
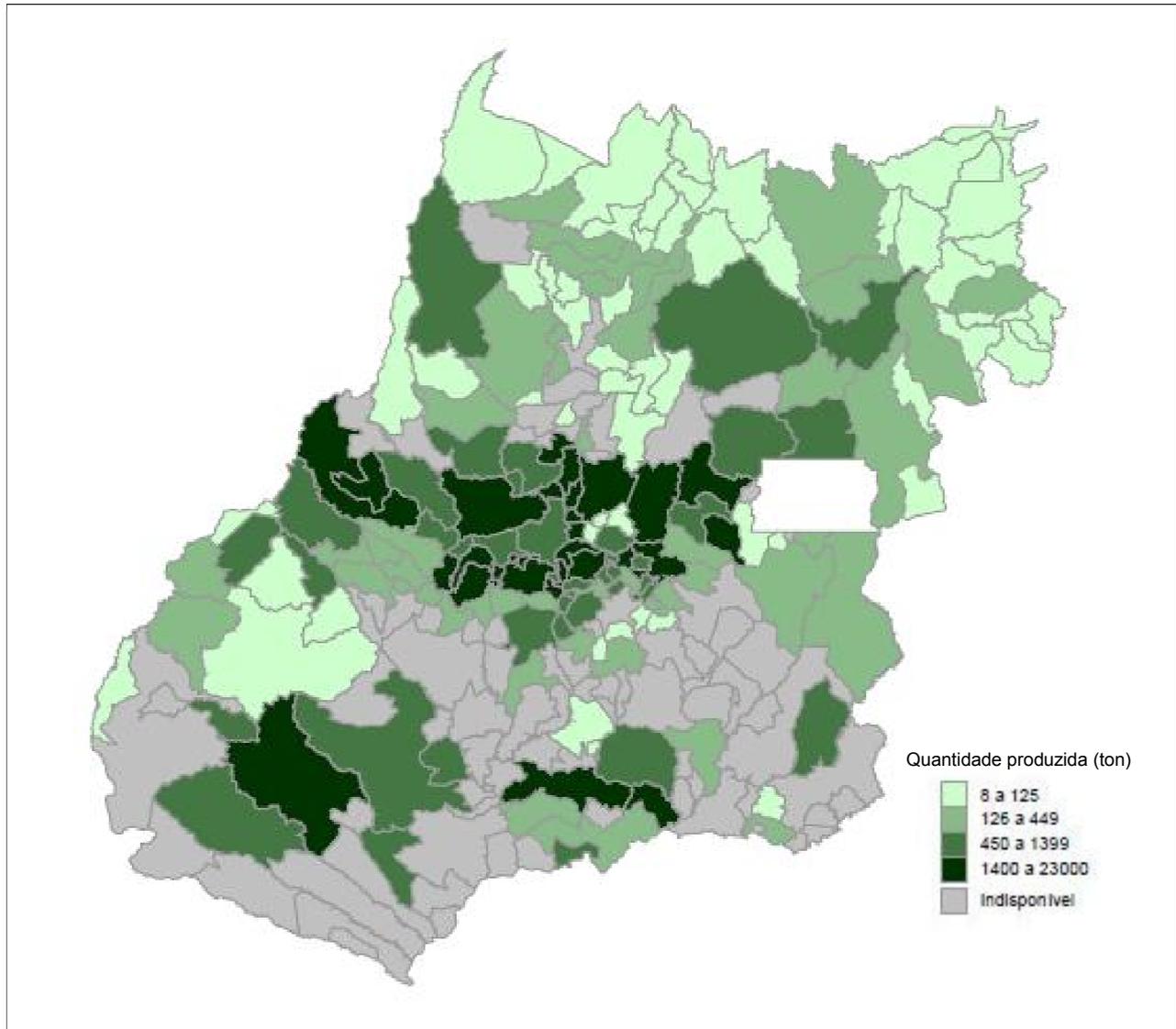


Figura 1: Produção de Banana por município – Goiás - 2009

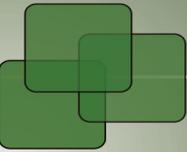


Fonte: IBGE

Contudo a produção de banana no estado de Goiás é relativamente baixa se comparada aos demais estados, mas para a região Centro-Oeste é algo bastante significativo embora não existam indícios de exportação, assim como em outras regiões do país, o consumo é praticamente *in natura*, e mesmo assim não chega a atender toda a demanda. Goiás chega a importar de diversos lugares, tais como Bahia, Santa Catarina e São Paulo, sendo a Bahia o principal fornecedor.

Os preços de compra de bananas diretamente para o CEASA-GO são de R\$5,00 a R\$17,00 reais por caixa (de 17kg) dependendo da variedade. E os preços de venda são de R\$10,00 a R\$22,00 dependendo da variedade e da lei da oferta e procura, bem como estações. É importante ressaltar que a banana maçã é a mais cara, tanto para compra como para venda. E a banana prata produzida no estado comprada diretamente do produtor para fornecedores, como distribuidoras da capital, tem como preço médio R\$6,00 a caixa e as bananas prata vindas da Bahia (anã) R\$ 14,00 a caixa.





Alguns distribuidores de banana do estado salientam que é mais compensativo comprar banana prata da Bahia, visto que embora sejam do mesmo grupo, elas são de tipos diferentes, com maior aceitação por parte do consumidor. Sendo assim, se a procura e aceitação maior são pelo grupo de bananas prata anã da região Nordeste, mesmo que se pague um alto valor no frete (embora a maioria das distribuidoras, tenham caminhões próprios), as distribuidoras não hesitam em comprar de fora do estado.

Alguns empresários de médias/grandes distribuidoras de bananas da capital do estado evidenciam que do total de toneladas compradas por mês, apenas 40% são de Goiás, contudo, outros empresários de pequenas distribuidoras também da capital salientam que praticamente 100% de seus fornecedores são de Goiás, alegando também que as perdas são mínimas, visto que o alvo é bem variado, pois revendem tanto para mercados, como para suas bancas em feiras e nas ruas (sinaleiros), diferentes de um grande distribuidor.

Sendo assim, a bananicultura se torna uma fonte alternativa de renda, principalmente por ser formada em sua maioria de pequenos produtores. E, estes lamentavelmente às vezes nem possuem terras próprias suficientes para grande escala, necessitando assim arrendar outras terras vizinhas. O sistema de irrigação que é extremamente importante (e que se houvesse comprometimento estatal seria facilmente resolvido) se limita a ser manual, pois não é fácil adquirir equipamentos eficientes e modernos para a irrigação em virtude do custo.

7. Considerações finais

A banana é uma fruta de consumo universal e é apreciada por pessoas de todas as classes sociais e de qualquer idade e consumida de diversas formas além da *in natura*. O rendimento da cultura de banana depende de vários fatores tais como: clima, solo, mercado

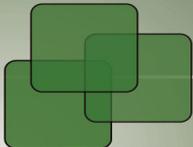
consumidor, sistemas de irrigação, tratamentos fitossanitários. Existem diversas variedades de bananas em todo o mundo, mas nem todas elas são adequadas para o consumo.

Existem alguns estudos para aprimoramentos no cultivo de bananas no país, principalmente nos estados que mais produzem (Bahia, Santa Catarina e São Paulo), visando atender aos padrões internacionais e aumentar assim o quadro de exportações de bananas do Brasil para diversos outros países.

Em Goiás a produção de bananas se comparada aos estados da Bahia e São Paulo, por exemplo, é praticamente incipiente, mas é visto como uma região que pode dedicar mais ao plantio de frutas, inclusive à principal fruta rentável do estado, a banana (e/ou bananeira) que pode ser aproveitada de diversas formas fora o *in natura*, como fabricação de doces, farinha, banana-chips, aguardente, artesanato, papel e etc. O estado possui inclusive uma riqueza aquífera, que pode ser utilizada para este fim, que inicialmente não é algo tão fácil, pois falta cooperativismo, mas havendo um apoio governamental trará benefícios ao produtor e ao estado que não necessitará de importar tanto de outros estados como atualmente importa.

O estudo mostra que a bananicultura é uma boa opção para os produtores locais objetivando auxiliá-los no processo de tomada de decisões sobre a possível adoção de uma fonte alternativa de produção. Atentando para todos os cuidados necessários, visto que muitas vezes da colheita até o mercado fornecedor tem-se uma perda de 40%, pois não é feito o devido manuseio, principalmente no frete.

O projeto de produção de banana no estado de Goiás pode ser indicado, tanto pela avaliação financeira, quanto pela análise social. Embora a irrigação em fruticulturas no estado seja quase inexistente existem estudos demonstrando que a produção de banana com sistema irrigado é uma cultura promissora. E com o apoio de projetos de pesquisas, organizações de corpo técnico



especializados, estudos sobre impacto ambiental e estudos sobre soluções com problemas de irrigação ainda inexistentes, entre outros estudos, evidentemente terá resultados expressivos para o desenvolvimento socioeconômico do estado de Goiás.

Referências bibliográficas

ANUÁRIO BRASILEIRO DA FRUTICULTURA 2009. **Banana**. 56 ed. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, p.70-75, 2009.

EMBRAPA. Agência de Informação Embrapa. **Banana**. Disponível em:
<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia40/AG01/Abertura.html>. Acesso em 03 nov. 2010.

FAO/FAOSTAT. Disponível em:
<http://www.fao.org/af/guides/resource/data.htm>. Acesso em 20 nov. 2009.

GOMES, P. **Fruticultura Brasileira**, 13º ed. São Paulo: Nobel, 2007. IBGE. **Banco de Dados Agregados**. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 16 mar. 2011.

IBGE. **Banco de Dados Agregados**. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1613&z=t&o=11>. Acesso em 15 mar 2011;

IBGE. **Lavoura Permanente 2009: Banana (cacho) – Quantidade Produzida – (tonelada)** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/cartograma/mapa.php?uf=52&codMun=522170&tema=lavperm2009&codv=v16&tituloTema=Lavoura%20Permanente%202009&titulo=Banana%20%28cacho%29%20-%20Quantidade%20produzida&unidade=Tonelada&legenda=&lang>. Acesso em 15 mar. 2011.

IBGE. **Lavoura Permanente**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=lavourapermanente2009>. Acesso em 15 mar. 2011

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2006**. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=740. Acesso em 29 jan. 2010.

INSTITUTO de tecnologia de alimentos. **Frutas Tropicais: 3 banana, da cultura ao processamento e comercialização**. Campinas: ITAL, 1978.

MANICA, I. **Fruticultura tropical: 4 banana**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1997.

MATTHIESEN, M. L.; BOTEON, M. **Análise dos principais pólos produtores de banana no Brasil**. Piracicaba-SP. 2003. Disponível em:
<http://www.abavar.com.br/banana.pdf>. Acesso em 29 jan. 2010.

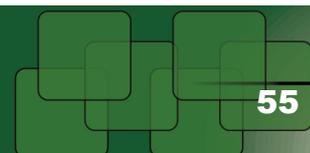
PEREIRA, S. E. Programa de Prevenção à Entrada de Sigatoka Negra e Moko da Bananeira no Estado de Goiás. **Agrodefesa**. Disponível em:
http://www.agrodefesa.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75. Acesso em 21 abr. 2010.

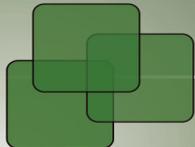
SEBRAE. **Estudo de mercado: Banana**. ESPM 2008. Disponível em:
[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8E2336FF6093AD96832574DC0045023C/\\$File/NT0003904A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8E2336FF6093AD96832574DC0045023C/$File/NT0003904A.pdf). Acesso em 30 set. 2010

SECRETARIA da Agricultura do Estado de Goiás. **Seagro apóia organização da cadeia produtiva da bananicultura em Buriti Alegre**. Disponível em:
http://www.agronegocio.go.gov.br/index.php?pg=noticias_acervo_l&id_acervo=10583&pagina=96. Acesso em 21 abr. 2010.

SEPLAN. **Seplan participa da estruturação do APL da Bananicultura em Buriti Alegre**. Disponível em:
http://www.seplan.go.gov.br/view.asp?id_men=9&id_cad=1&id_not=663. Acesso em 21 abr. 2010.

SILVA, E. M. F. da. **Estudos sobre o mercado de frutas**. São Paulo: FIPE, 1999.



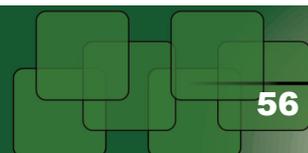


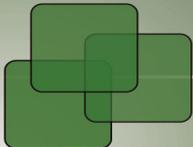
VILELA, P. S.; CASTRO, C. W.; AVELLAR, S. O. C.

Análise da Oferta e da Demanda de Frutas Selecionadas no Brasil para o Decênio 2006/2010.

Disponível em:

<http://74.125.93.132/search?q=cache%3AWI4M5SpkUIAJ%3Awww.faemg.org.br%2FContent.aspx%3FCode%3D4203%26fileDownload%3DTrue+faemg+oferta+demanda+futa&hl=pt-BR&gl=br>, Acesso em 20 mai. 2010.





Transmissão de preços entre o produtor e varejo: evidências empíricas para o setor de carne bovina em Goiás

Resumo: A economia goiana vem se destacando no contexto nacional. Seu PIB atingiu R\$ 75 bilhões no ano de 2008. Isso reserva ao estado goiano a nona posição entre as unidades federativas do Brasil. Nesse contexto, a agropecuária tem forte participação na economia de Goiás e a pecuária de corte representa cerca de 23% desse montante e historicamente é o principal produto agropecuário. Buscando informações referentes à amplitude da transmissão do preço, este estudo tem como objetivo principal analisar a transmissão de preço da carne bovina entre o produtor e o varejo em Goiás, onde foi utilizado como metodologia procedimentos econométricos tradicionais: critério de informação de Schwarz para determinar o número de defasagens, teste de raiz unitária aumentado de Dickey-Fuller e análise de regressão. Para a administração deste trabalho, necessário se fez compor um referencial teórico adequado para dar suporte à particularização do modelo econométrico usado para detectar a variação do preço da carne bovina entre o produtor e o varejo. Os resultados da análise de regressão apontam que a comercialização da carne bovina em Goiás não apresenta claramente um agente dominante, ao menos, entre o produtor de boi gordo e o varejista.

Palavras-chave: Transmissão; Preços ao produtor; Preços ao varejo; Goiás

1 – Introdução

A economia brasileira apresenta um bom momento de expansão nas áreas de agropecuária, indústria e serviços. Com um Produto Interno Bruto (PIB) em R\$ 3,675 trilhões (no ano de 2010), o que equivale a US\$ 2,21 trilhões, tendo exportado mais produtos (US\$ 201,916 bilhões) do que importado (US\$ 181,638 bilhões) em 2010, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011).

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA (2011), o agronegócio brasileiro, apesar da crise financeira global, tem um enorme potencial de crescimento. Merece destaque o mercado interno, pois



Onésio Assis Lobo¹
Waldemiro Alcântara da Silva Neto²

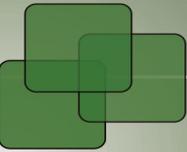
tem se mostrado expressivo para todos os produtos apresentados, além da disponibilidade e abundância de recursos naturais como fatores de competitividade. Acredita-se que o agronegócio brasileiro, mesmo neste momento de crise econômica mundial, ainda continuará sendo o principal fator de equilíbrio para a sustentabilidade econômica do Brasil.

A pecuária de corte nacional apresenta relevância socioeconômica para o país. Do ponto de vista social, devido à sua complexa cadeia produtiva, a atividade é importante fonte geradora de milhares de empregos diretos e indiretos. Ademais, do ponto de vista econômico, a atividade pecuária se destaca no agronegócio nacional, situando o país como importante produtor e exportador mundial de carne bovina. Seu rebanho em 2010 alcançou cerca de 205 milhões de cabeças, consolidando o Brasil como o país que detém o maior rebanho comercial do mundo.

O PIB da agropecuária em 2010 atingiu, em valores correntes desse mesmo ano, o valor de R\$ 217,4 bilhões segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2011). Segundo dados da FAEG (Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás, 2011), o Valor Bruto da Produção (VBP) em 2010 da carne bovina, no estado de Goiás, foi de R\$ 4,7 bilhões e as projeções para esse ano são de que esse valor passe para R\$ 5,5 trilhões. Esses dados reforçam a importância estratégica da pecuária de corte para a economia goiana, seja na geração de renda ou de superávits comerciais.

¹ Economista, e-mail: onesiolobo@gmail.com

² Professor Adjunto em Economia – FACE/UFMG, e-mail: netoalcan@gmail.com



Diante da importância da pecuária goiana para a dinâmica econômica, o objetivo desse artigo é o de analisar a transmissão e preços entre dois agentes desse mercado: o produtor (preço da arroba) e o varejista (preço do quilo da carne). Especificamente, compreender qual a magnitude da elasticidade-preço e ainda, buscar subsídios para apontar qual o agente nesse processo de comercialização tem se apropriado de maiores margens. O método utilizado é baseado nos testes tradicionais da econometria de séries temporais: raiz unitária aumentado de Dickey-Fuller (1979), critério de informação de Schwarz e análise de regressão.

Além dessa introdução, esse artigo contém mais quatro seções, a saber: revisão de literatura, material e métodos, resultados e discussões e as considerações finais.

2 – Referencial Bibliográfico

2.1 – Transmissão de Preços

A teoria de transmissão de preços, segundo Barros (1990), trabalha com a identificação do agente da cadeia (produtor, atacadista e varejista) que origina a mudança de preços da carne bovina, denominado líder. A liderança se associa à sensibilidade do setor às variações da oferta e demanda, ao custo para alterar os preços, à quantidade de transações com poucos produtos (especialização), e ao risco de prejuízo.

Através da análise da transmissão de preços é possível avaliar o comportamento e o repasse dos preços nos distintos níveis da cadeia de comercialização.

Segundo Lourenzani e Silva (2004), os atacadistas são os agentes intermediários no processo de distribuição. Possui eficiência ao desempenhar as funções de venda, promoção, armazenagem, transporte e na transmissão de informações. Os varejistas são representados principalmente pelas grandes redes de supermercados de tamanhos variados, varejões, sacolões e feiras livres.

A elasticidade de transmissão diz respeito à intensidade e ao período de ocorrência da transmissão de preços.

Para medir a intensidade da transmissão, estima-se a elasticidade, ou seja, o impacto percentual de uma variação do preço, em um segmento do sistema, sobre o preço do outro segmento.

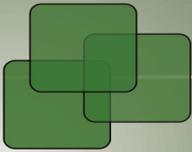
Essa transmissão seria um indicativo de uma distribuição mais equânime de ganhos proporcionados pelo aumento do preço do produto final da cadeia, considerando que não houve alteração significativa na tecnologia de processamento e que a matéria-prima tem um peso elevado nos custos totais. Se a elasticidade-preço é menor do que 1, tem-se uma transmissão imperfeita, indicando a possibilidade de haver ganhos de margem por parte de um elo da cadeia (MARGARIDO; FERNANDES; TUROLLA, 2002).

3 – Material e Métodos

Nesta seção é apresentada a metodologia utilizada para a análise da transmissão de preços. A seguir, são descritos os procedimentos econométricos utilizados: testes de raiz unitária de Dickey-Fuller Aumentado (ADF), critério de informação de Schwartz, e análise de regressão.

3.1 – Dados

As séries de preços são mensais, e compreendem o período de janeiro de 1995 a dezembro de 2010. Quanto ao tratamento dos preços mensais, inicialmente inflacionou-se as séries com o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI), que é controlado pela Fundação Getúlio Vargas. A base adotada foi dezembro de 2010. As séries de preços utilizadas foram coletadas de fontes oficiais, sendo os preços dos produtores fornecidos pela FAEG e dos varejistas fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2011). No Quadro 1 estão descritas as variáveis do modelo, suas respectivas fontes e os tratamentos realizados.



Quadro 1 – Séries de preços utilizadas no trabalho

Variável	Tratamento realizado e descrição da variável	Fonte
Preços ao Produtor (PP)	Preço da arroba do boi gordo no Estado de Goiás; inflacionado pelo IGP-DI (valores correntes de dezembro de 2010).	FAEG
Preços ao Varejo (PV)	Preço do quilo da carne bovina na cidade de Goiânia, inflacionado pelo IGP-DI (valores correntes de dezembro de 2010).	DIEESE

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Vale ainda ressaltar, que para fins de interpretação econômica dos resultados e análise de elasticidade, os mesmos serão tratados em logaritmos. O Software utilizado foi o RATS - *Regression Analysis of Time Series*, versão 6.0.

$$CS = n^{\frac{k}{n}} \sum \frac{\hat{\mu}^2}{n} = n^{\frac{k}{n}} \frac{SQR}{n} \quad (1)$$

em logaritmos:

$$\ln CS = \left(\frac{k}{n}\right) \ln(n) + \ln\left(\frac{SQR}{n}\right) \quad (1')$$

3.2. – Referencial Metodológico

3.2.1 - Séries estacionárias

De acordo com Gujarati (2000), o processo estacionário de uma série cronológica é aquele cuja distribuição de probabilidade conjunta permanece estável ao longo de tempo. Neste caso as séries cronológicas de uma variável são distribuídas identicamente.

Uma série cronológica é estacionária (no sentido fraco):

- se a sua média e variância não se alteram sistematicamente com o tempo;
- o valor da covariância entre dois períodos depende apenas da distância entre os dois períodos e não do período atual no qual a covariância tem sido calculada.

3.2.2 – Número de defasagens pelo Critério de Schwarz

Segundo Gujarati (2000), o Critério de Schwarz (CS) é utilizado para determinar o número de defasagens de uma série temporal. Schwarz sugere que seja minimizada a seguinte função:

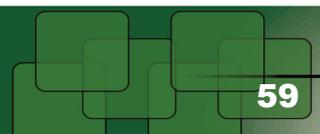
Em que $\left(\frac{k}{n}\right) \ln(n)$ é denominado fator de penalidade, k é o número de regressores (incluindo o intercepto), n é o total de observações e SQR é a Soma dos Quadrados dos Resíduos.

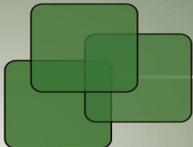
3.2.3 Teste de Raiz Unitária

3.2.3.1 Teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF)

Em economia é comum as séries econômicas serem não estacionárias. Os preços não se comportam de maneira uniforme num intervalo de tempo, isto é, nem sempre os preços encontram-se num equilíbrio constante. Assim, tem-se a necessidade de se conhecer a estacionariedade das séries.

Portanto, com o objetivo de verificar a estacionariedade do índice geral de preços e dos alimentos, foi realizado o teste de raiz unitária de Dickey-Fuller Aumentado – ADF (1979). Seguindo os procedimentos apresentados por Enders (2004), o teste de raiz unitária ADF é utilizado para verificar a ordem de integração de uma série temporal Y_t , detectando ou não a existência de raiz unitária através dos seguintes modelos de regressão:





$$\Delta Y_t = \alpha + \beta t + \rho Y_{t-1} + \sum_{i=1}^k \lambda_i \Delta Y_{t-i} + e_t \quad (02)$$

$$\Delta Y_t = \alpha + \rho Y_{t-1} + \sum_{i=1}^k \lambda_i \Delta Y_{t-i} + e_t \quad (03)$$

$$\Delta Y_t = \rho Y_{t-1} + \sum_{i=1}^k \lambda_i \Delta Y_{t-i} + e_t \quad (04)$$

As estatísticas τ_τ , $\tau_{\beta\tau}$, τ_μ e $\tau_{\alpha\mu}$, fornecidas por Mackinnon (1994), são todas usadas para testar a hipótese nula, $\rho = 0$. É importante notar que a série pode ser estacionária com uma tendência determinista como na equação (02), ou sem tendência, mas, como *drift* como apresenta a equação (03).

3.3 – Análise de Regressão

A análise de regressão estuda o relacionamento entre uma variável chamada a variável dependente e outras variáveis chamadas variáveis independentes. Este relacionamento é representado por um modelo matemático, i.e., por uma equação que associa a variável dependente com as variáveis independentes. Este modelo é designado por modelo de regressão linear simples se define uma relação linear entre a variável dependente e uma variável independente. Se em vez de

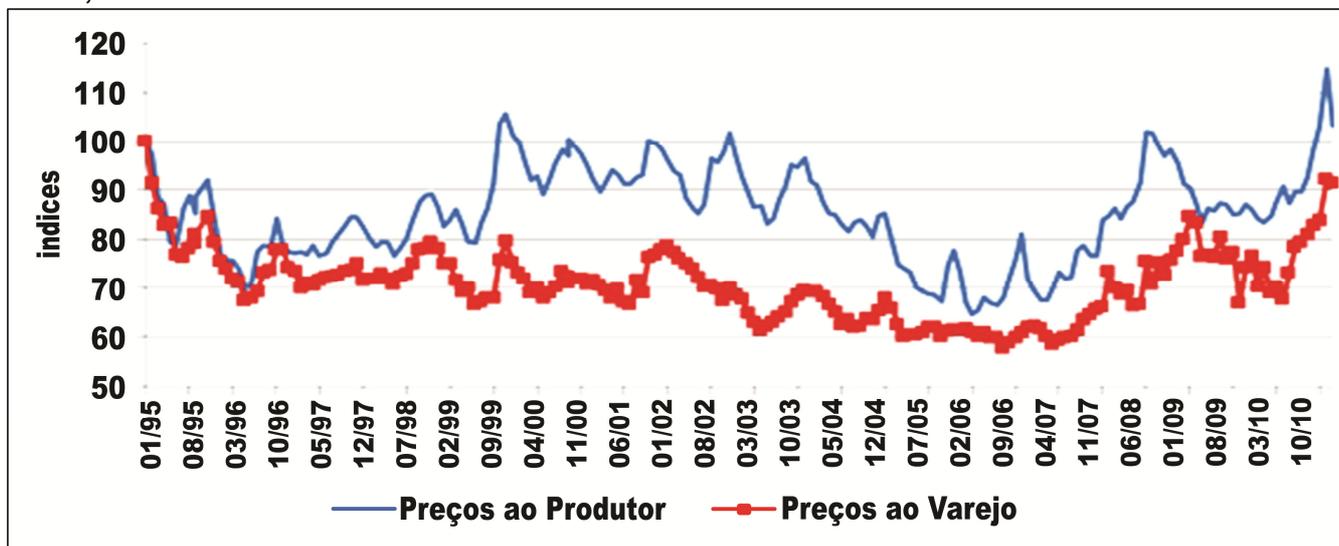
uma, forem incorporadas várias variáveis independentes, o modelo passa a denominar-se modelo de regressão linear múltipla.

4 – Resultados e Discussões

Para a análise da transmissão de preços, inicialmente, adotou-se a seguinte nomenclatura: PP (preços em nível de produtor, da arroba do boi gordo para o Estado de Goiás) e PV (preços em nível de varejo, do quilo da carne bovina para a cidade de Goiânia). Os preços entre o produtor e o varejo em Goiás são preços mensais correntes de janeiro de 1995 a dezembro de 2010 e apresentam comportamento semelhante. Ambos revelam uma tendência de queda entre 2000 e meados de 2006; posteriormente ambos os preços apresentam uma ligeira recuperação, especialmente, no final de 2010, onde os preços da arroba de boi gordo alcançou patamar surpreendente.

Na Figura 1, é apresentada a evolução do índice dos preços. É possível verificar certa harmonia entre eles. No entanto, há um “descolamento” mais acentuado no período de 2000 a 2005. Outro fator que chama atenção é que a partir de 2007 há uma tendência de recuperação de ambos os preços, que foi interrompido apenas no ano de 2008, influenciado pela crise internacional.

Figura 1 – Evolução dos preços ao produtor e ao varejo da carne em Goiânia de janeiro de 1995 a dezembro de 2010, valores correntes de dezembro de 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados primários do DIEESE e da FAEG. (2011).

4.1 – Número de Defasagens e Teste da Raiz Unitária

Pelo critério de informação de Schwarz, identificou-se o número de defasagens (*lags*) para as duas séries

analisadas. Na Tabela 1 constatou-se que o número de defasagens para a série PP foi igual a 2 e de PV foi apenas de 1/*lag*.

Tabela 1 - Resultados do critério de informação de Schwarz para o número de defasagens

PP		PV	
Valor	LAG	Valor	LAG
-215,78	1	-244,53	1*
-224,90	2*	-240,97	2
-221,32	3	-239,57	3
-216,12	4	-234,87	4
-211,06	5	-234,50	5
-207,78	6	-229,39	6
-205,31	7	-224,21	7
-200,90	8	-220,03	8
-196,49	9	-218,76	9
-193,96	10	-217,20	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Posteriormente, é necessário identificar se as séries de preços apresentam características de estacionariedade, por isso em todos os dois casos foram usados o teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) para os logaritmos dos preços.

Pelo teste de raiz unitária, é possível concluir que as duas séries de preços são estacionárias após

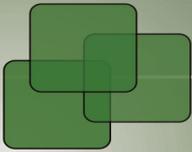
diferenciadas, sem tendência e com constante.

Sendo assim, o modelo a ser estimado é o representado pela equação (3), com constante e sem tendência (Tabela 2). Os valores calculados foram maiores em módulo que o valor tabelado ao nível de significância de 95%. Assim, rejeitou-se a hipótese nula de presença de raiz unitária para ambas as séries.

Tabela 2 - Teste de raiz unitária de Dickey-Fuller Aumentado, preços do produtor (PP) e para os preços do varejo (PV)

	Modelo 1		Modelo 2	
	τ_{τ}	$\tau_{\beta\tau}$	τ_{μ}	$\tau_{\alpha\mu}$
PP	-2,64	0,57	-2,65	2,66
PV	-2,03	1,28	-2,54	2,54

Fonte: Dados da pesquisa.



$$\text{Modelo 1: } \Delta y_t = \alpha + \beta t + \rho y_{t-1} + \sum_{i=1}^k \lambda_i \Delta y_{t-i} + e_t$$

$$\text{Modelo 2: } \Delta y_t = \alpha + \rho y_{t-1} + \sum_{i=1}^k \lambda_i \Delta y_{t-i} + e_t$$

Estatísticas (5%): $\tau_\tau : -3,43$; $\tau_{\beta\tau} : 2,79$; $\tau_\mu : -2,88$; $\tau_{\alpha\mu} : 2,53$

4.2 – Análise de Regressão

Os resultados da elasticidade de transmissão de preços estão na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Resultados da elasticidade transmissão de preços

Efeito sobre PP			Efeito sobre PV		
Variável	Coeficiente	Nível de Significância	Variável	Coeficiente	Nível de Significância
Constante	0,21	0,01	Constante	0,28	0,01
PV	0,91	0,00	PP	0,93	0,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A questão a ser investigada é de como se comportam os preços do produtor diante de variações nos preços ao varejo. Os resultados mostram que um choque exógeno de 1% nos preços ao varejo afetam os preços ao produtor contemporaneamente em 0,91%, ou seja, um aumento em 1% nos preços ao varejo elevam os preços ao produtor em 0,91%. A análise do efeito do preço ao produtor sobre os ao varejo assume as mesmas premissas da anterior. Um choque exógeno de 1% nos preços ao produtor elevam os do varejo em 0,93%. Ou seja, o aumento de 1% nos preços ao produtor faz com que os preços ao varejo aumentem em 0,93%. Ambos os resultados foram significantes ao nível de 95%.

Sendo assim, observa-se uma forte tendência de que esta transmissão de preços seja simétrica, pois as variações e impactos são bem próximos entre os dois agentes e mantém uma linha tênue entre eles. Cabe ressaltar que o teste de Assimetria na Transmissão de Preços (ATP) exige alguns testes adicionais, no entanto, os resultados obtidos sugerem que essa transmissão entre o produtor e o varejista, para os setor de carne bovina, em Goiás, seja simétrica. Esse resultado difere do encontrado por Silva Neto e Parré (2011) para o estado de São Paulo. Esses autores mostraram que a

transmissão de preços entre os preços da arroba do boi gordo e os preços do bezerro são assimétricas: os produtores de bezerro não repassavam as quedas nos preços ao nível posterior de comercialização; somente eram repassadas as altas nos preços.

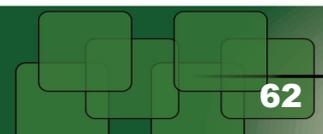
5 – Considerações Finais

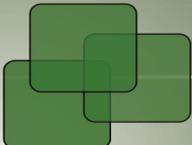
A condução desse trabalho mostrou por meio dos testes de raiz unitária, que as séries de preços se mostraram estacionárias depois de diferenciadas e com presença de constante.

A análise das elasticidades de transmissão de preços permitiu concluir que os choques exógenos nos preços revelaram um comportamento muito semelhante entre si.

Tanto nos efeitos contemporâneos dos preços ao produtor sobre os ao varejo e vice-versa. Isso reflete que a comercialização da carne bovina em Goiás não apresenta claramente um agente dominante, ao menos, entre o produtor de boi gordo e o varejista.

A principal limitação dessa pesquisa é restringir-se à análise de transmissão de preços da carne bovina do produtor para o varejo, o que muitas vezes é insuficiente para concluir sobre o padrão de concorrência e se houve





variação significativa de diferenciação ou imperfeições de mercado decorrentes de problemas de informação e custos de transação.

Para tanto, seria desejável replicar esta análise em diferentes mercados relevantes e que apresentem graus de concentração de mercado distintos. Assim, seria possível avaliar se as estratégias de preços decorrem, de fato, do padrão de concorrência ou de outros tipos de imperfeições de mercado.

Novas pesquisas devem ser conduzidas permeando outras análises com séries de preços de outros produtos - o que não foi feito neste estudo, pois seu objeto era a transmissão do preço da carne bovina entre o produtor de boi gordo e o varejo - que melhor represente o atual método de comercialização. Além disso, seria importante realizar os testes de cointegração entre as séries, com o objetivo de verificar se há uma relação de longo prazo entre elas. Ainda, poderiam ser realizados os testes de assimetria na transmissão de preços e também, incluir na análise os preços do bezerro.

Referências Bibliográficas

BARROS, G.S.C. **Transmissão de preços pela central de abastecimento de São Paulo**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, FGV, 44(1): 5-20, jan./mar. 1990.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA (2011). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>> acesso em: 26 mai. 2011.

Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA, (2011). Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/> acesso em: 10 jun. 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE.

Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/>> Acesso em: 28 abr. 2011.

DICKEY, D.A.; FULLER, W.A. **Distribution on the estimator for auto-regressive time series with a unit root**. Journal of the American Statistical Association, Alexandria, v. 74, p. 427-431, 1979.

ENDERS, W. **Applied econometric time series**. New York: John Wiley & Sons, 2004. 466 p.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUARIA DE GOIAS (FAEG). Disponível em: <<http://www.faeq.go.gov.br>> Acesso em: 28 abr. 2011.

Gujarati, D. N.; **Econometria básica**. 3 ed. São Paulo: Editora Afiliada. 2000.

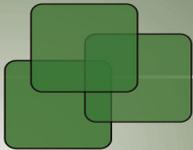
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 14 abr. 2011.

LOURENZANI, A. E. B. S.; SIL' A. L. **Custo de transação na distribuição de tomate in natura**. Agriculturaem São Paulo, v. 51, n 1, p. 41-50, jan/jun 2004.

MACKINNON, J.G.; **Approximate Asymptotic Distribution Functions for Unit-Root and Cointegration Tests**. Journal of Business & Economic Statistics, v.12, p. 167-176, 1994.

MARGARIDO, M. A.; FERNANDES, J. M.; TUROLLA, F. A. **Análise da formação de preços no mercado internacional de soja: o caso do Brasil**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 71-85, 2002.

SILVA NETO, W. A. ; PARRÉ, J.L. . **Assimetria na transmissão de preços: evidências empíricas**. In: 49º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2011, Belo Horizonte. 49º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, 2011.



Trabalho, Educação e Desenvolvimento no Contexto da Mundialização do Capital: Subsídios ao Debate Contemporâneo em Goiás¹



Angelo Rafael Nascimento Nunes²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o que vincula trabalho, educação e desenvolvimento no profundo processo de desencadeamento da reestruturação produtiva, e ao mesmo tempo o novo regime de acumulação financeira, sobretudo nas últimas três décadas, sob o título de "Mundialização do Capital"³. Frente a esta nova ofensiva capitalista, os discursos ideológicos propagados pelos neoclássicos com a teoria do capital humano, a qualificação/educação do trabalho foi palco de transformações, ensaiada a própria sociabilidade do capital, via expropriação e intensificação do conhecimento sobre o trabalho. Neste sentido, foram tabulados dados da RAIS-MTE⁴, a fim de evidenciar que a classe trabalhadora no Brasil, especialmente no estado de Goiás, passa por mutações e cada vez mais se afasta do saber técnico/científico, tornando-se apêndice⁵ no sistema produtivo.

Palavras-chave: trabalho, qualificação, autonomia, subordinação.

Introdução

A qualificação do trabalho tem sido palco de debates e discussões, sejam elas empíricas e/ ou teóricas desde meados do século XX, tais análises procuraram decompor profundas transformações do fator trabalho ao desenvolvimento humano. Atualmente, todavia, o aparato de produtividade/competitividade tomou maior destaque no sentido de que a qualificação/educação é o fator determinante para a superação do subdesenvolvimento,

de acordo com neoclássicos, especialmente com a teoria do Capital Humano.

Na teoria marxiana, este debate foi notadamente realizada com base em *O Capital* (1975), obra no qual Marx manifesta como os processos de produção na sociedade capitalista são cada vez mais transformados na dinâmica de acumulação do capital, essência desta sociedade. O autor apresenta ainda, como esta alteração se manifesta com a divisão internacional do trabalho e sua redistribuição entre as atividades e a intensificação deste através da maquinaria.

No entanto, o conceito fundamental do pensamento de Marx (1975), é que a ampliação técnica operada no sistema atual cria novas relações de trabalho e encobre a tendência histórica para a distinta precarização da força trabalho. Ao passo que este processo se aprofunda na descentralização da estrutura produtiva, contornando-o para os países subdesenvolvidos as suas atividades, e ao mesmo tempo, centraliza as suas atividades para os setores mais dinâmicos da economia pertencentes ao "núcleo orgânico do capitalismo"⁶, visto esse sobre o termo de Mundialização do Capital⁷.

¹ O trabalho tem como ponto de partida o projeto monográfico a ser apresentado em 2011/2. Parte deste artigo também se encontra no que foi aprovado e apresentado na III Jornadas de Economia Crítica (2010) – Universidade Nacional de Rosario – Argentina e na IV Jornadas de Economia Crítica (2011) – Universidade Nacional de Córdoba – Argentina.

² Discente do curso de Ciências Econômicas/UEG- UnUCSEH, pesquisador do Centro de Estudos Sobre Trabalho território e Desenvolvimento/ CeTTeD, membro da Alianza Latinoamericana de Estudios Críticos sobre el Desarrollo. angelo.economia@hotmail.com.

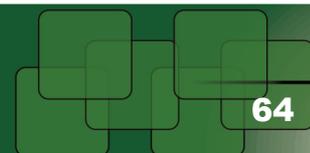
³ CHESNAIS (1996 e 2005).

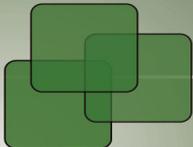
⁴ Relação Anual de Informações Anuais: um Registro Administrativo produzido pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

⁵ Esse processo esta bem mais caracterizado nos "Manuscritos econômicos e filosóficos" de 1844 (ver MARX, 1994, 201-210 e 2004).

⁶ ARRIGHI (1997)

⁷ Sob este termo ver CHESNAIS (1996, p. 24). Expressão utilizada pelos franceses, o autor diz preferir mundialização, pois permite introduzir, com muito mais força do que o termo 'global', a idéia de que, se a economia 'mundializou', seria importante construir instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento.





Frente às transformações, o objetivo deste trabalho busca compreender o que vincula trabalho, educação e desenvolvimento, compondo suas relações no profundo processo de desencadeamento da reestruturação produtiva, confrontando às políticas liberais e seus desdobramentos.

Em outras palavras, o discurso ideológico que tem sido propagado quebrou qualquer corrente de desenvolvimento técnico/científico aos trabalhadores. É neste âmbito que há um embate entre a classe trabalhadora à realidade econômica social, configuração ideológica para sustentar o conhecimento parcial dos trabalhadores e forjar novas demandas de qualificação para o trabalhador.

A hipótese deste artigo é a de que a partir dos discursos ideológicos propagados pelos economistas neoclássicos, a qualificação/educação do trabalho são formas de expropriação e intensificação do conhecimento sobre o trabalho, há de notar também que a partir do contexto da evolução técnica corrobora a ampliação na simplificação e no controle do trabalho, movimentos similares no contexto da mundialização do capital.

Com base no exposto, este artigo está dividido em três seções, acompanhado desta introdução e das considerações finais. A primeira seção discute os elementos de reestruturação produtiva que, sobretudo representa as causas da desestruturação ocorrida no mundo do trabalho no Brasil, especialmente, a partir dos anos de 1990, debatendo o aumento da precarização nas condições/relações de trabalho. A segunda seção, busca suscitar o pensamento neoclássico da qualificação/educação e sua introdução ideológica nos países subdesenvolvidos, em especial no Brasil, ainda recupera algumas das críticas a essa abordagem, feita por diversos autores, dentre eles Marx e Frigotto, propõe-se que suas análises sobre o conceito exposto possam

contribuir às indagações no contexto de intensificação do trabalho. Por fim, no terceiro impõe uma breve discussão a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a afirmação de desestruturação no mercado de trabalho goiano e suas limitações para o desenvolvimento sócio-econômico⁸.

1 – Os fatores que explicam o problema nos anos recentes

A nova configuração do capitalismo mundial e suas relações no profundo processo de desencadeamento da reestruturação produtiva, sobretudo nas últimas três décadas, geraram profundas modificações econômicas, sociais e, sobretudo geográficas, sob o título, Mundialização do Capital, Chesnais (1994. p, 23), ou seja, uma “nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho de regulação”, constituindo novas formas de racionalização no mundo do trabalho coerente às relações de oligopólio mundial⁹, assim como, estabelecendo formas segmentadas, estratificadas, hierarquizadas e muito menos a garantia de políticas de pleno emprego.

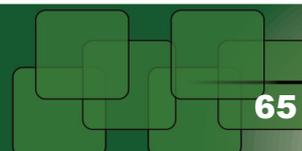
O ponto forte que perpetua na pauta de discussão dos governos (sejam eles federais/estaduais/municipais), é que o desemprego possui ligação com a incapacidade adaptativa do trabalho, ou seja, refere-se à deficiência da formação profissional dos trabalhadores.

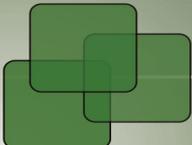
Nos anos de 1990, presenciou-se uma ampliação da subordinação da economia brasileira, ao ser promovida a abertura financeira na economia internacional. A par disso, o Brasil vivenciou uma readequação no sistema produtivo, o que acabou acarretando uma corrida das empresas nacionais à internacionalização.

Neste sentido, a forma como o Brasil se articulou, diante de uma reengenharia produtiva em suas diversas

⁸ MOREIRA (2010).

⁹ [...] o importante é o entendimento sobre a *hierarquia global de riqueza*. Através dos conceitos de *riqueza oligárquica* e *riqueza democrática*, ele vai aprofundar a explicação que vinha traçando sobre a *ilusão do desenvolvimento*. A riqueza democrática consiste no tipo de comando sobre recursos econômicos, disponíveis em princípio para todo mundo em relação direta com a intensidade e a eficiência dos seus esforços; a riqueza oligárquica consiste no tipo de comando sobre recursos econômicos, porém, sem relação com a intensidade e a eficiência dos esforços de seus beneficiários, e nunca estando disponível para todos, não importando quão intensos e eficientes sejam estes esforços”. (MOREIRA, 2008, p. 4, apud, ARRIGHI, 1997).





manifestações à crise no modelo de acumulação capitalista, foi palco de transformações à própria sociabilidade ensaiada pelo capital.

Uma vez desenvolvidas estas escolhas, as alternativas que foram buscadas no Brasil, baseadas nos preceitos do *Consenso de Washington*¹⁰, refletiram o baixo crescimento econômico e o alargamento do mercado de trabalho fragmentado, em torno de suas estruturas, principalmente o crescente contingente de desempregados.

Assim, uma questão de suma importância na economia brasileira, Tavares (1997) apresenta a ocorrência de um período de aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais, articulado ao aumento do desemprego e pela precarização das condições e relações de trabalho. Como tal, o aumento das terceirizações e outras formas de relações da força de trabalho, trouxeram impactos de precarização sem precedentes, dotado pelo resultado da forte pressão de flexibilização dos trabalhadores e às suas remunerações.

No Brasil, havia assim uma bifurcação, de um lado, o padrão de desenvolvimento com os processos de exclusão, e do outro lado, traçado por fortes características de segregação social. Tal característica amplia tendência à pauperização da classe trabalhadora, tendo assim, precondições aos processos de submissão do trabalho mediante as relações de expansão e espoliação capitalista. Neste contexto Marx (1847), expõe que o fator importante era evidenciar a pauperização relativa da classe trabalhadora, uma vez que, o aumento do nível salarial não cresce na mesma proporção do que as riquezas de produção capitalista. A análise de Marx é, essencialmente ao fator do “salário relativo”¹¹.

As formas como estes processos se restabeleceram à lógica mundializada da economia, propagou uma das preocupações de parte dos capitais de que, a reintegração de atividades, o emprego e a qualificação do

trabalho era fundamental ao desenvolvimento para utilização da força de trabalho mais valorizada e diversificada.

Assim, Amaral (2005), explica que, a qualificação profissional reaparece no ímpeto de recompor o capital, bem como, uma necessidade da força de trabalho, ao analisar o campo histórico, abriga a bandeira de reintegração da educação como estratégia para o enfrentamento do desemprego.

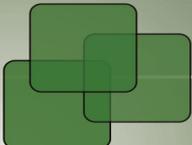
Neste sentido, da década de 1990 até hoje, observou-se que, o enfrentamento à adaptação da força de trabalho ligado às novas exigências de produção, principalmente impulsionada pela competitividade e produtividade no Brasil, foram implementadas diversas políticas de qualificação profissional. O documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), coloca em evidência os processos de formação do trabalhador contemporâneo de acordo as demandas específicas no mercado de trabalho:

O setor produtivo requer trabalhadores cada vez mais capacitados e qualificados. Disso decorre a necessidade de identificar quais as competências dos perfis profissionais desenhados para atender às novas demandas da indústria. O processo não é estanque, mas de grande sinergia: assim como a educação contribui para o avanço da indústria, esta, por sua vez, retribui provocando mudanças no ambiente educativo. (CNI, 2007, p.8).

A partir deste entendimento, os setores produtivos incorporam como frente dominante a formação do trabalhador na dinâmica capitalista. Em conjunto, tais características levam a afirmar as colocações de Braverman (1977), acerca das quais, a qualificação profissional se acentua como característica decrescente, quando relaciona à inserção de um agregado maior de conhecimento científico ao processo de trabalho, possuindo intensa desconexão entre execução do trabalho e concepção, em outras palavras, quanto maior o incremento da tecnologia no processo do trabalho, menor o entendimento no processo de produção.

¹⁰ Sobre este assunto ver NAIM (2000).

¹¹ A categoria salário relativo prescrita por Marx, em 1847. A importância desta categoria foi descoberta por Marx a partir da leitura dos textos de David Ricardo. “Um dos grandes méritos de Ricardo é ter examinado, fixado como categoria, o salário relativo ou proporcional. Até então, o salário sempre fora considerado algo simples, e o trabalhador, em consequência, um animal”. Karl Marx, *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*, p.850. Volume II. São Paulo: Difel, 1980.



Dentro deste novo embate da educação associado aos conflitos do capital, padecendo da subversão contemporânea de desemprego estrutural¹² e as relações de desigualdades existentes, compactuam para encontrar a “solução” através de documentos oficiais que firmaram a legislação da educação brasileira a uma “nova” institucionalidade para a formação profissional. Partindo do seguinte intento:

Há um consenso nacional: a formação para o trabalho exige hoje níveis cada vez mais altos de educação básica, geral, não podendo esta ficar reduzida à aprendizagem de algumas habilidades técnicas, o que não impede o oferecimento de cursos de curta duração voltados para a adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado de trabalho, associados à promoção de níveis crescentes de escolarização regular. (BRASIL, 2000, p. 57).

Esse é o contexto que a educação brasileira garante o lineamento ideológico, sobretudo neoliberal, sob o contexto de empregabilidade¹³ aos moldes do trabalhador adestrado. Isso porque o campo da política de formação/qualificação promove a consciência de individualidade ao discurso de “liberdade”, porém, “[...] desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie” (MARX, 1998, p. 382).

Dessa forma, as mudanças ocorridas sob uma nova lógica de produção e reprodução mundializada, ao disseminar “[...] uma maneira de nomear essa necessidade do ajustamento do trabalhador moderno à sua tarefa” (CASTEL, 1998, p. 517), emerge a classe trabalhadora com perfil diferenciado, coerente de um “novo homem”, disposto a se submeter às condições de trabalho impostas diante do contexto produtivo. (HARVEY, 1993).

Nisso, a nova concepção de inserção da classe trabalhadora define-se de um esforço individual, instituindo a flexibilização do trabalho como padrão dominante do capitalismo, para enquadrar as ações transformadoras. Frente a esta situação, o contexto de

reestruturação produtiva tende a destruir os direitos do trabalho cada vez mais os trabalhadores que não se enquadram aos requisitos, ao passo que, o contingente “qualificado” é uniformizado e desvalorizado pelas forças capitalistas.

Portanto, a Teoria do Capital Humano entrou neste sentido, sobretudo no ápice do taylorismo-fordismo, e serviu para promover as contradições postas de explicação do desenvolvimento econômico, depositando as fichas no “investimento em capital humano” para promover o desenvolvimento econômico. (CARVALHAL, 2004, p.271).

2 – A Teoria do Capital Humano: aspectos ideológicos no mundo contemporâneo

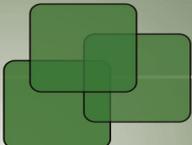
O conjunto de mudanças advindas no estágio do desenvolvimento econômico sob o capital traz consigo o rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano (TCH). Para compreendermos a configuração e como transcorreu esta nova ofensiva do capital no campo da teoria e das práticas educacionais, buscaremos apontar seus principais elementos neste capítulo. Nisso, não pretendemos aprofundar a teoria, pois isso necessitaria aprofundar a questão educacional desde Adam Smith, mas o intento central é apenas situá-la em termos dos debates atuais.

A teoria tomou maior destaque a partir da década de 1960, sua apreensão pautava na relação de crescimento econômico e educação, aos quais seguiam dos seguintes conceitos. O avanço no nível de especializações dos trabalhadores, o acréscimo em habilitações técnicas e incremento em habilidades cognitivas. O resultado desta soma de habilitações proporcionaria o crescimento econômico da região.

Em síntese, a TCH propunha uma revalorização individual, responsabilidade do indivíduo com a sua

¹² Ver: ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. “A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil”. Tomo Editorial/CLACSO, 2007.

¹³ Sobre este assunto ver GENTILI (2002).



formação, isto deveria formar ao longo de sua vida para obter rendimentos melhores, conseqüentemente, segundos os neoclássicos contribuiriam para o desenvolvimento do país.

Neste sentido, para Frigotto (1998, p. 36) o conceito implica “[...] para explicar as diferenças de desenvolvimento econômico-social entre as nações e as diferenças e desigualdades entre grupos sociais ou entre indivíduos”. Desta maneira, “a característica distintiva do capital humano é a de que ele é humano porquanto se acha configurado no homem e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas.” (SCHULTZ, 1973, p. 53).

Para a teoria neoclássica, portanto, o trabalho reduz em consideração a uma relação empregado e empregador, para uma ligação simples com o efeito de remuneração de mercado e os respectivos lucros. Sob este ponto de vista, existe uma limitação em compreender como esta ação da TCH se articula entre a economia global e o que se dá no campo de suas estruturas sócio-econômicas, políticas e geográficas.

É nestas observações que Frigotto (1989) diz que, para entender a TCH, é preciso reconhecer o seu processo de construção histórica, mas antes disto, compreender como esta se articula com o desenvolvimento do sistema capitalista.

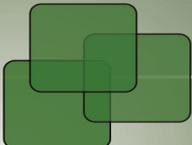
Em um primeiro momento, a TCH se propõe a justificar os enormes traços de desigualdades na composição de desenvolvimento sócio-econômico entre o “núcleo orgânico da economia” e os países “periféricos”, ao passo que, necessitava explicar os traços de extrema degradação social na maior parte da população periférica.

Neste sentido, o conceito de capital humano, para os neoclássicos é um aparato indispensável de explicar a natureza para o desenvolvimento sócio-econômico. Este elemento se sustentou principalmente na época da guerra fria no contexto da chamada *Aliança para o Progresso*¹⁴, tal elemento apresentado pelos Estados Unidos de que ajudaria a América Latina no seu processo de desenvolvimento, articulada por uma expressão ideológica neoclássica. No Brasil, naquela época marcada por golpes militares, na década de 1960, o dilema de progresso pautava nos planos para o desenvolvimento. Nesse sentido, Frigotto apresenta que.

[...] os instrumentos deste ‘cuidado’ foram sendo construídos no pós II Guerra – ONU, OTAN, FMI, BID, UNESCO, OIT [...] que, como nos aponta Noam Chomsky (1993), são os novos senhores do mundo ou o poder no mundo de fato. “[...] que explicitamente se assenta a ideia de recursos humanos, de investimento em educação e treinamento – em capital humano – como fator chave de desenvolvimento. (FRIGOTTO, 1989, p. 91).

Nisso, a TCH se sustentou em uma conjuntura marcada, o que Hobsbawm (1995) evidenciou como a “Era de Ouro” do capitalismo. No contexto do dilema do *Bem-Estar Social*, o campo de discussão se dava nas atribuições que ali vivenciava do chamado *pleno emprego*. É nesta etapa que as atribuições de Adam Smith recrudescer na formação da força de trabalho, partindo da noção de que o desenvolvimento econômico não poderiam se limitar aos fatores clássicos (terra, capital, trabalho). Nestas atribuições, incluiu “[...] inicialmente uma série de variáveis, tais como organização, tecnologia, educação, porém gradualmente

¹⁴ Programa de cooperação multilateral criado em agosto de 1961, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento econômico-social da América Latina. A idéia da aliança foi lançada pelo presidente norte-americano John Kennedy, em 1961, como resposta aos acontecimentos revolucionários em Cuba e às pressões de setores políticos e governamentais latino-americanos preocupados com a situação econômica e social da região. Concretizada na reunião especial do Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos, realizada em Punta del Este, a aliança foi estruturada segundo os princípios da operação Pan-Americana (OPA), proposta pelo presidente Juscelino Kubitschek e aprovada em 1960, de acordo com a Ata de Bogotá, assinada por dezenove países. Em Punta del Este, os participantes proclamavam sua decisão de “associar-se num esforço comum para alcançar o progresso econômico mais acelerado e a justiça social mais ampla para seus povos, respeitando a dignidade do homem e a liberdade pública”. Abrangendo um período inicial de dez anos (1961-71), o programa visava concretamente à redistribuição da renda, à eliminação do analfabetismo, à reforma agrária, à industrialização, ao desenvolvimento de projetos de habitação popular e à integração das economias latino-americanas por um mercado comum. Para viabilizar essas metas, os Estados Unidos destinaram uma verba inicial de 20 bilhões de dólares, ficando os demais governos obrigados a contribuir com quantias equivalentes à ajuda recebida do exterior. (SANDRONI, 1999, p. 20-21).



os estudos se reduziram a explicar a incidência desta última” (FINKEL, 1994, apud, BATISTA, 2010).

Sob essa perspectiva, na década de 1960 e 1970, a TCH se propagou nos países, alterando fundamentalmente as bases educacionais, congregando o ensino da educação para o trabalho do ponto de vista do capital monopolista e ainda a concepção ideológica de subdesenvolvimento como resultado ineficiente de investimento em educação. Nesse sentido, a hipótese da teoria do capital humano se relacionou no investimento educacional como fator preponderante para o seu processo de desenvolvimento econômico.

Acontece que, a maneira como se inseriu o Brasil, na introdução neoliberal de que alcançaria o desenvolvimento, o comportamento se deu principalmente nas bases educacionais, no que diz a legislação e a sua estrutura. Aceita, portanto, de maneira geral a prática do senso comum, ainda guiada à organização da educação para um caráter ofensivo do neoliberalismo, sobretudo no início da década de 1990, integrando os documentos oficiais do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação e ainda o Ministério do Trabalho para enfrentar o contexto de desenvolvimento econômico.

Neste sentido, a experiência da educação no Brasil evidencia uma instrumentalização do ensino, determinada para as demandas do setor produtivo que estavam sendo postas pelo contexto de reestruturação produtiva, ao modo que necessite defender um sistema educativo para o “homem auto realizado”, capaz de adaptações as “[...] diversas tarefas e habilidades que a nova empresa exigirá” (BRASIL, 1995, p. 13).

É neste contexto que as tendências sinalizam a conformação da educação no processo de reestruturação produtiva, colocam-se, portanto, em evidência os problemas nos anos recentes. Com o intuito de discutir

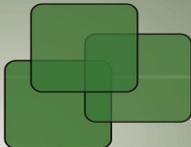
estes elementos, a próxima seção busca demonstrar o mercado de trabalho em Goiás, frente ao cenário exposto.

3 – Considerações sobre o perfil da classe trabalhadora em Goiás

As diferentes abordagens do papel da qualificação no processo de transformação social ou, mais precisamente, o adequado papel da educação na formação dos indivíduos capazes de criar/recriar melhorias nas condições de vida são objetos de contradição, ali historicamente postos, quando se depara com os estudos e levantamentos pertinentes ao mercado de trabalho em Goiás.

Compreende deste modo, que o movimento similar ao ocorrido no Brasil de desestruturação no mercado de trabalho, ocorre em Goiás, tal hipótese leva a afirmar os estudos dado por Moreira (2008). De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, o estado de Goiás vive um intenso crescimento econômico evidenciado nos saldo do PIB, na diversificação de sua base econômica, principalmente na contratação de empregos formais. De fato, haviam 663.902 trabalhadores formais em 2000, para 1.313.641, no ano de 2010, perfazendo uma evolução de 98% de empregos formais.

Observa-se, a partir do disposto na tabela 1 abaixo, que quanto à escolaridade houve uma evolução nítida na participação dos postos de trabalho com ensino superior completo. Em 2000, haviam apenas 56.847 das ocupações em Goiás, possuíam trabalhadores com ensino superior completo, que foram ampliados para 184.449 (um crescimento de 225 %). Tal situação se reflete nas ocupações com ensino superior incompleto: variação de 195% nos anos (2000-2010). O mesmo ocorre com ensino médio completo crescimento de 247%. De fato, os saldos positivos refletem à inserção de trabalhadores com melhores níveis de escolaridade.

**Tabela 1: Goiás - Evolução das ocupações segundo grau de instrução - (2000-2010)**

Grau de Instrução	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Analfabeto	14.544	15.523	15.349	8.831	8.675	8.244	7.569	7.741	7.459	7.548	6.768
4º série incompleta	54.684	56.359	60.227	66.674	59.284	57.466	55.062	57.399	58.641	58.503	60.535
4º série completa	79.911	81.950	84.108	79.728	78.149	78.325	78.038	81.356	81.099	78.942	78.367
8º série incompleta	111.037	119.467	119.326	120.829	120.940	125.504	125.812	125.417	130.738	132.370	136.899
8º série completa	101.015	112.790	121.690	125.684	133.138	139.075	142.229	149.682	151.885	154.156	162.017
2º grau incompleta	97.137	109.158	120.779	126.521	129.852	140.941	148.165	151.267	159.769	162.953	174.725
2º grau completa	131.119	148.847	165.482	190.093	217.015	249.530	277.927	314.176	351.107	398.007	455.017
Superior incompleta	17.608	20.889	24.716	26.809	32.710	37.850	39.350	41.140	44.280	47.813	51.868
Superior completa	56.847	65.625	69.706	81.870	93.061	107.992	117.037	131.288	147.845	166.296	184.449
Mestrado	-	-	-	-	-	-	1.234	1.451	1.695	1.996	2.328
Doutorado	-	-	-	-	-	-	399	509	528	726	668
Total	663.902	730.608	781.383	827.039	872.824	944.927	992.822	1.061.426	1.135.046	1.209.310	1.313.641

Fonte: RAIS-MTE
Elaboração: Autor

Por outro lado, um dos indicadores fundamentais que afetam diretamente a discussão da formação do trabalhador no Brasil são as alterações na estrutura ocupacional, conforme a tabela 2 abaixo, nuançado de acordo com as demandas “qualificantes” para o mercado de trabalho. A partir daí, Pochmann (2001), constatou que as ocupações de maior destaque apresentam ocupações de *baixo teor científico*¹⁵, ainda com baixos salários, *via de regra* em postos de trabalho instáveis, ou seja,

atípicos/flexíveis, ou ainda, encobertas pelos trabalhos autônomos. (MOREIRA, 2008).

De fato, observa-se na tabela 2, cerca de 71% dos postos de trabalho “gerados” em Goiás, em 2010, estão relacionados às seguintes ocupações: Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (23,4%); Trabalhadores de serviços administrativos (24,6%) ; Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (22,6%).

Tabela 2: Participação das ocupações no total dos postos de trabalho em Goiás – 2010

Grupo Ocupacional	Total	Participação no total em (%)
Membros superiores do poder público	66.600	5,1%
Profissionais das ciências e das artes	106.608	8,1%
Técnicos de nível médio	88.206	6,7%
Trabalhadores de serviços administrativos	323.656	24,6%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em loja	307.163	23,4%
Trabalhadores agropecuários	75.419	5,7%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	296.405	22,6%
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	34.039	2,6%
Ignorado	15.535	1,2%
Total	1.313.631	100,0%

Fonte: RAIS-MTE
Elaboração: Autor

A tabela 3 abaixo, mostra em 2003, que a situação não alterou significativamente, mas que amplia as ocupações de *baixo teor-científico* no território goiano visto em 2010. Outra questão a ser ressaltado é que a utilização,

enquanto “tendência” das ocupações de baixo teor científico, enfraquece significativamente a capacidade de barganha dos trabalhadores, tal ponto irá constatar quanto às remunerações.

Tabela 3: Participação das ocupações no total dos postos de trabalho em Goiás – 2003

Grupo Ocupacional	Total	Participação no total em (%)
Membros superiores do poder público	58.858	7,1%
Profissionais das ciências e das artes	78.710	9,5%
Técnicos de nível médio	55.152	6,7%
Trabalhadores de serviços administrativos	172.561	20,9%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em loja	196.644	23,8%
Trabalhadores agropecuários	51.926	6,3%
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	166.096	20,1%
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	32.007	3,9%
Ignorado	15.085	1,8%
Total	827.039	100,0%

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Autor

No que se refere aos rendimentos do trabalho (rendimentos médios), na tabela 4 observa que, em 2010, no estado de Goiás possuía cerca de 77,1% de seus empregados formais recebendo de 0,51 a 3,00 Salários Mínimos (SM), ao modo que 35,9% recebem entre 1 a 1,5 SM. Em 2000, 68,1% recebiam de 0,51 a 3,00 SM. Outro aspecto ocorre no município de Goiânia, em 2010, a cidade detinha 83% dos trabalhadores que recebiam mais de 20 SM e 74% dos que recebiam até 0,5 SM no estado

(em 2000, a cidade detinha 70% dos trabalhadores que recebiam até 0,5 SM).

Dessa forma, a distribuição regional analisada frente à participação nos rendimentos médios de mais de 20,00 (SM) concentrado na capital goiana e, por outro lado, recebendo 0,5 (SM) na expressiva composição, anunciam claramente a relação de suas características de disparidades dos rendimentos no estado. Neste sentido, a porcentagem de ocupações precárias é muito significativa, no qual veremos mais à frente no gráfico 1.

Tabela 4: Brasil e Goiás – emprego formal segundo faixa de remuneração média selecionada (em salários mínimos - SM) – (2000-2010)

Faixa de Rendimento Médio	2000				2010			
	Brasil	% do Total	Goiás	% do Total	Brasil	% do Total	Goiás	% do Total
Até 0,5	59.966	0,2%	1.689	0,3%	185.112	0,4%	8.369	0,6%
0,51 a 1,00	825.530	3,1%	35.175	5,3%	2.114.719	4,8%	96.905	7,4%
1,01 a 1,50	3.611.552	13,8%	169.739	25,6%	13.838.780	31,4%	471.391	35,9%
1,51 a 2,00	3.582.944	13,7%	114.873	17,3%	8.403.823	19,1%	238.790	18,2%
2,01 a 3,00	5.793.287	22,1%	132.233	19,9%	7.534.089	17,1%	206.424	15,7%
3,01 a 4,00	3.220.974	12,3%	62.692	9,4%	3.587.251	8,1%	88.916	6,8%
4,01 a 5,00	2.039.068	7,8%	40.051	6,0%	2.049.658	4,7%	54.321	4,1%
5,01 a 7,00	2.511.868	9,6%	42.040	6,3%	2.230.607	5,1%	73.386	5,6%
7,01 a 10,00	1.770.580	6,8%	25.874	3,9%	1.482.708	3,4%	31.489	2,4%
10,01 a 15,00	1.232.853	4,7%	18.024	2,7%	1.026.453	2,3%	17.190	1,3%
15,01 a 20,00	543.164	2,1%	7.360	1,1%	435.259	1,0%	7.073	0,5%
+ de 20,00	896.622	3,4%	11.858	1,8%	574.083	1,3%	8.354	0,6%
ignorado	140.221	0,5%	2.294	0,3%	605.713	1,4%	11.083	0,8%
Total	26.228.629	100%	663.902	100%	44.068.355	100%	1.313.631	100%

Fonte: RAIS-MTE

Elaboração: Autor

Tanto no Brasil quanto em Goiás, a concentração de baixos rendimentos é similar, na tabela 4 observa-se que, no Brasil se em 2000, 53% dos trabalhadores recebiam de 0,51 a 3,00 (SM), representado por 13.813.313, em 2010, o quadro aprofunda para 72%, saldo de 31.891.411. Em síntese, esses números afirmam que o emprego cresce, porém, em proporções de baixos rendimentos, produzindo não só o recurso de rendimentos, mas uma condição forte de cooptação frente aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, isso significa afirmar que, os novos paradigmas produtivos distorcem aos trabalhadores uma mão de obra mais qualificada, em termos técnicos, sobretudo em proporções salariais cada vez mais reduzidas.

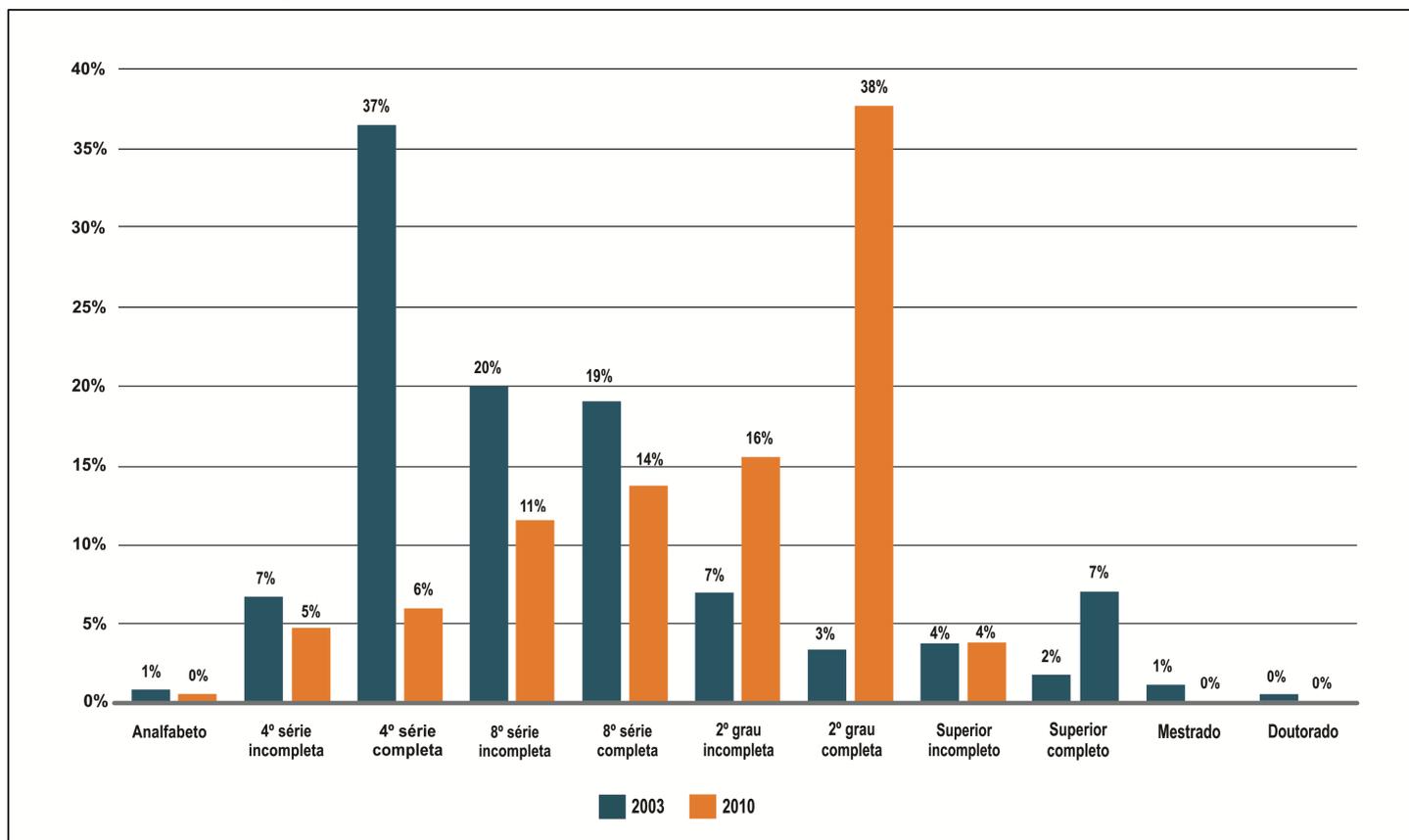
No que se referem às ocupações mais geradas (baixo teor científico), no gráfico 1, é perceptível que, quanto ao grau de escolaridade (nível fundamental

completo/incompleto), consta uma composição significativa, de 39% em 2003, saldo de 207.305. Em 2010, o saldo se eleva de forma pouco expressiva, visto que a participação deste se reduz para 25%, saldo de 231.684.

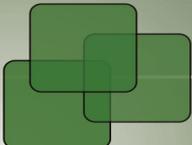
Nessas condições há uma maior participação de trabalhadores com grau de escolaridade “elevado” comparado ao ano de 2003, pois percebe-se que a maior parte se compõe de trabalhadores com nível médio completo, o que em 2003 representava 3%, em 2010 (o saldo evolui para 38%).

As principais causas por esta tendência parecem ser a necessidade da qualificação e/ou re-qualificação e do mesmo modo uma ampliação de trabalhadores mais escolarizados, porém, na maior parte recebendo baixos rendimentos, ao verificar nestas ocupações 84% do contingente recebem de 0,5 a 3,00 SM.

Gráfico 1: Goiás - Escolaridade dos trabalhadores formais segundo grupo ocupacional dos trabalhadores de baixo teor científico – (2003-2010)



Fonte: RAIS-MTE
Elaboração: Autor



Observa-se então que em termos numéricos, visto no gráfico 1, as ocupações dominantes são de *baixo teor científico*, no maior contingente (71%), o que permite apontar que as ocupações de alta qualificação tem pouca relevância, ainda que estas se apresentam em setores específicos da economia, poucos representativos. Daí decorre o que Pochmann aponta:

As ocupações profissionais mais concorridas no Brasil durante os anos 90 não são aquelas que poderiam ser identificadas com as ocupações modernas (profissionais técnicos, técnicos superiores e direção). As atividades profissionais que mais recrutam trabalhadores não são aquelas associadas aos setores econômicos que poderiam ser objeto de mudança no conteúdo dos postos de trabalho e, por isso, estariam necessitando de trabalhadores mais qualificados. (POCHMANN, 2001. p. 68).

Frente a este cenário em Goiás, há de um lado, o crescente aumento de empregos de baixo teor científico e por outro, uma ampliação de trabalhadores mais escolarizados. Esses, porém, nos maiores níveis, mas recebendo baixos rendimentos. Isso torna este debate ainda mais pernicioso e complexo.

Considerações Finais

Esta discussão bastante difundida, no viés da qualificação e as competências, colocam como uma das principais preocupações para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e a permanência nele. A inserção de tecnologias e o processo de mundialização do capital tendem a impor novas formas de racionalização no mercado de trabalho, diante das intensas transformações e reformulações no setor de comércio, serviços e industriais.

A combinação frente à nova *morfologia da classe trabalhadora*¹⁶ evidencia para uma realidade complexa e multifacetada. Tais características conduzem à reafirmação das limitações para melhorias de salários, pelo resultado do profundo desencadeamento de reestruturação em escala global, em consolidação de

hegemonia neoliberal, cujos resultados na maior parte dos trabalhadores foram o aumento da instabilidade do trabalho, redução dos salários, precarização do trabalho e dos vínculos de emprego, bem como a elevação das desigualdades e da exclusão social. De fato, a análise marxiana, observa a sociedade capitalista não como uma totalidade homogênea, advertindo que a ideologia neoclássica para superação do subdesenvolvimento, visto na teoria do capital humano, são objetos de contradição.

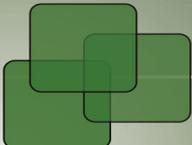
Assim, há de se verificar que mesmo os países subdesenvolvidos, no caso o Brasil, em especial o estado Goiás, adquirissem o padrão de qualificação difundido, o sistema capitalista não daria conta de absorver todo este contingente de trabalhadores, pois o mercado de trabalho não é para todos, evidenciando a afirmação da *oferta ilimitada de mão de obra*¹⁷, uma vez que este processo tendem a achatam os salários e inibir que o trabalho se contraponha de maneira organizada ao capital. Nestes termos, o mercado de trabalho goiano, reside de uma funcionalidade de postos de trabalho com *baixo teor científico* e, a afirmação de que: as relações interativas entre a ampliação de empregos formais e o aumento do nível de escolaridade se apresentam. Por outro lado, o que se observa também, é que a escolaridade pouco influencia nas essências dos salários e das ocupações dos trabalhadores, entendendo-se que, os campos educacionais se adéquam à acumulação do capital, assim como a funcionalidade de crescimento em Goiás, via o aumento da exploração do trabalho, nos termos aqui apresentados.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**. Londrina: Editora Práxis, 1999.

¹⁶ Sobre este termo ver ANTUNES (1999).

¹⁷ Sobre este assunto ver LEWIS (1969).



AMARAL, Angela. **Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BATISTA, Roberto L. **A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UNESP – Campus de Marília, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho/PACTI/PBQP. **Questões críticas da educação brasileira, consolidação de propostas e subsídios para ações nas áreas da tecnologia e da qualidade.** Brasília: MTb, 1995.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974 (Org.). Formação & trabalho & competência: questões atuais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 221- 226.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil.** Brasília: CNI, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista.** São Paulo: Cortez, 1989.

GENTILI, Pablo. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais.** In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (orgs.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas: Autores Associados, 2002.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: edições Loyola, 1993.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEWIS, W. Arthur. **O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra.** In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S.P. A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

MARX, K. **O capital: o processo de produção do capital.** 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Livro 1

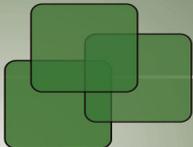
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: (I-Zeuerbach).** 9.ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MOREIRA, Marcelo Jose, BARROSO, Ana Cláudia, NUNES, Angelo Rafael Nascimento, SAKAUE, Francis Henrique Putencio. **Efeitos da mundialização no desenvolvimento regional no Brasil: a construção do Território de Acumulação de Trabalho de Goiás e a (re) afirmação do subdesenvolvimento brasileiro.** In: Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Gestão Territorial e Desenvolvimento Regional - A agenda política e de pesquisa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

MOREIRA, Marcelo Jose, NUNES, Angelo Rafael Nascimento, OLIVEIRA, Bruna, FREITAS, Eliezer da Silva, SANTOS, Renato Lopes. **Acumulação Territorial do Trabalho em Goiás.** In: Boletim Trimestral da Conjuntura Econômica – nº15 (Setembro/2010).

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Best Seller, 1999.

SHULTZ, Theodore Willian. **O capital humano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.



Normas para publicação de artigos

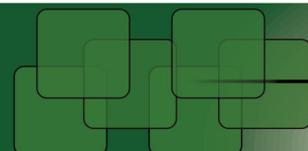
O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pela Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), aceita colaborações, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

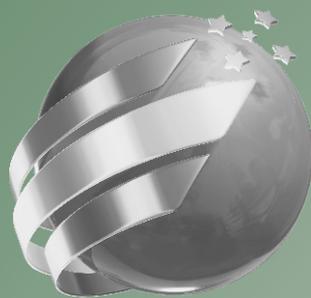
Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Arial, tamanho 10, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@segplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR.10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Segplan-GO.





GOVERNO DE
GOIÁS
A FORÇA DO CORAÇÃO DO BRASIL



Sepin
Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e
Informações Socioeconômicas



SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO